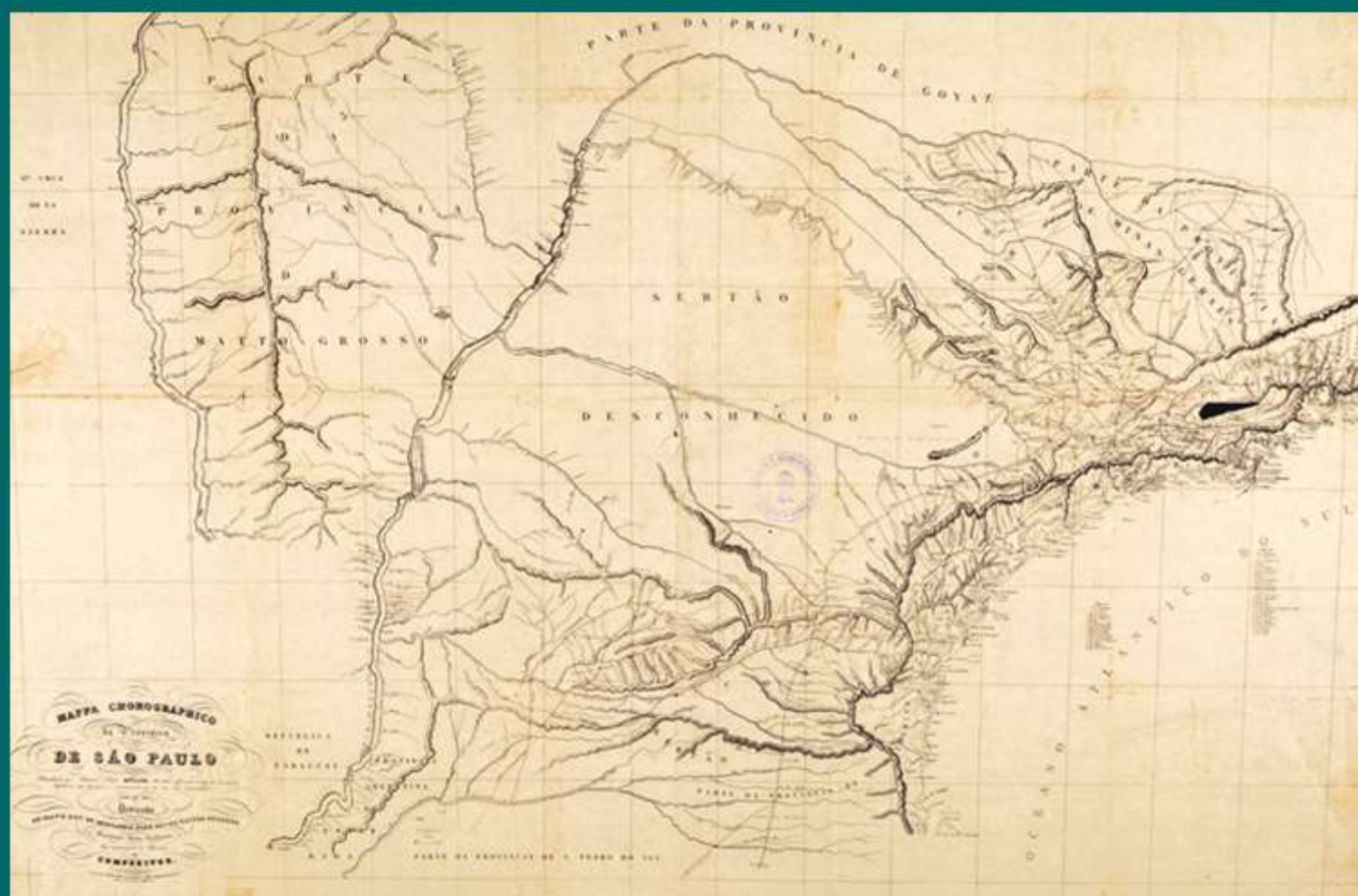


MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX

PROJETO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA - COLEÇÕES TAUNAY E PIRAJÁ



MAURÍCIO WALDMAN



EDITORA KOTEV
CARTOGRAFIA 12

MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX

PROJETO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA - COLEÇÕES TAUNAY E PIRAJÁ ^I

MAURÍCIO WALDMAN ^{II}

PREÂMBULO

Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá é o título de caráter editorial do ensaio protocolar pertinente ao Projeto de Pesquisa *MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)* proposta de investigação em nível de Pós-Doutorado com Supervisão do Professor Doutor Jorge Pimentel Cintra, a ser desenvolvida no Museu Paulista, instituição adjunta à Universidade de São Paulo (MP-USP).

Posteriormente, este texto foi retrabalhado sucessivas vezes, ao longo do II Semestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019, com o fito de ser apresentado junto a agências oficiais de fomento (CNPq), para deste modo, obter calço financeiro indispensável ao desenvolvimento da investigação. O Projeto final, versão sintética do ensaio original (55.385 caracteres e duas figuras, contra 243.682 caracteres e oito figuras do texto protocolar), foi devidamente encaminhado ao CNPq para fins de avaliação, sendo que neste ínterim, a proposta foi aceita e aprovada pelo Museu Paulista, aguardando-se, pois a avaliação do CNPq para que o projeto seguisse adiante ou não.

Contudo, a partir de notificação tornada pública pelo Ministério da Educação em princípios de Agosto de 2019, tomou-se conhecimento do corte geral de verbas para financiamento de propostas de pesquisa relativas ao ano de 2019. Assim sendo, em vista da ausência de segurança jurídica e da imprevisibilidade governamental relativamente ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, a decisão do proponente do Projeto foi a de não levá-lo adiante.

A mais ver, com base no entendimento de que, *mutatis mutandis*, o teor das especulações consignadas no texto protocolar *MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)*, constituem uma contribuição para o conhecimento em cartografia histórica, o proponente tomou uma segunda decisão: a de publicar o material, que segue adiante tal como o original previamente encaminhado ao Professor Jorge Pimentel Cintra,

agora sob o título **Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá.**

A expectativa é que **Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá**, contribua para com o labor de estudiosos da cartografia paulista, geógrafos, historiadores e áreas afins, sendo que por fim, fica aqui registrado o sincero agradecimento pela disponibilidade do Professor Jorge Pimentel Cintra em aceitar a possível participação do proponente deste projeto em trabalho de pesquisa a ser desenvolvido junto ao Museu Paulista.

MAURÍCIO WALDMAN

SÃO PAULO, 17 DE OUTUBRO DE 2019

SÍNTESE DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO:

Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)

INSTITUIÇÃO DE DESTINO:

Museu Paulista - Universidade de São Paulo

ÁREA / LINHA TEMÁTICA:

Cartografia Histórica

PALAVRAS-CHAVE:

Mapas de São Paulo (Capitania e Província), Cartografia Histórica, História da Cartografia, Formação socioespacial, Bandeirantes, História Paulista, Geografia Paulista, Cultura Paulista

PESQUISADOR RESPONSÁVEL (SUPERVISOR):

Professor Doutor Jorge Pimentel Cintra

PESQUISADOR PROPONENTE:

Professor Doutor Maurício Waldman

Curriculum CNPq-Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, FAX, E-MAIL e HOME-PAGE:

Rua Brás Cubas, nº 101, Bairro da Aclimação, São Paulo, SP, CEP 04109-040

Phone-fax: (55-11) 5084-3836

E-Mail: mw@mw.pro.br

Home-Page: Portal Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Home-Page: Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Home-Page: Série Cartografia: <http://mwtextos.com.br/serie-cartografia/>

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Dois anos: 2019-2020

RESUMO:

A pesquisa é atinente a mapas das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Biblioteca Municipal Mário de Andrade) relacionadas ao espaço paulista com foco em três eixos: a formação socioespacial paulista, caminhos e rotas (especialmente fluviais), assim como o papel desempenhado pela cidade de São Paulo de Piratininga no lapso temporal relativo aos Séculos XVI-XVIIIV, abarcando também as décadas iniciais do Século XIX, sendo sua meta precípua, o estudo da cartografia história paulista no período citado.

I. APRESENTAÇÃO DO TEMA E DISCUSSÃO PRELIMINAR DO PROJETO

1.1. Título do Projeto de Pesquisa

Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP).

1.2. Subjetividade & Objetividade

Devemos ao sociólogo alemão Max Weber, emblemático arauto da objetividade nas ciências sociais, a prédica de que a despeito da imperiosidade da esfera do racional na investigação de mote científico, ainda assim a subjetividade persevera enquanto instigação significativa no afazer dos pesquisadores.

Isto porque no modelo weberiano, cabe ao investigador em última análise, *o papel de encetar escolhas*, um moto-próprio pessoal, que desempenharia papel central no fragor do trabalho científico, igualmente temperado pelo entusiasmo e pela intuição (WEBER, 1972: 25-27).

Axioma abordado em numerosos pontos de uma obra com porte considerável, o sociólogo certifica que as análises têm um ponto de partida subjetivo, associadas que estão às referências de valor endossadas pelo pesquisador. Dito de outro modo, relacionadas às *opções do pesquisador*, do que se infere que inexiste objetividade inteiramente despida de subjetividade (Vide WEBER, 1972 e 1967).

Complementando, a subjetividade em nada afetaria o rigor do trabalho científico. Pelo contrário, seria uma alavanca para com a progressão do conhecimento. Não por outra razão senão pelo fato de que o valor cognitivo nas ciências sociais reside na predisposição do investigador em desenvolver a pesquisa com métodos sistemáticos e padronizados de trabalho.

Logo, o ponto de partida da investigação até pode possuir carga subjetiva, todavia o ponto de chegada tem que ser obrigatória e rigorosamente objetivo. Note-se que este ponto de vista encontra respaldo noutras matrizes teóricas, tais como no chamado intuicionismo do sociólogo húngaro Karl MANNHEIM, para quem o

pensamento científico aufere significação somente quando expõe desenganos e incompletudes engastadas na materialidade social (1976: 163).

Nesta senda, os desvios das normas científicas institucionalizadas, como nota outro pensador, o epistemólogo austríaco Paul FEYERABEND, são antes agregadoras de conhecimento do que contestadoras da objetividade (Cf. 1977: 21, 34, 57, 71, 89, 235 e 285).

Aditivamente, sabe-se que a pesquisa acadêmica tem por meta esclarecer aspectos sobre os quais temos dúvidas ou que em princípio, ignoramos. Daí que a questão central é atingir a realidade da forma mais eficiente possível, que como sói acontecer para qualquer pesquisa, não admite que se perca de vista os moldes científicos (Cf. SEVERINO, 2014: 68, DEMO, 1981: 13).

Daí que este exatamente é o início de um trabalho de investigação: a motivação e em especial, a busca de novos caminhos para o conhecimento, agregando novos regimes de significados ao acúmulo de dados já conhecido, tarefa que para ser desenvolvida, conta obrigatoriamente com o lastro da objetividade.

1.3. Motivação Pessoal e Produção Científica

Em conformidade com tal linha de exposição, o Projeto de Pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)* ou doravante, de um modo mais sintético, *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX*, é uma iniciativa calcada num interesse firmado de longa data na trajetória de vida do autor deste documento.

Isto porque o tema envolve três matrizes axiais com as quais o autor desta proposta de investigação tem mantido um interesse contumaz.

Em primeiro lugar, temos a centralidade da cartografia. Constituindo marco fundante deste trabalho de investigação, nesta temática o proponente acumulou análises sobre questões relacionadas à análise da representação do espaço, familiaridade pautada num leque de interações pedagógicas e de pesquisa em cartografia e em geografia, pauta materializada num diferenciado rol de produtos textuais e analíticos.

Em consonância com esta interface, é permitido citar trajetória institucional com interface nesta vertente, tal como participação como membro da direção da *Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local São Paulo, AGB-SP* (biênio 2002-2003), e em especial, na vertente de estudos, interações e confecção de materiais com foco no conhecimento cartográfico para diferentes tipos de público e situações.

Neste sentido, além da experiência de mais de uma década na rede particular de ensino na capital paulista como professor de geografia e de mais outros dez anos atuando, na condição de titular da disciplina Geografia e Geopolítica da África nos Cursos de Extensão Cultural do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (2003-2014, CEA-USP), o proponente desenvolveu um Doutorado em Geografia (Departamento de Geografia USP, 2000-2006) e um Pós-Doutorado em Geociências (UNICAMP, 2010).

Na mesma direção, no plano da aplicação de conhecimento voltado para capacitação cartográfica, constam a participação como titular em oficinas, cursos e seminários (Cf. WALDMAN, 2013, 2009c, 2004a, 2004b e 2004c) e consultorias pedagógicas em cartografia (2012).

No quesito elaboração de textos, podem ser destacados diversos artigos eletrônicos disponibilizados pelo site de *Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia*, da Universidade de São Paulo (USP), sob responsabilidade da Professora Dra. Andrea de Castro Panizza (WALDMAN, 2012, 2011, 2010a, 2010b, 2009a e 2009b); materiais de iniciação e de apoio para cursos de capacitação em cartografia (WALDMAN, 2017b e 2013); artigos para público amplo (WALDMAN, 2018a e 2013) e um *ebbok*, no caso, versando sobre a cartografia escolar de África (WALDMAN, 2017a).

Este arrolamento permitiria incluir dois títulos de geografia didática que incorporam conceitos e aportes substanciais de debates cartográficos (WALDMAN, 1982 e 1999), e numa ótica próxima à da cartografia, três trabalhos com aporte acadêmico no campo da antropologia topológica (ou do espaço), todos com vínculos com o saber cartográfico e que atualmente, estão masterizados e disponíveis *on line* na forma de *ebooks* (Vide WALDMAN, 2016a, 2016b e 2016c).

O mesmo pode ser colocado quanto ao *segundo ponto intrínseco a esta proposta, a abertura e consolidação dos caminhos* que pavimentaram a formação territorial brasileira e particularmente, as redes que lentamente foram se sedimentando no que viria a ser o Estado de São Paulo.

Retenha-se que este recorte no caso específico desta proposta de investigação se interconecta diretamente ao campo da *malha hidrográfica*, em vista de que os rios constituíam eixo das investidas exploratórias que foram se adentrando, a partir do Século XVI, rumo ao *hinterland*, cabendo a este respeito, notas e detalhamentos.

No recorte atinente aos nexos históricos, cartográficos, geográficos e antropológicos relacionados à análise das antigas rotas e redes de comunicação, esta preocupação transparece em diversos trabalhos desenvolvidos pelo proponente deste projeto de pesquisa, tais como na Tese de Doutorado (WALDMAN, 2006b), na Dissertação de Mestrado (WALDMAN, 1997), em livros publicados (Cf. WALDMAN, 2016c e 2006; WALDMAN *et alli*, 2007) e em *papers* (WALDMAN, 2014 e 2011).

A mais ver, cabe anotar que a Tese de Doutorado em geografia do proponente, dentre outras elaborações acadêmicas, está centrada na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Vide WALDMAN, 2006), que justamente centra-se no núcleo pivotante da expansão bandeirista, tema que mais adiante, foi o lastro de capítulo de livro sobre as águas da Grande São Paulo (WALDMAN, 2011).

Ademais, este nexu temático transcorreu em outros trabalhos, mais recentemente enquanto *background* histórico consignado em estudo técnico desenvolvido para a Secretaria de Estado da Cultura sobre o tombamento do Virado à Paulista como patrimônio Imaterial do Estado de São Paulo (WALDMAN, 2017c).

Em face do que foi colocado, o proponente deste projeto de investigação sente-se, pois predisposto a desenvolver um tema que ao mesmo tempo em que é novo, na mesma medida agrega atratividade por ser pertinente a uma trajetória de interesses que escoram a decisão em desenvolver a pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX*.

1.4. O Estado da Arte da Cartografia Histórica

O Projeto de pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Mário de Andrade, SP)*, constitui, tal como informa o título da proposta, pesquisa cujo pilar central, em termos do marco disciplinar, reporta à *cartografia histórica*, demarcação que em termos da geração de conhecimento, é conotada por especificidades e por extensão, agremia performance particular no tocante ao labor desenvolvido nesta área.

Atente-se que a *cartografia histórica* como campo do saber, difere conceitualmente da *história da cartografia*, no sentido de que a primeira preocupa-se com a utilização sistemática de documentação cartográfica para analisar dados relacionados aos dinamismos socioespaciais (mormente de índole histórica, sociológica e geográfica), e a segunda, centra-se na investigação dos mapas ou cartas geográficas ¹, no prisma de objetos técnicos e no estudo das técnicas empregadas, dos instrumentos e da evolução da confecção dos mapas ao longo dos tempos (Vide SCOTTON, 2017:10; ADONIAS, 1993).

Outrossim, advirta-se que a intercomunicação temática entre estas duas tradições cartográficas é frequente nos estudos tanto de uma das formas de entendimento, quanto da outra, intercâmbio decorrente da inextricabilidade concreta que solda de um lado a reconstituição cartográfica acatando fontes documentais, e de outro, com a reprodução e análise dos documentos figurativos gerados na fase histórica sob tutela de uma investigação (Cf. GOMES, 2004: 71).

A *propos*, em termos do marco conceitual, a cartografia, na definição adotada pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) ou então, *International Cartographic Association* (ICA), é a disciplina “que lida com a arte, ciência e tecnologia de fazer e usar mapas”, assim como trata “da concepção, produção, disseminação e estudo de mapas” (Cf. ACI).

Quanto a mapa, palavra hoje universal mas que é de origem latina ², refere-se a uma representação simbolizada da realidade geográfica, registrando conjuntos de dados presentes no espaço geográfico, resultante do esforço criativo da execução de escolhas por parte do cartógrafo (*apud* ACI).

Isto posto, tem-se, no plano destas investidas, que a cartografia engloba múltiplas interfaces, que se estendem desde levantamentos de campo, registros mapográficos e coleta de dados bibliográficos, até a impressão e divulgação definitiva dos mapas, implicando esta cadência, numa cognição prévia do temário ser mapeado pelo cartógrafo, cujo suporte é o mapa enquanto expressão gráfica (JOLY, 2013: 8-9).

Desta feita, o mapa configura uma *imagem* que representa um espaço definido pela ciência matemática, assim como por uma representação cultural e social mais ampla, elaborado por profissionais que poderiam ser definidos como “artesãos cartógrafos”, cujo trabalho origina um artefato que sumamente, é uma abstração da realidade espacial, modelada por toda sorte de códigos culturais e sociais (*apud* WALDMAN, 2017b; DUTENKEFER, 2016: 58).

Por conseguinte, cartografia histórica e história da cartografia formam uma parceria a consubstanciar um “parônimo” temático, o que alçaria a investigação de *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* ao patamar de uma proposta que paralelamente ao foco na cartografia histórica, a associaria também, em várias das suas derivações, à história da cartografia ³.

A estes ditames, retenha-se que a consecução de pesquisas em cartografia histórica exigem ao mesmo tempo, empréstimos de múltiplos campos disciplinares, tendência inerente ao fato de que o mapa, sendo parte substantiva, porém não exclusiva da cartografia, faz com que este tipo de investigação solicite cooperação e a subscrição de outras áreas do conhecimento (Cf. SCOTTON, 2017; CINTRA, 2012; GOMES, 2004).

Neste particular, certo é que as pesquisas na área da cartografia histórica, em razão do apenso interdisciplinar incorporado ao seu *modus faciendi*, consolidam não só o conhecimento do que os mapas antigos informam em si mesmos, como contribuem para uma visão mais ampla das diferentes variáveis pertinentes aos contextos nos quais as peças cartográficas foram confeccionadas e os móveis que induziram sua elaboração, sendo, nesta perspectiva, de importância medular para a compreensão do passado das coletividades enquanto *map users*.

Outro aspecto essencial, que flui em paralelo com o fascínio despertado pelas cartas geográficas enquanto uma representação gráfica do espaço habitado, retroage aos vínculos mantidos com os códigos identitários que regem o modo de ser de grupos, povos e nações, isto é, às matrizes que respaldam um *senso de pertencimento* das coletividades humanas (WOODWARD et LEWIS, 1998; WOODWARD, 1998; OLIVEIRA, 1978: 23).

Enquanto tal, isto ocorre numa escala que se estende desde o mais cotidiano dos tratos mantidos com o espaço habitado numa ponta, aos predicativos e inflexões ideacionados que noutra ponta, se aninham no âmago das robustas *weltanschauung* postadas ao comando das grandes culturas e civilizações (CINTRA, 2012; WALDMAN, 2006a e 1997; GOMES, 2004; WOODWARD et LEWIS, 1998; TUAN, 1990).

Nesta mesma ordem de reparos, atente-se, a despeito do cabedal de declinações em favor dos estudos de cartografia histórica, que as motivações que magnetizam esta linha de pesquisa, dizendo respeito a uma área restrita do saber cartográfico, tendo por meta compreender as interações que ocorrem, com base nas cartas geográficas, entre sociedade-natureza, são inusuais no meio acadêmico (Cf. SCOTTON, 2017: 2-3),

não mais porque “poucas pessoas são naturalmente capazes de desempenhar todos estes papéis ao mesmo tempo” (JOLY, 2013: 8).

No que diz respeito ao plano científico, a cartografia histórica, semelhantemente à história da cartografia, possui audiência escassa no meio acadêmico institucional, admoestação que no final das contas, inclui a história e a geografia na sua cobertura mais ampla ⁴, lacuna que pode ser explicada, ao menos parcialmente, em razão das pesquisas em cartografia histórica terem evoluído do ponto de vista qualitativo tão só a partir de 1930, quando são lançadas publicações especializadas - sobretudo a revista *Imago Mundi* ⁵ -, e com a irrupção da cartografia como disciplina acadêmica (CASTRO, 2014).

Por fim, há que serem sublinhados aspectos relacionados aos acervos documentais. Constituindo a cartografia histórica uma linha de pesquisa que se detém sobre uma memória fixa - basicamente formada por mapas antigos e por registros documentais relacionados aos mesmos, sejam estes públicos ou privados - esta base de pesquisa se ressentia da perda dos apelos ornamentais e artísticos, corroídos pelo avanço das noções utilitárias estatuídas pela Modernidade, calçadas pela necessidade constante de informações atualizadas, despojando assim os mapas dos ouropéis que outrora, os dignificavam com o lastro do prestígio político e do *status* social (Cf. GOMES, 2004: 76).

Em sendo assim, as perdas desta memória física são vultosas e recorrentes, seja pela desqualificação dos mapas antigos (adjetivados como “peças de museus”), seja pela perda do sentido prático, que os torna nesta perspectiva, em peças “obsoletas” e portanto, passíveis de abandono, esquecimento ou mesmo de descarte. Este panorama pouco favorável às pesquisas em cartografia histórica é do mesmo modo temperado por óbices resultantes de metodologias da biblioteconomia ainda correntes em bibliotecas e centros de documentação, a começar pela vigência de processos de catalogação que primam pela clivagem dos documentos como visuais ou textuais.

Esta fragmentação, que por sinal, é contestada por muitas correntes da semiótica ⁶, implica, quando da constituição dos acervos, na separação das cartas geográficas dos contextos de produção documental, transfigurando os embasamentos primaciais dos artefatos cartográficos, senão na “museologização” das imagens cartográficas em detrimento do seu valor enquanto testemunho histórico e geográfico (Cf. GOMES, 2004: 76).

Quanto ao mais, atente-se que tanto as implicações quanto a problematização da cartografia histórica no plano específico do projeto *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX*, suscitam outras ponderações, que a seu tempo serão especificadas quanto aos rebatimentos para a pauta pertinente ao seu campo analítico. Logo, a conferir.

1.5. Perspectiva Geral do Cenário Temático

O projeto ora em detalhamento, calcado na análise sistemática de uma seleção de documentos cartográficos como foco no espaço paulista, sendo uma delas a Coleção Pirajá (BMA) e a outra, a coletânea organizada por Afonso d'Escragnolle TAUNAY (1922), lado a lado de outros materiais coadjuvantes à avaliação, cobrem um largo período da história brasileira e paulista, o que requer cautelas conceituais, escrutínio minucioso e aprofundamento historiográfico.

Basicamente, a pesquisa desdobra-se numa análise de fatos da história brasileira, em especial a paulista, concorrendo para a compreensão de como o espaço da antiga Capitania/Província de São Paulo foi sendo reconhecido e percebido nas cartas geográficas, e *pari passu*, propõe-se a refletir sobre os processos de territorialização que transitam na condição de subtexto agregado a estes mapas, posicionando-se propositivamente como uma investigação inédita, apta a apensar conhecimento para este lapso histórico e à cartografia que o expressa.

Entenda-se, preliminarmente, que esta proposição não ocorre no vazio. De mais a mais, elenco bibliográfico introdutório de matriz cartográfica concernente ao foco central do projeto de pesquisa pode ser arrolado, no qual constam, dentre outros: ADONIAS (1993); CINTRA (2016, 2013, 2010 e 2009); CASTRO (2014); CAVENAGHI (2011); CORTESÃO (1965); GUEDES (2012); LEITÃO E CARVALHOSA (1919); MICELI (2012 e 2002); GESPP (2010); ROCHA, PRESOTTO *et* CAVALHEIRO (2007); SCOTTON (2017) e TAUNAY (1952).

Mutatis mutandis, este emolumento seria, ademais, passível de ser encorpado na investigação com bibliografia de suporte documental com lastro histórico, geográfico, sociológico e antropológico relacionado ao período e à circunscrição geográfica do projeto, preocupação consignada em levantamento já realizado (Ver Bibliografia e Bibliografia Complementar) e que no andamento da investigação, pode incorporar outros títulos e contribuições.

Anote-se, por outras vias, dentre as variadas glosas que podem ser levantadas para o *interregno* que se estende do Século XVI aos primórdios da centúria oitocentista, lapso temporal que insere inclusive sessenta anos de domínio espanhol (1580-1640), pródigo de peculiaridades que não tem recebido merecida atenção de que deveria desfrutar ⁷, muito há que ser aquilatado (Cf. VILADARGA, 2014).

Para além do recorte crucial de que o citado intervalo de mais trezentos anos condiz aos momentos em que paulatinamente a cosmografia caminha na direção de uma cartografia (WALDMAN, 2018a; LEITÃO E CARVALHOSA, 1919), qual seja, assimilando largo leque de alterações quanto às normas, motes e comedimentos cartográficos ⁸, temos, em paralelo, noções e hiatos a serem decifrados e explanados com maior precisão.

Por exemplo, existem manifestas peculiaridades sociais e culturais que perpassam pela história paulista em termos de “mitos de origem”, que impactam fortemente as aferições de ordem histórica, geográfica e cartográfica, que justamente cancelam a tecedura das narrativas e das interpretações tradicionais, que a rigor, legitimam um endosso ficcional da atuação de “bandeirantes abstratos”, postados no papel de demiurgos da expansão bandeirista e de articuladores exclusivos das malhas de caminhos criados no espaço da Capitania e/ou da Província de São Paulo e alhures.

Nuança que em muitas apreciações alude a leituras embasadas nos paramentos das melhores “tradições inventadas” ⁹, a história paulista, em razão do caráter inercial e alegórico que repetidamente revestem o passado bandeirante, é assim merecedora de revisões conceituais e releituras de textos e documentos antigos, dentre os quais, evidentemente, os mapas seriam objeto de atenção especial, aqui entendidos como artefatos que compõem uma explicação de eventos, firmando uma cronologia de processos históricos a partir da localização e da avaliação de fenômenos espaciais que unicamente a cartografia está instada a revelar.

Neste senso, a vila de Piratininga ¹⁰, assentada nas cristas de imponente obstáculo natural, a Serra do Mar, respondeu, a partir deste marco geográfico, aos desafios (na acepção *toynbeeana* de *challenge*), pautados por um ambiente estranho, quando não hostil, sempre em relativo descolamento dos polos centrais da administração colonial lusitana, dado determinante para a solitária cidadela paulista plasmar a seu modo léxicos sociais, culturais, econômicos, históricos e geográficos absolutamente singulares.

Fruto do contexto vivido por uma região segregada do litoral, localizada às margens da economia dominante na era seiscentista, escorada na monocultura de *plantation*, esta circunstância alicerçou para toda sorte de especificidades para a nascente vila de Piratininga (Cf. MONBEIG, 2004; AB'SABER, 2004; PRADO JR., 1998; VERGUEIRO, 1981: 9-10; NOVAIS, 1978; MOOG, 1973: 171-173).

Na sua divisa medular, esta materialidade social foi, no tempo e no espaço, reflexo direto do alheamento de Piratininga aos grandes ciclos econômicos que ditaram o cadenciamento da vida social, cultural, política e econômica do Brasil colonial, um *modus vivendi* entronizado no sugestivo *motto* que elegeu a vila de Piratininga na fala erudita, como “capital da solidão” (Cf. TOLEDO, 2003).

Coerentemente, tal situação explica porque, a despeito da precariedade deste ponto de apoio ou exatamente por esta razão, os paulistas tenham marchado sem titubear do Planalto na direção de espaços imensamente desconhecidos, marchas exaustivas e desafiantes ¹¹ que com o passar do tempo, acarretaram notórias modificações na jurisdição territorial brasileira e sul-americana (Figura 1).

Seria mister ressaltar que na esteira do hercúleo empreendimento bandeirante, desdobrando-se numa espacialidade que em muitas literaturas opta pelo topônimo “Paulistânia” ¹², interações culturais inéditas e imprevistas articularam gradual e inexoravelmente acervos culturais de genealogia ímpar, mormente de base indígena e portuguesa, fundamento de uma cultura mestiça de tipo novo, mameluca ¹³ na forma e na essência (WALDMAN, 2017c e 2006b; RIBEIRO, 1995). Saliente-se que de um modo geral, o índio, ensinando o branco a viver nos trópicos, emprestou-lhe padrões, técnicas e equipagem que permitiram-lhe inserir-se em um território cujos segredos não conhecia, poupando-o de mazelas e infortúnios que poderiam fazer soçobrar a empresa colonizadora no seu nascedouro.

Serra acima, o cunho indígena, e na sequência, o sinete mameluco, transparece de modo estrutural na concepção de espaço que regia a ordenação e plotagem dos fixos e dos fluxos ¹⁴ no espaço habitado, os modos de percepção da paisagem e no patamar da vivência cotidiana, a *sui generis* residência paulista, construída em taipa de pilão ¹⁵, item que integra leque de influências corriqueiras nas relações sociais, no ambiente culinário e no cabedal de aparatos e objetos presentes no dia a dia dos paulistas ¹⁶.



FIGURA 1 - O Mapa digitalizado acima, excerto de “Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas” (TAUNAY, 1952: 3), é uma das representações cartográficas da expansão da Capitania de São Paulo, cotejando um ápice de jurisdição territorial (ano-base de 1709). Porém, este território não pode ser entendido como espaço efetivamente sob batuta institucional de São Paulo em vista de que, em grande parte, consistia de uma territorialidade nominal, quando muito *de jure*, mas nunca *de facto*. Portanto, não efetivamente incorporada ao mando paulista. Sob outras perspectivas, cartas deste tipo, apesar de embasadas num subtexto ufanista, são ao mesmo tempo reveladoras do quanto a influência paulista se fazia palpável e notada no interior do país, espalhando-se num *locus* espacial pouco tocado pela rede de circulação lusa do Atlântico, a Leste, ou pelo esquema espanhol potosino, a Oeste (Fonte: < <http://www.rotamogiana.com/2012/08/a-cultura-caipira-como-resultado-do.html> >. Acesso: 12-11-2018).

No campo linguístico, o *nheengatú*¹⁷, a língua geral de base tupi, originada no idioma dos índios de São Vicente e do Alto Tietê, foi o molde para a *língua geral paulista*, um ramo do *nheengatú* extinto no Século XIX, mas que no passado se tornara o código

linguístico do dia a dia dos paulistas, que disseminaram topônimos com esta matriz em todo o país (CAVENAGHI, 2011; SAMPAIO, 1914), até mesmo em áreas em que quais não havia expressamente falantes de idiomas sequer próximos do tupi ¹⁸.

E mais do que isso, os paulistas alastraram esta fala estranha aos ouvidos europeus por todo o espaço da colônia, difundido-os nos nomes das localidades, logradouros, lagos, rios e rugosidades geográficas, refletindo-se de modo indelével nas toponímias presentes nos mapas do Brasil, fossem confeccionados por cosmógrafos brasileiros ou portugueses. Isso implicaria, tal como adverte o geógrafo Aziz Ab'Saber, numa respeitosa consideração a ser dedicada para a “toponímia dos que sabiam observar relevo, vegetação e todos os fenômenos da natureza” (*apud* BUENO, 2004: 35).

Fundamentalmente, a São Paulo dos séculos passados era uma sociedade bilíngue, mas na qual o idioma popular, a *língua geral paulista* ou *tupi austral* (um dialeto do *nheengatú*, hoje extinto), competia com folga com o idioma oficial dos colonizadores, o português, como de resto acontecia em todo o país. Sabe-se que o *nheengatú* sobrepujava o português na ordem de três para um, pelo que a chamada “língua de índio” era o linguajar cotidiano usual dos brasileiros, que no caso de São Paulo, era beneficiada pelo alheamento socioespacial da cidade ¹⁹.

Neste panorama, a relevância do elemento mameluco é inegável. No bastião paulista e em grau diferenciado noutras paragens das imensidões brasileiras, este assumiu o talhe de elemento cultural de raiz, sem o qual seria impossível pensar a formação do povo brasileiro e paulista. A respeito, que a devida cortesia seja prestada ao que argumenta o antropólogo brasileiro Darcy RIBEIRO:

“A expansão do domínio português terra adentro, na constituição do Brasil, é obra dos mamelucos... O mameluco abriu seu mundo vasto andando descalço, em fila, por trilhas e estreitos sendeiros, carregando cargas no próprio ombro e no de índios e índias cativas...” (1995: 109).

No contexto do que estamos ora a discutir, e que na eventualidade de aprovação do projeto, é um ponto a ser melhor esmiuçado, entenda-se que o cosmos paulista gravitava em meio a um torrão ostensivamente mergulhado numa cultura indígena, à qual o mameluco se filia de um modo que não tem como ser contestado ²⁰.

Logo, a “São Paulo Bandeirante” era estruturalmente mameluca e de modo próximo, ainda que impregnada por contradições, indígena na soldadura mais elementar da

sua alma. Isto para não citar uma conclusiva fenotipia, que revelava sem aviso prévio a origem dos paulistas.

Neste aspecto, é o arquiteto e historiador paulista Carlos LEMOS, na sua perspicaz análise sociológica sobre a casa roceira bandeirante e a arquitetura tradicional paulista, quem informa quão difícil seria imaginar a São Paulo do passado com fisionomia outra que não fosse mameluca:

“Nas serras frias de São Paulo, de invernos rigorosos e de verões encharcados pelas chuvas contínuas, se desenvolveu uma *civilização mameluca*, em cujas casas falava-se correntemente o tupi, mantinham-se hábitos indígenas e dificilmente um estranho poderia distinguir [dentre estes], os servos, administrados, agregados dos membros da família tutelar do feudo caboclo” (1978: 53, *grifos nossos*).

Obviamente, deixar de recordar que este conjunto de conhecimentos sobre o novo espaço bandeirante foi amamentado pela rica experiência das etnias locais causaria justificada estranheza. Unicamente os indígenas, ocupantes ancestrais do território nacional, dispunham de um conhecimento apurado da geografia local.

Daí se justifica o papel desempenhado pelos índios na indicação dos sítios urbanos e de muitas rotas que passaram a intercomunicar os sertões sob soberania colonial, quase sempre decisivo para o sucesso da iniciativa. Isto porque o silvícola era, acima de tudo, “um ser ecologicado e, portanto, capaz de uma seleção correta. Os colonos da primeira fase da colonização erravam frequentemente: daí o abandono de muitos locais escolhidos em primeira mão” (Cf. SAIA, 1978: 237).

Assinale-se que as movimentações bandeiristas foram, desde a segunda década do Século XVI, em grande parte tributárias de densa malha hidrográfica (Figura 2), por seu turno regrada por domínio orográfico especialíssimo, moldado pelas dessimetrias plano-altimétricas do edifício geológico das terras do atual Estado de São Paulo, que opõem fisionomicamente uma vertente marítima confinada pelos robustos paredões rochosos da Serra do Mar aos espaçosos e monotonamente inclinados patamares planálticos da vertente continental (Vide AB’SABER, 2004: 37).

Escoando na direção dos extremos sul-americanos, os cursos d’água do Alto Tietê e os fluxos subsequentes a jusante foram esteio por excelência do bandeirismo e das monções, em especial o caudaloso Tietê, em cujas nascentes foi fundada o burgo de São Paulo, ou para ser mais exato, nas cabeceiras da rede fluvial, localização que relativamente ao sistema hidrográfico do planalto, teve nos primeiros momentos da

colonização uma importância excepcional (*passim* WALDMAN, 2017c, 2011 e 2006b; TAUNAY, 2012; CAMPOS, 2004; PRADO JR., 1998: 21).

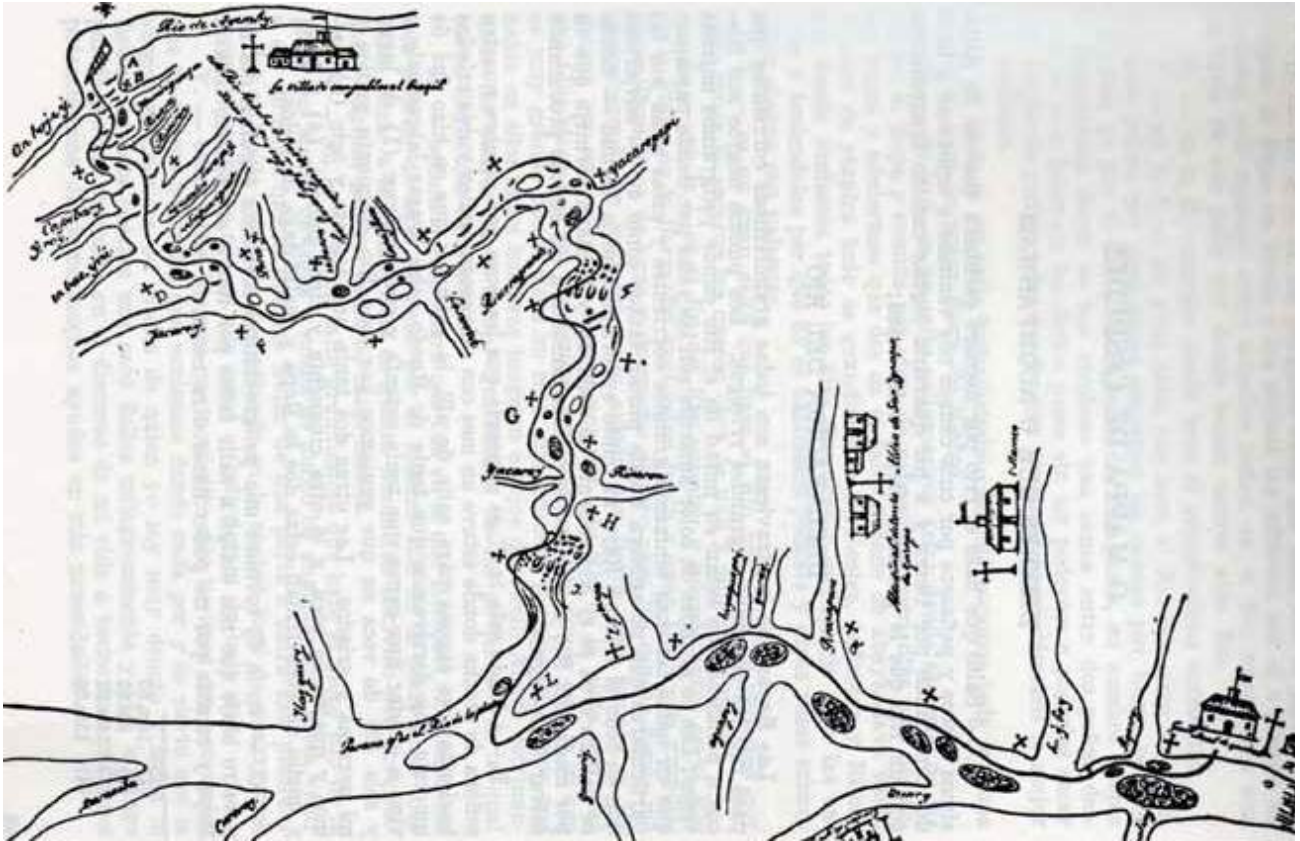


FIGURA 2 - Reprodução impressa da carta fac-similada Mapa de Dom Luiz de Céspedes Xeria, datado de 1628 (Fonte: TAUNAY, 1922, excertado de CAVENAGHI, 2011: 88). Este mapa, cujo original está tombado no Archivo General de Indias, em Sevilha (Espanha), é basilar para a identidade visual paulistana. Retrata o trajeto fluvial do governador castelhano Céspedes de Xeria entre São Paulo (último ícone a Nordeste do mapa), até Guairá (atual Oeste do Paraná), região onde assumiu a representação do poder local do império espanhol. Efetuado durante a Era Filipina, o mapa traz indicações toponímicas como a “vila de sanpablo” e o rio Anhemby, como então era corriqueiramente conhecido o rio Tietê.

Neste quadro geográfico, este processo de territorialização materializou a partir do Século XVII, uma *core area*²¹ com epicentro na cidadela paulistana, baliza de jornadas que década após década reverberaram num dilatado entorno espacial, advindo de modestíssima base geográfica, entrando os paulistas mato adentro “em busca do remédio para sua pobreza”, tal como informam os relatos da época (Cf. VERGUEIRO, 1981: 10).

Num prisma meramente demográfico, nada disso implicou num agigantamento da cidade. Até meados do Século XIX, a cronologia da futura metrópole foi ritmada por um núcleo urbano formado pequeno número de arruamentos, delimitado por várias

gerações por três ruas: São Bento, Direita e 15 de Novembro (antiga Rua do Rosário), encimado pela colina na qual em 1554, José de Anchieta funda a aldeia jesuítica que se tornaria a cidade de São Paulo.

Estas três ruas axiais decalcavam um “Triângulo” estrategicamente alojado na junção das águas do Tamanduateí e do Anhangabaú (Figura 3), pespontado principalmente, aparte os edifícios oficiais, por objetos espaciais como igrejas, conventos, mosteiros e outras imóveis eclesiásticas (WALDMAN, 2006b: 444-445; MONBEIG, 2004; PRADO JR. 1998; MOURA, 1980).

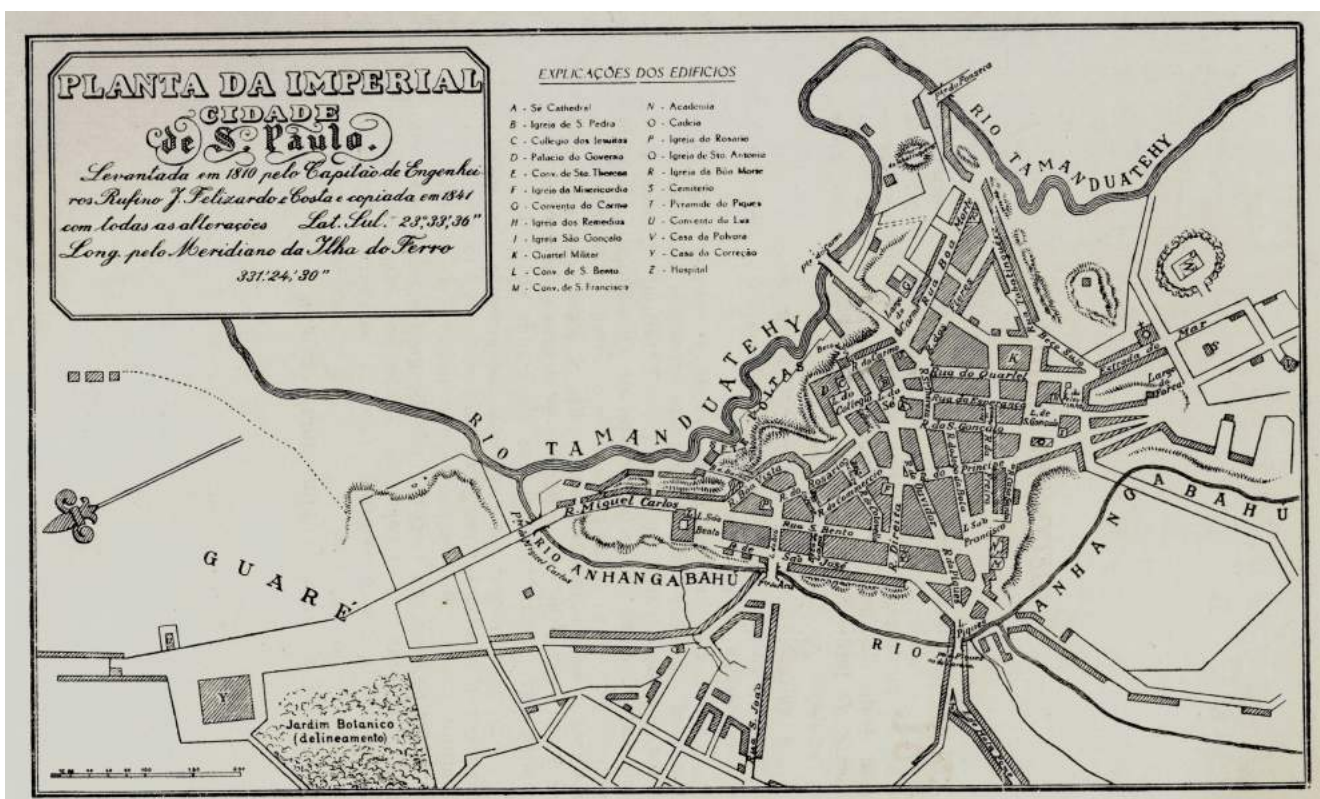


FIGURA 3 - Planta da cidade de São Paulo tal como cartografada pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa em 1810 e copiada pelas autoridades imperiais em 1841. Visivelmente, a cidade praticamente permanecia enquadrada na confluência dos rios Anhangabaú e Tamanduateí (MOURA, 1980: 16).

Num sentido espacial, São Paulo era o fulcro central de uma rede de assentamentos cujos habitantes espalhavam-se em arredores com 50 quilômetros de raio a partir do “Triângulo”, pelo qual os senhores se distribuíam em negação ao consagrado binômio rural-urbano, com roças entremeando-se a um casario disperso, que em meados do Século XVIII, reunia não mais que 4.000 habitantes, total que salta, na iminência da economia cafeeira, para 20.000 paulistanos em 1810 (SAIA, 1978: 228-237).

Portanto, a população de Piratininga agremiou na maior parte de sua história um escasso contingente de brasílicas. Estatísticas informam em 1872, na antessala do Século XX, a cidade de São Paulo contabilizava escassos 31.385 paulistanos, demografia certificadamente exígua quando tomamos em consideração que, por exemplo, no ano de 1970, menos de um século após o levantamento citado, a então novel metrópole do Planalto somava exatos 5.924.615 habitantes (Cf. PRADO JR., 1998: 60 e IBGE, Censos de São Paulo).

À modesta demografia que recorrentemente marcou durante séculos a história de Piratininga, a cidade agregava particularidade significativa: apesar de encarapitada num ponto do planalto distante menos de cem quilômetros do litoral, a cidade constituía posto avançado de uma nova formação socioespacial, o Brasil, então colônia de Portugal, fato que, *mutatis mutandis*, em nenhum momento foi impeditivo de contraposições dos paulistas com a metrópole, incomodada com o açodamento e a pertinácia de Piratininga em estabelecer suas próprias regras de conduta.

Neste recorte a consulta aos mapas de geografia física direcionariam nosso olhar tanto para as diversas singularidades do espaço natural no qual a cidade de São Paulo foi implantada, quanto para influências delas decorrentes para seu desenvolvimento urbano e para os vastos confins que se estendem além de Piratininga.

Assim sendo, uma primeira constatação estaria dirigida para o Planalto Brasileiro, rugosidade natural particularizada na baixada santista por um invulgar estreitamento junto à faixa costeira do Atlântico. Neste ponto do compartimento geomorfológico, correspondendo à província do planalto Atlântico, os contrapés desta formação natural não se distanciam do estuário de Santos mais do que 15 quilômetros da praia.

A importância desta peculiaridade se fez sentir de modo profundo na história do nosso estado e da própria nacionalidade. Recordemos que grande parte do interior brasileiro constitui orograficamente um domínio planáltico. Consequentemente, o povoamento não teria nenhuma chance de sucesso em se alastrar pelo interior do Brasil ignorando a ultrapassagem deste marco natural (TAUNAY, 2012: 113-116).

Na sucessão de fatores que favoreceram a fundação de São Paulo exatamente no ponto em que ocorreu, a facilidade de acesso ao planalto a partir da baixada santista constituiu elemento de peso. As serras que se prolongam à Leste, compostas por uma larga vertente íngreme, possuem desfiladeiros de longe bem mais acentuados, caracterizados por altitudes proeminentes alteadas por cumeadas que atingem 1.500/2.000 metros, sendo estes, antes de exceção, uma regra generalizada.

Por isso, Minas Gerais foi povoada a partir de São Paulo e não do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, áreas nas quais o povoamento deteve-se, devido à aspereza do terreno, nos alcantilados graníticos das fraldas do planalto. Reconhecidamente, o arrampado natural que unia Piratininga à Baixada Santista era bem mais satisfatório do que os demais, justificando opção preferencial por esta via de acesso (PRADO JR., 1998: 14-15).

Contrariamente às demais passagens naturais existentes nas serras que se alinham ao longo do litoral brasileiro, é exatamente o trajeto ligando a baixada santista na direção do planalto que se configura como o caminho mais fácil e menos oneroso de todos. Disto sabiam as populações indígenas, que aproveitando o trecho de menor declividade, alcançavam Piratininga por meio da trilha batizada como *dos Guaianases*, *dos Tupiniquins*, *Caminho de Piassagüera* ou ainda, *Peaçuaguera* ²² (MAWE, 1978: 60).

Rugosidade que no futuro serviu de base para a Estrada de Ferro São Paulo Railway (WALDMAN, 2006b: 441), esta rota, sugerida por vários historiadores como o trecho inicial do famoso *Caminho do Peabiru* ²³, demandando para o interior do Paraguai e alcançando o altiplano boliviano (onde conjecturalmente se converteria na *Estrada Inca*), foi o primeiro percurso utilizado pelos portugueses para chegar ao planalto. Por esta trilha os jesuítas se embrenharam para estabelecer o sítio do que viria a ser a vila de Piratininga.

Atente-se, como sói acontecer com designações de origem tupi, frequentemente mergulhadas em flexões naturais, que *Piratininga* significa *peixe a secar ou seca-peixe*, registrando deste modo a oscilação dos fluxos e refluxos da água do rio, que por efeito dos transbordamentos, deita os peixes fora e os expõe ao Sol inclemente (SAMPAIO, 1914: 259).

Esta denominação indígena também nada mais infere do que as características da formação geológica da região, um depósito sedimentar resultante aluviões flúvio-lacustres de perfil argiloso, originando um solo pedologicamente muito pobre, pouco propício ao adensamento arbóreo, vadeado por um grande rio, o *Tietê*, que em razão da pequena resistência oferecida por um solo formado por grandes extensões de material particulado, era formado por inúmeros meandros.

No que igualmente certifica a relevância dos enquadramentos naturais na história da cidade de São Paulo, outro topônimo de uso corrente no passado colonial era *Vila de São Paulo do Campo*, denominação que encontrava justificativa num panorama que

no passado, inspirou o comentário que segue, da pena do monge beneditino Frei Gaspar da MADRE DE DEUS:

“Em cima da Serra de *Paranapiacaba* e debaixo do Trópico Austral, pouco mais ou menos, demora uma região deliciosa, a que os portugueses de princípio davam o nome de *Campo*, por distinção das terras de Beira-mar, que acharam cobertas de arvoredos muito altos quando aqui chegaram, e por isso diferentes daquelas mais vizinhas a *S. Paulo*, as quais sem artifício não produzem árvores altas, senão em pequenos bosques distantes uns dos outros e dispersos por toda a campanha, a qual é um terreno desigual, cuja produção, espontânea e mais ordinária, consiste em feno e arbustos rasteiros: *capões de mato*, chamam no Brasil aos tais pequenos bosques” (1975: 119-120).

Esta breve incursão historiográfica a respeito das origens de São Paulo, não poderia omitir menção ao recinto singular que aloja o núcleo urbano inicial de São Paulo. Destarte, o *lugar*, entendido como *porção discreta do espaço total identificada por um nome* (SANTOS, 1978a: 121), é extremamente revelador do dinamismo espacial inerente a um sítio *pivot*, que no caso de Piratininga, encerra interesse especial.

Com efeito, a Vila de São Paulo do Campo teve como naco original um “promontório” localizado na planura de Piratininga na confluência de dois rios: o *Anhangabaú*²⁴ e o *Tamanduateí*²⁵, por sua vez encimado pela colina na qual seria fundada, em 1554, a aldeia jesuítica. Espaço atualmente ocupado pelo “centro velho” de São Paulo, esta proeminência da topografia apresentou-se enquanto um elemento geoestratégico de considerável importância, aconchegando a aldeia que mais tarde se transformaria no polo de um amplo processo de territorialização²⁶.

Nas palavras do geógrafo Pierre MONBEIG: “Dentre todas as colinas, os fundadores escolheram para o seu colégio as que dominam de um lado o Tamanduateí, de outro as barrancas do Anhangabaú. Em parte alguma a escarpa que se precipita sobre as várzeas é tão bem marcada. E em parte alguma parece haver tantas garantias de segurança” (2004: 120).

Esta autêntica defesa natural a tutelar a investida de colonizadores decididos a se imporem como titulares de um território que lhes era soberanamente desconhecido e obviamente, hostil sob os mais diversos aspectos, tornou-se o berço de São Paulo, cujos primeiros passos se devem portanto, a uma invulgar somatória de elementos geográficos, responsável posteriormente por sua ulterior supremacia (Cf. WALDMAN,

2006b; CAMPOS, 2004; MONBEIG, 2004: 188-120; AB'SABER, 2004: 113-206; PRADO JR., 1998).

Para complementar, caberia, nesta súmula sobre o cenário temático do projeto ora em discussão, seriam meritórias algumas brevidades acerca do rio Tietê, visto que as águas serpenteantes deste rio constituíram um imperativo facilitador das *razzias* bandeirantes, que além de prontificar-se enquanto fonte de farta proteína animal (pesca), formava uma via natural de penetração para o interior do território.

Na verdade, não se permite desprezar a nota etimológica relacionada ao *nheengatú*, que este fluxo d'água significa *rio caudaloso, de fluxo considerável* (SAMPAIO, 1914: 273), notação essencial quando temos que o esteio histórico e cartográfico deste projeto de pesquisa é a trajetória bandeirista, firmada pelo curso deste grande rio ²⁷.

A localização do assentamento de Piratininga nas cabeceiras da malha fluvial do Tietê terminou, na prática, induzindo o direcionamento de diversas rotas de expansão da colonização portuguesa. Acontece que São Paulo ocupa uma posição privilegiada, a cavaleiro de um ordenamento hidrográfico que terminaria por se corporificar enquanto um centro nodal de irradiação da expansão bandeirante e por extensão, do povoamento colonial.

Constituindo um viveiro natural de peixes e de numerosa fauna, em fonte de água para os rebanhos e em determinados locais, banhando solos convenientes para a agricultura, não haveria como dispensar comentários sobre os cursos d'água desta bacia. Coerentemente, até finais do século XVI, não era possível encontrar qualquer povoado no planalto que estivesse afastado das margens dos rios (PRADO JR., 1998: 20-22).

O rio Tietê e os seus afluentes, acessíveis por intermédio do Tamanduateí, cujo curso agasalhava o antigo outeiro da aldeia jesuítica, representavam o que de melhor era oferecido pela natureza para a navegação e penetração rumo ao interior, inclusive com a Baixada Santista que desfrutava, até o século XIX, de uma ligação anfíbia com São Paulo.

Aliás, desde logo esta malha fluvial motivou a instalação de ancoradouros na cidade, o principal dos quais, situado nas proximidades da atual rua Ladeira do *Porto Geral*, no qual atracavam canoas e embarcações de porte mediano, demandando dos aglomerados dos arredores da cidade ou de locais situados muito além do horizonte (Ver LANGENBUCH, 1968: 33).

Objetivamente, a malha fluvial do Tietê estaqueou complexa e prodigiosa progressão territorial, indiscernível da história e da geografia do Estado de São Paulo, que no contexto da análise basilar deste documento, suscita o registro do papel exercido não só por polos como São Paulo de Piratininga, como também pela vila de Araritaguaba²⁸, a hodierna Porto Feliz, e a rede de vilarejos, igrejas, pousadas e outros pontos nodais da territorialidade paulista que irrompem no entorno da vila de Piratininga, umbilicalmente atadas à matriz bandeirante (WALDMAN, 2017c, 2006b; SAIA, 1978).

A cidade de Porto Feliz, situada na margem esquerda do rio Tietê e a pouco mais de cem quilômetros de Piratininga, cumpriu papel fundamental como guarda avançada da expansão paulista, se tornando elo estratégico para alcançar as cobiçadas jazidas de ouro de Cuiabá e de outros arraiais auríferos, destacando-se como importante ponto de apoio para o ciclo monçoeiro.

Definida na voz dos seus habitantes pela insígnia de “Terra das Monções”, Porto Feliz funcionou desde os inícios do século XVIII como plataforma propagadora das incursões paulistas nos extensos espaços do Oeste de São Paulo e do Mato Grosso, processo em consonância com os predicados naturais pautados pelo Tietê, alargando a presença bandeirante na futura territorialidade brasileira (WALDMAN, 2017c).

Reconhecidamente, foi sob a guarda do Tietê e da malha hidrográfica correlata a este rio que colonização avançou. Através das suas águas do rio caudaloso, os povoados, tanto a montante quanto a jusante, se ligavam por via aquática à vila de São Paulo.

Entretanto, na busca por solos férteis para a agricultura, pasto para os rebanhos, para escravizar os indígenas e na sequência da aventura do enriquecimento fácil materializado nos metais e nas pedras preciosas, já no raiar do Século XVI e princípio do XVII, os paulistas abrem artérias terrestres, secundadas em diferentes situações por caminhos pré-cabralinos (Cf. WALDMAN, 2006b: 447).

Estas novas rotas, por conta das limitações técnicas da época, não desprezavam as imposições da topografia, tomando por ponto de apoio as depressões que abriam caminho entre as serras e os mares de morros do interior paulista (Quanto a este domínio natural, Vide AB’SABER, 2003: 16-17).

No que repõe noutro patamar o tema da hidrografia, chama a atenção, em qualquer consulta prévia aos mapas que compõem a investigação, uma opção corriqueira adotada pelos trajetos terrestres em favor de cabeceiras dos rios, nomeadamente quando a rota tinha que cruzar transversalmente o fluxo fluvial.

Rotas abertas numa época em que faltavam meios técnicos e logísticos para obras de porte, esta predileção explica-se pelo talvez menos copioso nos sítios a montante, o que possibilitava ultrapassagem a vau ou requerendo pontilhões menos exigentes em tempo, recursos e força de trabalho.

Esta variável clarifica certa sinonímia das estradas com os piemontes situados logo após a crista das serras, especialmente quando estas também configuravam um divisor de águas.

Assim, tirando proveito dos desvãos do terreno, uma grande passagem, a Nordeste, passando por Mogi das Cruzes e Jacareí, foi aberta ligando São Paulo ao Vale do Paraíba; uma segunda trilha, conhecida como Caminho dos Goitacazes, demandava na direção Norte, seguindo através de Jundiaí e Mogi Mirim atingindo os sertões do Triângulo mineiro e de Goiás.

A Nordeste, um terceiro caminho passou a conectar Piratininga, através de Atibaia e Bragança Paulista, com o Sul de Minas Gerais e finalmente a Oeste, uma outra artéria passou a ligar São Paulo com a região dos Campos de Sorocaba ²⁹ e de Itapetininga ³⁰, área forrada por um cerrado rarefeito que serviu de trampolim para alcançar a região de Curitiba ³¹.

Na articulação espacial imediata da Vila de São Paulo do Campo, uma via primordial foi indiscutivelmente o Caminho do Mar, trilha que alojou-se nos desvãos do trecho serrano do Peabiru (CAMPOS, 2006), desde cedo se apresentando enquanto trajeto preferencial para quase todo o contato entre Piratininga e o litoral.

Tendo por suporte as cidades de São Paulo e Santos, ambas desde então formando um binômio funcional, o caminho serrano que as atava tornou-se desde os primeiros momentos do povoamento o eixo da organização espacial da colônia (WALDMAN, 2006b: 448).

Não sendo nada fácil transpor a Serra do Mar, que se impunha impiedosa entre o planalto paulista e o litoral, uma série de esforços coroou o anseio em ligar estes dois pontos entre si. Tão célere foi esta demanda, que no ano de 1560, a administração portuguesa encarregou os jesuítas liderados por José de Anchieta de consolidar a ligação entre São Vicente e São Paulo, que passou a ser conhecida como Caminho do Mar.

No ano de 1661, a Capitania de São Vicente começa a construir a Estrada do Mar e entre 1790 e 1792, por ordem do governador Bernardo José Maria de Lorena, foi levada a cabo uma pavimentação deste trajeto com lajes de granito, ficando conhecida como Calçada de Lorena, mantendo trechos preservados até os dias de hoje.

Outro caminho, a Estrada da Maioridade ou do Vergueiro, aproveitando parcelas dos trajetos anteriores foi aberta em 1844. A força inercial deste percurso repercutiu durante toda a história da metrópole: ainda no Século XX, aproveitando variáveis desta escharpa seriam construídas a via Anchieta (1939/1947) e a rodovia dos Imigrantes, esta última inaugurada em 1976 e posteriormente duplicada em 2002.

De resto, este debate, profícuo em detalhes e em planos de compreensão, que expressamente não se esgotam no elenco de apontamentos até agora alinhavados, se desdobrariam, no corpo geral do projeto de pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)*, em outras evocações temáticas, a serem desembaraçadas da invisibilidade a medida em que avançamos neste documento.

1.6. Inflexões Históricas, Culturais e Geográficas

Do que foi destacado, fica claro que os estudos cartográficos referentes ao espaço paulista pautam necessariamente uma reflexão condizente a largo período histórico e vasta extensão geográfica, que assumem a epopeia bandeirante tanto na investidura de tema magnetizador conceitual, como também, um *locus classicus* da personalidade histórica nacional.

Neste senso, retenha-se que enquanto constructo teórico, a investigação pertinente ao projeto se atém a um direcionamento crítico diante de amarraduras tradicionais que elegem “bandeirantes abstratos”, mediatizando tipologias de empreendimentos acadêmicos e na mesma direção, várias narrativas institucionais.

No que soma e não contradiz em nada ao que foi sedimentado até o momento, ao tempo e ao espaço, a proposição deste documento ressalva a esfera do cultural no papel de elemento estruturante nas avaliações. Isto porque os apensos solenemente indígenas que contribuíram e impulsionaram a ocupação territorial do país, regendo

o modo de ser paulista, não admitem omissões ou secundarização quanto à mescla cultural que resultou da interação entre a cultura indígena e a cultura portuguesa.

Este processo, sabidamente perpassado por contradições e ambiguidades, foi, por outras sortes, gerador de uma nova realidade, marcada pela mestiçagem em larga escala em todos os níveis e situações, da qual o mameluco, ícone por definição da hibridização cultural, foi um ator relevante, formatando um *ethos* nodal da empresa bandeirante e aos arranjos espaciais que foram sendo articulados e nesta ordem de considerações, em certo grau indexados às cartas geográficas ou contrariamente, delas abduzidos através de uma “linguagem do silêncio” (Cf. OLIVEIRA, 2011. Ver quanto ao marco conceitual mais amplo, BALANDIER, 1969).

Nesta declinação, seria precisamente o caráter mestiço da sociedade paulista, a fatoração basilar que respaldou a irradiação bandeirante pelos vastíssimos tratos territoriais do interior do país. Este dado justificou, por exemplo, a onipresença da toponímia de base *nheengatú*, inscrita na cartografia de todo o país, inclusive nas regiões em que rigorosamente nenhum indígena se expressava nesta fala.

No *nheengatú*, como para qualquer outro idioma, atente-se para o caráter matricial dos códigos linguísticos como fator identitário, modelando a visão de mundo e os modos de percepção do real ³², e enquanto tal, imiscuindo-se em todas as facetas da materialidade social, dado que explica como, não obstante a repressão pombalina a esta fala, que ainda hoje centenas de palavras de base *nheengatú* são de uso corrente no Português do Brasil, marca distintiva do léxico da nacionalidade, singularidade exclusiva no mundo de língua portuguesa.

Pondere-se que o *nheengatú* usufruiu no passado de excepcional difusão geográfica, tanto entre os paulistas quanto em grupos indígenas, muitos dos quais, faziam uso deste idioma como língua de comunicação interétnica. O *nheengatú* abrangia então um portentoso espaço linguístico, que ocupava, além da área núcleo e do entorno imediato do espaço paulista, todo o coração da América do Sul, partes da Amazônia e mais ao Sul, a área das missões jesuítas.

Na América espanhola, ultrapassando os marcos brasílicos, constituía fator facilitador das relações com a região do Prata e particularmente com o Paraguai, onde o guarani imperava incontestemente, língua do tronco tupi mutuamente inteligível com o *nheengatú*, reforçando-se assim, os vínculos entre Piratininga e Assunção, que comungavam, nos tempos coloniais, fronteiras difusas que transformavam estes dois pontos do espaço sul-americano em vilas gêmeas, mais do que opostas ³³.

Assim, a demarcação cultural, conectada às esferas do tempo e do espaço, autorizaria enunciar uma parceria mantida com as dinâmicas da territorialidade, como sujeito ativo ou oculto, cuja operacionalidade a alçaria numa posição de proa na agenda conceitual e do instrumental teórico condizente à proposta deste texto.

Por sua turno, tais pontuações podem ser aduzidas numa logicidade geográfica, em especial quanto aos arranjos espaciais que surgem como parte do *modus operandi* colonial ou então, enquanto respostas autóctones em articular o espaço habitado nos interstícios da ordem europeia, explicitando certa solidez ou ao menos, uma amarradura que resistiu inclusive, às sucessivas redefinições encetadas pela metrópole, partilhando ou redimensionando a hinterlândia desbravada e capitaneada por Piratininga³⁴.

Neste senso, tal como destacado em determinadas linhas de interpretação histórica, durante a maior parte da história os domínios coloniais na América Portuguesa não constituíam uma unidade política e territorial bem definida. Concretamente, uma ponderação a ser feita é que o império ultramarino português concertou, no Brasil e noutros pontos do Planeta sob seu mando político-administrativo, uma *estruturação granular*, descontínua e diversificada.

Traduzindo esta asserção numa ótica geoespacial, o poder colonial português se estabeleceu com base em pontos de apoio isolados, notadamente ao longo da costa e dos grandes rios, geograficamente distantes uns dos outros, que se contatavam de modo ocasional e via de regra, irregularmente.

Estes domínios estavam separados por imensos sertões que em tese, constituíam “terras de ninguém”, apenas em termos nominais submetidas ao mando português. Mas, a despeito de considerados “vazios”, tais espaços eram na realidade, ocupados por povos indígenas, quilombolas e por comunidades tradicionais com pouco ou nenhum contato com o núcleo principal da colonização.

Foi justamente a opacidade desta textura geoespacial, a indefinição do contorno territorial (que incluía muitas áreas litigiosas) e a necessidade de manter a presença da metrópole que induziu a criação de administrações coloniais com escala geográfica mais ampla, buscando por esta via, imprimir unidade aos fragmentos de soberania, autoridade sancionada por fixos como guarnições militares, postos de vigilância e missões religiosas, e quando necessário, por *razzias* que se impunham ao gentio, aos fugitivos da escravidão ou a ambos.

Como pode ser aferido, este espaço colonial foi delineado com suporte em dois eixos geográficos: um *horizontal*, acompanhando o rio Amazonas, sinteticamente o Grão-Pará; outro *oblíquo*, seguindo a costa marítima, o Estado do Brasil, em que o poder marítimo português, fazia valer toda sua força ³⁵.

Logo, existiam duas grandes delimitações coloniais, grosso modo o Estado do Brasil e o Grão Pará, cada uma das quais respondendo a Lisboa por intermédio de um aparato burocrático próprio, fracionadas e articuladas no plano interno numa composição em mosaico, entremeando diferentes competências políticas, jurídicas e administrativas (Vide WALDMAN, 2018b; AZEVEDO E SILVA, 2002).

A estas volições espaciais do colonialismo português, acresce-se o protagonismo dos espanhóis a Oeste, escorado num arco transcontinental igualmente oblíquo, que acompanhava o alinhamento dos Andes e do Pacífico, com epicentro nas minas de prata de Potosi, as maiores do mundo de então, localizadas na Bolívia, com rotas que escoavam minérios e outras riquezas através dos portos do Caribe.

Acontece que a vila de São Paulo, não obstante o “limbo” que a excluiu em função de uma condição periférica ao circuito atlântico lusitano, e igualmente marginal quanto à relação com seu congênere castelhano, o circuito potosino, teve entre os séculos XVI a XVIII, uma grande janela de oportunidade de se fazer presente neste “vácuo jurisprudencial” que separava duas grandes redes de circulação da América colonial (VILADARGA, 2014: 27 *et seq*).

Este fato seminal, foi vitaminado por injunções relacionadas com linha demarcatória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas (1494), riscada no mapa-múndi por Portugal e Espanha a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde.

Entrementes, a imprecisão desta demarcação, consequência da ausência de métodos e de equipamentos para a determinação exata das longitudes, lado a lado com implacáveis oscilações históricas, fez valer como doutrina de posse *par excellence*, a ocupação efetiva, *de facto*, dos territórios sul-americanos entre lusitanos e espanhóis, pelo que, a vacuidade jurisprudencial dantes confirmava a função subliminar deste acordo em amortecer a ocorrência de conflitos armados entre as duas potências ibéricas (*apud* CINTRA, 2014: 106-107).

É pois, na amplitude silenciosa deste vazio que se desenrola a saga bandeirante, abrindo caminhos por sertões afora, com roteiros que promovem o ingresso na economia global da época de novas minas de ouro, prata e de pedras preciosas e em

paralelo, adiantando-se ou enfrentado o poder espanhol em paragens longínquas e ainda muito mal conhecidas, modelando com isso, tanto a futura formação territorial do Brasil quanto os domínios portugueses na América do Sul.

Atente-se que do ponto de vista da articulação do espaço, bandeirantes e lusos primaram em estatuir uma compleição territorial fundamentada em polaridades, por mínimas que estas sejam a um olhar contemporâneo.

No caso do império ultramarino português, de índole talassocrática, multifacetado, puntiforme, embalado por um catolicismo militante e mesmerizado por talantes mercantilistas, este delineou uma geografia político-administrativa respaldada na implantação de próteses³⁶, espacialidades que operavam como polos direcionadores dos fluxos.

Este seria o caso paradigmático de fortins, feitorias, atracadouros e missões religiosas erguidas em diferentes teatros do mundo colonial português, que mantinham com os mares uma parceria vital, assegurada pelo poderio naval luso.

Nesta atuação, uma nota comum foi a manifesta predileção da expansão lusitana por ilhas próximas ao continente: Santo Amaro, São Luís, Desterro, Cananeia, Vitória, etc, com o qual traficavam, servindo de cabeças de ponte para intrusões bélicas, pontos de apoio para ação missionária e para trocas de mercadorias de todos os gêneros.

Subscreva-se que para assegurar a posse de imensos domínios na América, África e Ásia, o Estado português sempre lançou mão de buscar alianças ou cooptar grupos aborígenes, formando coletividades mestiças que tingindo o tecido étnico original lusitano, constituíam uma guarda avançada dos colonizadores.

Esta política premeditada de “interculturalidade” foi motivada por fatos objetivos, como a escassa base demográfica da nação portuguesa, pouco mais que um milhão de habitantes aos tempos de Vasco da Gama (Cf. RODRIGUES, 2004: 21), totalmente insuficiente para gerir um império com vocação e projeção planetária.

Destarte, rubrique-se que modelarmente, as andanças bandeirantes compartilham várias analogias com as deambulações dos lusitanos. O reino de Portugal, espremido entre a Espanha e o Atlântico, alargou-se nos mares através de corredores de ventos. Piratininga, de costas para o mar e a Serra, voltou-se para os sertões apoiada em corredores de águas (TAUNAY 2012: 15-16).

Também correlatamente, a intrepidez bandeirante foi arrimada, desde os primeiros momentos da colonização, por claros processos de mestiçagem, com intenso recurso ao compadrio, magnetizando redes de agregados e apaniguados nativos. Do mesmo modo que os grupos alinhados às diretivas do império português, estes, formando coletividades de tipo novo, eram um sistema distinto de tudo que se vira no espaço pré-cabralino, núcleo de um dinamismo social e cultural que viria a formar o povo brasileiro.

No plano espacial, a expansão bandeirante foi instituída com base em modestíssimos núcleos de fogos e casarios separados por vastas imensidões territoriais, que para além das margens dos cursos fluviais e dos rústicos e perigosos caminhos terrestres, nada mais formavam do que uma *terra incognita* praticamente contínua, diante da qual, a posseção era juramentada por um imaginário territorial que de antemão, predicava e legitimava uma apropriação futura do espaço.

Portanto, uma aspiração endossada pelos ditames de uma *geografia noológica* ou *cultural* (BRETON, 1990) ou então, por uma *psicoesfera* (SANTOS, 1988), consistindo numa prototipia de expectativas espaciais que aguardavam por efetividade concreta, cuja espacialização, oscilando de acordo com as contingências da história, manteve-se altamente resiliente no imaginário social.

Eis assim, na condição de constructo teórico, que o espaço bandeirante era regido por uma lógica e por uma psicologia própria e bem definida, habilitada a dar cabo dos reptos que acudiam e interagiam com ideações de coletividades assoberbadas por um *ethos* impregnado por um senso de autonomia, que por condicionalidade ou por opção cabal dos atores que respondiam por este anseio, se tornou marca icônica do protagonismo bandeirante.

Neste senso, a cartografia do período de trezentos anos que forma o lustro temporal desta investigação, não tem como ignorar a logicidade desta estaca fundante. Daí que o diálogo da expressão gráfica dos mapas com esta materialidade social, mesmo quando truncado ou abduzido do reconhecimento factual dos personagens do cosmo bandeirante, se fez presente na produção cartográfica, um dado relevante que esta pesquisa almeja elucidar, discutir e circunscrever.

Arrazoadado mais que suficiente para calçar juízos, comentários e detalhamentos das variáveis envolvidas num marco analítico que instala o espaço bandeirante no centro das atenções.

1.7. Indicativos da Demarcação Cartográfica

Ultimando a apresentação do tema, e no contexto de como foi exposta, a proposta de *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* apontaria ainda, a título de marcadores cartográficos do trabalho a ser desenvolvido, dois mapas de reconhecida importância para a cartografia histórica paulista e brasileira:

1.7.1. O Mapa *Terra Brasilis* ou *Carta do Brasil* (1519), peça integrante do chamado Atlas Miller, atribuído a Lopo Homem-Reinéis, tombado pela Biblioteca Nacional de França (Paris). Trata-se de uma carta que mostra a costa sul-americana atlântica desde o Maranhão até ao rio da Prata, o que em si mesmo, é revelador do grande esforço do Estado português, menos de vinte anos após o desembarque de Pedro Álvares Cabral, em mapear pontos da costa favoráveis ao atracamento de navios e sítios significativos na nova terra descoberta (Figura 4).



FIGURA 4 - Mapa *Terra Brasilis*, de Lopo Homem-Reinéis (Fonte: < <https://www.laphamsquarterly.org/sea/art/sea-brazil-and-atlantic-ocean> >. Acesso: 18-11-2018).

Terra Brasilis é considerada o primeiro documento temático do Brasil a conotar o país como uma unidade territorial e política. Em termos ecológicos, foi também o primeiro a registrar o desmatamento e a natureza do país. Acredita-se que as informações deste mapa foram obtidas a partir da expedição de Cristóvão Jaques, que navegou a mando de Dom Manuel I, o litoral brasílico entre os anos de 1516 e 1519, combatendo a intrusão de piratas franceses, dismantelando feitorias clandestinas e escorraçando navios forasteiros que topavam com a frota de Jaques.

As iluminuras mostram indígenas atarefados na extração do pau-brasil e exemplares da fauna como macacos e araras. Perceba-se que a vegetação representada na carta não condiz com o perfil biogeográfico do espaço brasileiro. Dois escudos de armas de Portugal, um ao norte (na atual Guiana Francesa) e outro ao sul (atual Argentina), assinalam os domínios da coroa portuguesa, decalcando, de modo sumário, a linha do Tratado de Tordesilhas (Vide ROCHA, PRESOTTO *et* CAVALHEIRO, 2007: 754-755).

Do ponto de vista da cartografia histórica, percebe-se que este mapa, ao identificar os sítios que melhor se ajustariam à função de atracadouros naturais e por extensão, de serem ungidos à categoria de cabeças de ponte da colonização, predeterminaram que pontos do litoral paulista como estuários, ilhas, baías e enseadas, entrassem na órbita da estratégia espacial colonizadora dos portugueses, induzindo que estas localizações passassem poucas décadas após, a desempenhar papel pivotante no espaço colonial, inclusive do espaço paulista.

1.7.2. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1837), confeccionado por Daniel Pedro Müller ³⁷, engenheiro militar luso-brasileiro a quem a recém-instituída Assembléia Legislativa Provincial encomendou em 1835 a confecção de uma carta do território paulista, que na ocasião, englobava o atual estado do Paraná, definido pelos limites da 4ª Comarca, e que para além disso, registra parte dos territórios das Províncias do Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Figura 5).

Este levantamento, concluído em 1837 e impresso pela primeira vez quatro anos mais tarde (1841), importa tanto por constituir o resultado de um mapeamento em conjugação com um trabalho estatístico, como pelo dado de ser a primeira representação completa do território de São Paulo e de ineditamente, ter sido impresso (trabalho executado na França), do qual foram extraídas ao menos cem cópias, distribuídas pelos diferentes órgãos provinciais, para institutos de cunho científico, políticos, viajantes e inclusive, para particulares que se interessaram pela peça (*apud* BEIER, 2015: 32).

Peça proveniente do início do Século XIX, o mapa de Pedro Müller é circunstanciado, e ao mesmo tempo constitui reflexo de uma territorialidade que se mantém cativa das benesses da hidrografia, justificando que o único grande rio registrado nesta carta e com fluxo agraciado com notas informativas, ainda seja o Tietê, por sinal, um autêntico *continuum* cartográfico na *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, assim como nas cartas da Coleção Pirajá que destacam a Vila de São Paulo do Campo.



FIGURA 5 - Reprodução do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841), de Daniel Pedro Müller (Fonte: < https://umhistoriador.files.wordpress.com/2015/09/memc3b3ria_mapaimpresso001.jpg >. Acesso: 18-11-2018).

Outro detalhamento de interesse corre por conta das sucessões montanhosas, que uma vez mais referendam o papel dos rios na história paulista e bandeirante. Não mais porque visivelmente, as cumeadas e as linhas de serras antes identificam divisores de águas do que qualquer preocupação mais detalhada com a orografia e os desníveis do terreno, propensão dos mapas antigos da Capitania de São Vicente que é repetida na carta de Pedro Müller.

Certo é, visivelmente a linha de cumeada da Serra do Mar está consignada em toda sua extensão, fato que não ratifica propriamente uma preocupação orográfica mas antes, decorrente desta sucessão montanhosa definir um compartimento territorial no qual a colonização foi se afirmando desde o Século XVI.

Isto posto, estes dois mapas, o primeiro oriundo do Século XVI e o segundo, datado de princípios do Século XIX, são em princípio, referências adotadas pelo trabalho de pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* em termos cartográficos, históricos e geográficos, endossando estas peças no papel de marcadores da análise.

II. A IMPORTÂNCIA DO TEMÁRIO DESTE PROJETO

Os percursos da Vila de São Paulo do Campo, pedra angular da identidade paulista, no tempo, no espaço e no universo da cultura, tem sido registrados por sem número de trabalhos nas mais diversas áreas do conhecimento, o que em princípio, poderia colorir de convencionalidade a proposta de *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)*.

Todavia, esta proposta de pesquisa almeja conferir uma fronteira de análises gravada pelo signo do inédito. Independentemente da circulação de diversos trabalhos com foco em Piratininga, e inclusive, em cartografia histórica, textos que protocolarmente foram citados e/ou discutidos neste documento, plenamente passíveis, outrossim, de agregar outras contribuições, se impõe o fato concreto de que tanto os mapas que ocupam o centro da pesquisa, quanto a moldura teórica que os intercalam, afirmam um quadro novel de perspectivas e adscrições para a compreensão da história, da geografia e da cultura paulista.

Primeiramente, quanto ao emolumento cartográfico de base, a investigação tem por horizonte a análise de uma produção emblemática, a *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga, abrangendo nove cartas, de 1612 a 1837*, de Afonso d'Escragnolle TAUNAY (1922), somando nove mapas, a ser encetada em conjunto com a Coleção Pirajá, composta por sete mapas, que integram o Acervo de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade (BMA).

Colateralmente, a Seção de Raros da Biblioteca Mário de Andrade resguarda mais 21 cartas (aqui definidas como Mapas Suplementares), selecionadas pelo proponente quando de consulta prévia dos mapas tombados pela instituição com vistas à elaboração deste documento, *pelo que temos um inventário que totaliza 37 peças cartográficas*.

No tocante à obra *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, caberia situar brevemente o autor, Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), no contexto das suas realizações. Distinguindo-se como romancista, historiador, genealogista, heráldico, ensaísta, lexicógrafo, biógrafo, tradutor, e professor, Afonso Taunay ocupou a cadeira n.º 1 da Academia Brasileira de Letras (eleito em 7 de novembro de 1929).

A atuação de Afonso Taunay em entidades como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Academia Paulista de Letras, Academia Portuguesa de História e em institutos históricos estaduais, foi coroada com o desenvolvimento de vários estudos historiográficos, sobretudo com foco no bandeirismo paulista, campo de estudos no qual as obras de Taunay, constituem um marco da historiografia bandeirante.

Em 1917, oriundo da Escola Politécnica, Taunay assumiu a direção do Museu Paulista, com a proposta de reorientar o foco das atividades da instituição, que originalmente era um Museu de História Natural, passando para um Museu de História. O principal objetivo era preparar o Museu Paulista para o Centenário da Independência que se avizinhava, efeméride em que é lançada a *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*.

Hoje, prestes a completar cem anos do lançamento, a *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, em que pese o extenso tempo de circulação deste material e da multiplicidade de *papers* que versam sobre os mapas desta obra ³⁸, a seleção de mapas desenvolvida por Taunay segue, por sua senioridade, enquanto material de referência, sobretudo para uma proposta de pesquisa que como esta ora em exposição, tem foco um estudo em cartografia histórica.

Com relação aos mapas da Coleção Pirajá, este patrimônio, amealhado por Manoel Augusto Pirajá da Silva (1873-1961), médico e cientista natural da Bahia (responsável pela identificação do agente patogênico e do ciclo fisiopatológico do *Schistosoma Manzoni*, causador da esquistossomose americana), é uma iniciativa de um bibliófilo, formada a partir de exemplares adquiridos com o fito de encorpar uma coleção particular, chegando à seriação final à revelia de critérios cartográficos (salvo serem invariavelmente mapas antigos relativos ao Brasil) e de metodologias de catalogação e sistematização.

Apesar da Coleção Pirajá ter sido tombada pela BMA faz 41 anos ³⁹, assome-se que esta nunca foi objeto estudo acadêmico de qualquer gênero ou natureza, seja em parte ou no seu conjunto, e por isso mesmo, aguarda investigação de mote exaustivo com o concurso de metodologias comparativas referentes à cartografia da época da feitura dos mapas, pelo que, a análise da Coleção Pirajá envolve claro interesse por parte da cartografia histórica, que como foi sublinhado parágrafos atrás, não tem sido granjeada com as justas considerações de que se faz merecedora.

Em segundo lugar, no plano da análise cartográfica e das proposições que regem a feitura deste projeto, que além do apoio em metodologias cartográficas, históricas e geográfica, também reivindica suportes antropológicos, *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* propõe-se a aprofundar a ótica do espaço real efetivamente vivenciado, algo que não se confunde com o mapa enquanto uma expressão gráfica institucional.

Apelando para uma dita da geógrafa Lívia de OLIVEIRA, também repassada e assídua, senão muito familiar a todos que se dedicam aos estudos cartográficos, as cartas são basicamente um artefato consumido por três atores básicos: *empresas de exploração de minérios*, ou seja, os empreendedores econômicos; *os planejadores*, qualquer que seja o campo de atividade; e, as *lides dos militares*, seguramente uma das que mais utilizam o mapa como instrumento de ação, pois em seus planos táticos, os exércitos não podem prescindir do emprego de mapas (Cf. 1978: 19).

Pelo que está exposto, não seria exagero atinar que os mapas se tornaram atores da própria arquitetura do poder. Prova disso, é a integração das representações de mundo em palácios, fortalezas e em outros edifícios que simbolizam o mando social:

“muitos dos mais belos e tecnologicamente avançados mapas jamais criados, foram pensados para serem dispostos sobre paredes, e alguns deles caprichosamente pintados sobre o reboco ou esculpidos no mármore para serem engastados na alvenaria” (BARBER et HARPER, 2010: 9).

No que também demonstra este viés político, a estratégia de sigilo de Estado que ronda a confecção e dificulta o acesso à informação consignada nos mapas, é reveladora dos elos com os aparatos de poder e em igual medida, um mecanismo indutor do que, no final das contas, deve ser incorporado às cartas geográficas.

Um bom exemplo do que estamos destacando é a missão dos padres matemáticos, (também astrônomos e cosmógrafos), formada por dois jesuítas, o português Diogo Soares e o italiano Domingos Capassi, que atuando sob ordens de Dom João V, rei de Portugal, cartografaram, entre 1730-1737, toda a costa Sul e Sudeste até Cabo Frio, no litoral do Rio de Janeiro, e boa parte do interior da Capitania de Minas Gerais ⁴⁰.

A decisão real em proceder a uma sondagem de fundo do território brasileiro ⁴¹, foi motivada pela crescente importância das remessas de ouro brasileiro para os cofres de Portugal, assim como pela descoberta de diamantes e conveniência de afirmar a posse de terras e as fronteiras com os domínios dos espanhóis, que seguiam imprecisas e contestáveis (Cf. CASTRO, 2014; MENEZES, RODRIGUES et COSTA, 2014).

Por isso mesmo, este levantamento foi realizado sob um manto de segredo absoluto, principalmente em relação à Espanha. Acatando estratégia geopolítica da metrópole lusitana em “oficializar” vastas terras da América meridional e seus sertões no início do Século XVIII, até mesmo as coordenadas corretas dos meridianos do Brasil, empresa realizada na demarcação das técnicas cartográficas em uso na época, foram ocultadas e manipuladas (Ver a respeito, OLIVEIRA, 2011: 5 e CINTRA, 2009).

Note-se que esta preocupação em manter discrição sobre a missão dos padres matemáticos era justificadamente provida de fundamentos: “pois o risco de as informações chegarem ao conhecimento da Coroa da Espanha e revelarem uma expansão lusitana para além dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas era real” (Cf. MENEZES, RODRIGUES *et* COSTA, 2014: 444).

É deste modo que o trabalho sigiloso dos dois jesuítas é demonstrativo do quanto a informação cartográfica pode, em primeiro lugar, ao servir os interesses do Estado, também pode falsear ou sonegar informação e segundo, o quanto os mapas, uma vez mais, reportam a uma opção relativa aos dados passíveis de serem cartografados, de acordo, é claro, com as diretrizes postadas ao comando do trabalho de mapeamento.

Com isso, **como terceiro ponto** a ser destacado nesta proposta de investigação, há que ser subscrito que paralelamente às cartas institucionais, deve-se atentar para uma dimensão qualitativa do espaço, dizendo respeito às formas como este é de fato vivenciado e reconhecido pelas populações e grupos que dele se apropriam, em muitos contextos suscitando contraponto com as narrativas cartográficas oficiais.

Fundamentalmente, atendendo ao fato de que “Se todo o embasamento teórico nos proporciona uma discussão a respeito das formas complexas de análise do quadro histórico, é nas fontes documentais que poderemos encontrar as manifestações empíricas dos fenômenos pesquisados” (MALULY, 2016: 280-281).

Contudo, observe-se que mesmo quando não recebem investidura institucional, as modelagens do espaço que transcorrem alheias à sanção institucional, terminam, em vários casos indexadas às cartas por intermédio da toponímia, pela incorporação cartográfica de dinâmicas de territorialização predecessoras ao mapeamento que se tornam atrativas ao poder estabelecido, ou por informações repassadas aos *map makers* por coletividades cuja existência, não era até então levada em consideração.

Portanto, os mapas podem configurar uma tipologia de palimpsestos, apresentando narrativas e subtextos banidos da escritura final, mas cuja escritura mais profunda,

não tem como ser apagada. Diante disso, a análise dos mapas antigos não tem como esquivar-se, do modo mais preciso e objetivo possível, de resgatar “o real processo histórico de territorialização do espaço e por outras, inclusive, demonstrar e/ou corrigir distorções, erros e ainda *desfazer silêncios* de mapas antigos” (Cf. OLIVEIRA, 2011: 2).

Precisamente por estas razões, esta proposta de investigação entende que além da análise dos 37 mapas citados, requisita-se consulta a relatos de viagens, de caminhos e manuscritos, títulos e documentos que foram objeto de seleção prévia durante a confecção deste projeto (Vide itens 3.1 e 3.2 da Seção X: Bibliografia Complementar), que se justapõem enquanto recorte coadjuvante necessário e essencial. Não mais porque os mapas, correspondências, crônicas e relatos:

“Constroem uma determinada retórica que não apenas retrata, mas constrói a realidade que se pretende impor como verdadeira. Ler um texto seja ele verbal ou não verbal sem questionar as informações nele contidas, sem perceber que elas são construídas a partir de determinada leitura de mundo e dos interesses de quem o confecciona, ou seja, sem *desconstruí-las*, traz muito pouco da complexidade da forma como as relações sociais e os jogos de poder espacializam-se” (Cf. OLIVEIRA, 2011: 12).

Por fim, como **quarta ponderação**, contudo de extrema importância, a proposta de *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX*, a ser desenvolvida próxima da celebração dos 200 anos da independência nacional e um século da publicação da *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, de Afonso Taunay, tem por pressuposto contribuir, com base na análise a ser encaminhada, para a afirmação da identidade paulista e por conseguinte, brasileira.

Este intento, pautaria a cartografia histórica não somente como um *olhar* que divisa o passado, mas tal-qualmente, como uma *perspectiva* que a partir do que é pretérito, decanta o que há de mais resiliente na relação dos brasileiros com o seu espaço de vida, seja este cartografado ou não, seja este mapeado na sua essencialidade ou não.

E mesmo em não sendo por estas razões, que o seja pelo simples motivo de que são mapas que retratam o espaço bandeirante e nacional brasileiro.

III. O OBJETO DE ESTUDO

O elenco cartográfico que segue, perfazendo 37 mapas, atende a uma prospecção inicial e preliminar com vistas a possível investigação em nível de Pós Doutorado sob orientação do Professor Doutor Jorge Pimentel Cintra no campo da cartografia histórica, com foco no estudo dos mapas da Coleção Taunay, sob guarda do Museu Paulista (USP), da Coleção Pirajá e Mapas Suplementares tombados na Biblioteca Mário de Andrade (BMA), sob responsabilidade da Seção de Obras Raras.

A citada pesquisa é atinente a mapas relacionados ao espaço paulista ou conferindo melhor, à Capitania/Província de São Paulo, com foco em três eixos: a formação socioespacial paulista, os caminhos que foram se consolidando com a ocupação territorial e o papel desempenhado pela cidade de São Paulo no lapso temporal relativo aos Séculos XVI, XVII, XVIII e também inícios do Século XIX.

O arrolamento concernente ao item **3.1. Mapas Foco** desta seção, composto por 16 mapas, atendendo ao universo discutido em reunião travada no Museu Paulista aos 10-09-2018, sendo que no sub-item 3.1.1, os mapas estão identificados tal como mencionados na *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga* (Coleção Taunay) e no sub-item 3.1.2, assim como no item 3.2 (Mapas Suplementares), os registros neste documento acatam a sistemática de catalogação em curso na BMA.

Retenha-se que não foi possível consultar os originais dos mapas da Coleção Taunay pelo fato dos mesmos estarem momentaneamente indisponíveis por conta de atividades de restauro. Assim sendo, neste arrolamento os mapas consultados são os que constam na obra *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, de Afonso d'Escragnolle Taunay.

Quanto ao item **3.2. Mapas Suplementares**, seriação composta por 21 mapas, trata-se de um conjunto de cartas sob guarda da BMA que interessariam, ao menos em princípio, como fonte de dados comparativa relativamente ao Mapas Foco.

Os mapas do engenheiro João da Costa Ferreira, que interessariam diretamente a esta proposta de investigação, a despeito de existirem materiais digitalizados deste cartógrafo na Internet, aguardam por consulta específica aos originais para serem então indexados a este elenco de peças cartográficas.

Interessaria registrar que lado a lado das cartas que compõem esta listagem, muitos outros mapas de interesse para a pesquisa são encontrados em manuscritos (neste quesito, confira-se o item 9.10, relativo ao elenco de manuscritos que constam na bibliografia), Atlas, Obras Raras, Relatos de Viagens, Sites especializados e em vários outros títulos citados na Bibliografia, assim como na Mapografia (Item 9.11 da Bibliografia).

De mais a mais, sendo este um levantamento inicial, outras peças poderão ser integradas ao corpo da pesquisa, tanto a partir de pesquisa documental no Museu Paulista e na Biblioteca Mário de Andrade quanto em entidades e bibliotecas de cidades do interior paulista como Itu, Porto Feliz e litorâneas como Santos, Itanhaém, Cananeia, etc.

No caso da BMA, atente-se, neste caso, particularmente para a coleção da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, acervo merecedor de consulta minuciosa tanto pelas informações historiográficas, quanto no tocante a diversos mapas que constam nos textos, objeto de consultas prévias realizadas para a confecção deste documento.

A título de análise comparativa e certificação de sítios e localizações, este documento alinhava de pronto um conjunto de materiais cartográficos contemporâneos, obras raras e títulos correlatos já pesquisados e/ou consultados que seriam passíveis de utilização imediata na hipótese do projeto de *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* ser aprovado (Confira-se item 9.11, Mapografia).

No mais, sublinhe-se novamente o *caráter provisório* deste levantamento, que tal como sugerido, propicia novas indexações de peças cartográficas.

3.1. MAPAS FOCO

3.1.1. Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga

Obra consultada: Tombo 912.98161 T 223c, Volume 1, exemplar 5, abrangendo nove cartas, de 1612 a 1837, reproduzidas da coleção do Museu Paulista e acompanhada de breves commentarios por Affonso D'Escragnolle Taunay, Volume I, 1922, São Paulo - Cayeiras - Rio, Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Na obra em questão constam os seguintes Mapas:

1. Mapa da Região Vicentina (1612)
2. Mappa de D. Luis de Cespedes Xeria (1628)
3. Mappa das Minas de Ouro e S. Paulo e Costa do Mar que lhe pertence (talvez anterior a 1745)
4. Mappa anonymo da região parano-paraguaya (possivelmente do segundo quartel do Século XVIII)
5. Mappa da Região Santista (provavelmente último quartel do Século XVIII)
6. Carta corographica e hydrographica de toda costa do mar da capitania de S. Paulo (1789)
7. Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo (1791-1792)
8. Carta Corographica da Capitania de S. Paulo (1793)
9. Mapa Corographico da Provincia de S. Paulo (1837)

3.1.2. Coleção Pirajá Da Silva

Nº 12

Barreto, Thomaz Rubim de Barros, séc. 18. Carta topographica de parte da comarca de R[i]o das Mortes huma das da capitania de Minas Geraes, onde se mostra os sitios que terminão estão capitania com a de S. Paulo, pella devisão feita por Thomas Rubim e pelo Exmo. Luis Diogo Lobo da Silva quando governou as Minas... [Brasil, 1827?] Escala vinte legoas 38x47 cm. Mss. Col.

Nº 21

Carta topographica de parte da Diocese Paulopolitana. [Brasil, 1769?] Escala 20 legoas. 48x59 cm. Mss. Col. Autoria não identificada.

Nº 22

Moura, Antonio Rolim, conde de Azambuja, 1709-1782 ; Amorim, Antonio Mendes de, 17--?-1821? Exemplo geografico e descrição demonstrativa das terras e rios mais principaes, q' se tem descuberto, e navegado, desde o limite setemtrional da

Capit[ani]a de S. Paulo até a divizão da America no destrito de V[ill]a Bela, Capit[ani]a do Mato Grosso, com mais particular, mais segura e mais exata observ.m desde a V.a de Parati... até a Cid.e de S. Paulo, e desde o lugar de Araritaguava... até a V.a deste nome... cuja observ.m se deve ao Illmo. e Exmo. Sr. D. Ant.o Rolim de Moura q' a fes de passagem indo governar a Capit.a de Mato grosso... foi copiado por Antonio Mendes de Amorim nesta prasa da Baia, anno de 1778. [Bahia, 1778] Escala 72 legoas. 46x66 cm. Mss.

Nº 23

Guimarães, Manuel Ribeiro, ?-1821? Carta topográfica da capitania de S. Paulo, e seus certoens, em que se vê os descubertos, que lhe foram tomados por Minas Geraes, como também o caminho que vai para Goias, e R[i]o Grande de S. Paulo do Sul com todos os seus gozos e pasagens; C. M. R. G... [Brasil, 17--?] Escala 20 legoas. 38x51 cm. Mss. Col.

Nº 24

Marques, Bento José, séc. 18. Plano geografico que mostra a capitania d' Goyaz, huma das do centro da America Meridional, e Dominio portuguê... e parte das capitanias de Cuyabá, Para, Minas Geraes, Bahia e S. Paulo, com quem confina, com a distinção de todos os seus arrayaes, estradas e rios e o mais digno de saber-se... Villa Boa, 26 de junho de 1789 ; esta planta foi feita pelo Sargto. Mor do Regimto. de Infantaria Auxiliar Bento Jozé Marques no anno de 1790. Villa Boa, 1790. Sem escala. 98x55 cm. Mss. Col.

Nº 26

Guimarães, Manoel Ribeiro, ?-1821? A derrota das canoas de Araritiguaba até Cuiabá, depois de Matogroço por rios como por terra, e com informação dos milhores pilotos. A derr[o]ta q. com canoas fez João de Souza de Azevedo do Cuyabá até o Gram Para voltando pelo R[i]o Madeira, ao Matogroço foi informação do Dr. Jozé Matias... M. R. fez. [Brasil, 17--?] . Sem escala. 33x43 cm. Mss. Col.

Mapa do Brasil, com indicações de caminhos percorridos desde o Rio Grande do Sul até Mato Grosso. Estão aqui localizadas cidades, vilas, portos, etc. e diversas tribus de indios.

Nº 28

Castro, João de Souza de, séc. 18. Descrição geografica, que mostra a capitania de Goias, Mato Grosso, Pará, Maranhão e S. Paulo e os caminhos geraes q' se dirigem a

capitania de Goyaz... João de Souza de Castro academico numerario e compartilhado copiou anno 1778. Brasil, 1778. Escala 72 legoas. 71x50 cm. Mss. Col. T. 153419

3.2. MAPAS SUPLEMENTARES

2) v980 / 1696-1708 / N ... a

Sanson, Nicholas, 1600-1667. L'Amerique meridionale : dressé sur les observations de Mrs. de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens, par N. Sanson. A Amsterdam : chez Pierre Mortier, [1696-1708]. Avec privilege. Escalas : 500 lieues communes de France de 25 ans au degré [e 4 outras]. 44x56 cm. col. (s.T.)

Possível data de publicação indicada nas fontes de pesquisa. São Paulo aparece como "S. Paul". Digitalizado pela Biblioteca Nacional de Portugal, disponível em: <http://purl.pt/3765/1>

4) v980 / 1718 / L ...c

L'Isle, Guillaume de, 1675-1726. Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil et du pays des Amazones : dressée sur les descriptions de Herrera, de Laet, et des PP. d'Acuña, et M. Rodriguez et sur plusieurs relations et observations posterieures; par Guillaume Del'Isle... A Paris : chez l'Auteur [1718]. Avec privilege du Roy pour 20 ans, 1703. Sem escala. 47x64 cm. col. Herrera, Antonio de; Laet, Jan de; Acuña, Cristóbal de; Rodriguez, Manuel.

Mapa ilustrado da região norte da América do Sul, incluindo o Peru, Venezuela, Colômbia e Brasil, até São Vicente; inclui a América Central. Data retirada do site da LC, que cita Tooley: "French mapping of the Americas, item 73". O Brasil aparece indicado como "Bresil, nommé cy devant Terre de Sainte Croix"; São Paulo aparece como "Piratininga ou S. Paul". Título em belo cartucho em p&b, ilustrado; muitos textos explicativos dentro do contorno do mapa; linhas divisórias coloridas à mão; relevos mostrados de forma pictórica. A parte final do título está ilegível, incluindo o nome do possível gravador [C. S., sc.]. Coleção Félix Pacheco.

Digitalizado pela Biblioteca Nacional de Portugal, disponível em: <http://purl.pt/867> [indicando a data de 1703]

7) v980 / 1747 / B786n

Bowen, Emanuel, 1693?-1767. A new and accurate map of Paraguay, Rio dela Plata, Tucumania, Guaria [i.é, Guaira] &c.: laid down from the latest improvements, and

regulated by astronomical observations, by Eman. Bowen. [London : printed for William Innys e outros, 1747]. Escala : English miles 60 to a degree. 34x41 cm. col.

Com texto explicativo sobre as Missões Jesuíticas, com referências aos “Paulistas” (os bandeirantes), dentro do contorno do mapa. São Paulo aparece como “Repub. of S. Paul”. Título em cartucho ilustrado e colorido, na parte inferior direita. Retirado da obra: “A complete system of geography: being a description of all the countries”, v. 2, nº 127. Digitalizado pela Biblioteca Nacional de Portugal, disponível em:

http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/127/127_ds_xviii_210_538.jpg

18) v980 / 1851 / R . . . s

Rapkin, John, fl. 1839-1877. South America; the map drawn & engraved by J. Rapkin; the illustrations by J. Marchant & engraved by J. Rogers. London; New York : John Tallis & Co. Sem escala. 28x36 cm. col. Martin, Robert Montgomery, 1803-1868?, texto. Tallis, John, 1815-1876, editor.

Digitalizado pela American Antiquarian Society

24) v981 / 1630 / H771a

Hondius, Hendrik, 1597-1651. Accuratissima Brasiliae tabula... ; Henricus Hondius escudit. Amstelodami [Amsterdam]: Hondius, 1630. Escala : militaria germanica communia, militaria gallica communia. 43x54 cm. col.

Mapa do Brasil dividido em capitanias, ilustrado no interior com cenas da vida dos índios, animais, etc. Título e escalas em cartuchos desenhados. Insertos: “Baya de todos os Sanctos” e “Villa d’Olinda de Pernambuco”. Existe outra edição parecida, de J. Jansson, de 1650. Digitalizado pela Biblioteca Nacional, disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart534561/cart534561.jpg

e pela Gallica (com data de 1640), disponível em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8491050r/f1.item>

25) v981 / 1662 / B632n

Blaeu, Joan, 1596-1673. Nova et accurata Brasiliae totius tabula; auctore Ionne Blaeu, I. F. Joannes de Broen sculpsit, Abraham Wolfgangk escudit. Cum privilegio ordinum Hollandia et Westfrisia. [Amsterdam : Blaeu, 1662-1665]. Escala: militaria germanica communia, militaria hispanica communia, militaria gallica communia. 49x59 cm. col. (T.: 30.350) Wolfgang, Abraham, fl. 1658-1694, cartógrafo; Broen, Joannes de, gravador.

Mapa do Brasil dividido em capitanias, derivado do mapa gravado por Willen Janszoon Blaeu para a obra: "Rerum per octenium in Brasilia...", de Gaspar Barléus, em 1647. Apareceu em sua obra "Atlas major" (1662-1665). São Paulo aparece como "S. Paulo"; com duas caravelas, apresentando as novas descobertas, e a localização das tribos de índios. Título em cartucho colorido, ilustrado com anjos e Tritão, um Deus da mitologia grega. Coleção Félix Pacheco. A BN descreve este mapa com data de 1689.

Digitalizado pela Huntington Library, disponível em:

<http://hdl.huntington.org/cdm/fullbrowser/collection/p15150coll4/id/3311/rv/singl eitem>

e pela Gallica, disponível em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85966778/f1.item>

25-A) v981 / 1734 / S496r

Seutter, Matthaeus, 1678-1756. Recens elaborata mappa geographica regni Brasiliae in America meridionali maxime celebris accuratae delineata per Matth. Seutterum... Augusta Vind[el] [Augsburg, Alemanha]: [Johan Peter v. Ghelen, 1734?]. Escala : militaria germanica communia..., militaria hispanica communia..., militaria gallica communia... 53x62 cm. col.

Data presumida. Nova versão do mapa anterior, de Joan Blaeu. Retirado provavelmente de uma de suas obras como "Atlas magnus", v.1 ou "Grosser Atlas", v.2. Título em cartucho colorido. Reproduzido no catálogo da casa Maggs, "Cartography: maps & atlases", nº 217, p.31. Coleção Félix Pacheco. Digitalizado pela Huntington Library (com data de 1734), disponível em:

<http://hdl.huntington.org/cdm/ref/collection/p15150coll4/id/3282>

28) v981 / 1729 / A111bre

Aa, Pieter van der, 1659-1733. Le Bresil, suivant les nouvelles observations de Messrs. de l'Academie Royale des Sciences, etc. ; augmentées de nouveau. A Leide : Pierre vander Aa, [1729?] Escalas: lieues d'Allemagne, de 25 au degré; lieues de France de 20 au degré. 25x35 cm. col. (T.: 30.354)

Data presumida. Outra versão, em menor escala, do mapa anterior. Mapa retirado da obra do autor: "La galerie agreable du monde", de 1729. Coleção Félix Pacheco.

29) v981 / 1750 / A ... c

Albrizzi, Giambattista, 1678-1772. Carta geographica del Bresil. [Venezia : Albrizzi, 1750]. Escala : 240 milhas italianas ; 36x49 cm. (T.: 153.551)

Versão italiana do mapa de G. de L'Isle. Título ornamentado. Retirado da sua obra: "Atlante novissimo", na ed. de 1750. Aparece uma cópia francesa no catálogo nº 727 de Francis Edwards, "Maps of America" de 1952, p.45.

Digitalizado por Barry Lawrence Ruderman (versão de 1740), disponível em:
https://www.raremaps.com/gallery/detail/34283/Carta_Geographica_Del_Bresil/Albrizzi.html

34) v981 / 1773 / B ... su

Bellin, Jacques Nicolas, 1703-1772. Suite du Bresil [de São Paulo ao Rio da Prata]: pour servir à l'Histoire générale des voyages; tiré de la Carte de l'Amerique de Mr. Danville. [Amsterdam : Chez E. van Harreveldt & D. J. Changuion, 1773]. Sem escala; 25x17 cm. col.

Continuação do mapa anterior. Retirado do livro "Histoire générale des voyages", v.14, n.3. Coleção Félix Pacheco. Digitalizado pela Gallica (em outra versão?), disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59061018/f1.item>

29) v981 / 1750 / A ... c

Albrizzi, Giambattista, 1678-1772. Carta geographica del Bresil. [Venezia : Albrizzi, 1750]. Escala : 240 milhas italianas ; 36x49 cm. (T.: 153.551)

Versão italiana do mapa de G. de L'Isle. Título ornamentado. Retirado da sua obra: "Atlante novissimo", na ed. de 1750. Aparece uma cópia francesa no catálogo nº 727 de Francis Edwards, "Maps of America" de 1952, p.45.

Digitalizado por Barry Lawrence Ruderman (versão de 1740), disponível em:
https://www.raremaps.com/gallery/detail/34283/Carta_Geographica_Del_Bresil/Albrizzi.html

30) v981 / 1747 / B786n

Bowen, Emanuel, 1693?-1767. A new & accurate map of Brasil, divided into its captainships ; drawn from the most approved modern maps & charts, and regulated by astronomical observations by Eman. Bowen. [London : printed for William Innys, 1747]. Escala : 80 English and French Leagues 20 to a Degree. 41x48 cm. col. (T.: 177.926)

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart354224.jpg

47) v981 / 1877 / W454p

Wells, James W., séc. 19. Planta geral da Estrada de Ferro D. Pedro 2º, das que com ella correspondem e das que lhe estão proximas ; trabalho organizado por ordem e sob as vistas do director da mesma Estrada, pelo eng.ro James W. Wells. Rio de Janeiro : Alexandre Speltz, 1877. Escala 1:1.000.000 35x75 cm.

Disponível em:

http://curlew.cch.kcl.ac.uk/cgi-bin/rands/q_img.pl?@f1614 [Ver Gav. 4, Mapa v981 / 1908 / E82p]

58-A) v981.41 / 1841 / M946m ⁴²

Müller, Daniel Pedro, 1785-1841. Mappa chorographico da provincia de São Paulo. Paris : Alexis Orgiazzi, 1841. Escala : 1:1.176.000. 110x119 cm. (T. 97.639)

Primeiro mapa impresso do Estado de São Paulo. Desenhado em 1837, a pedido da Assembleia Legislativa, deveria servir de complemento à sua obra: "Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo". Foi impresso em Paris em 1841, por J. Alexis Orgiazzi, mas só começou a circular a partir de 1843, sendo influente por várias décadas.

Reproduzido por Affonso Taunay na "Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga", de 1922. Exemplar com notas manuscritas do Barão Homem de Mello, quando era Presidente da Província de São Paulo. Digitalizado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (junto com outros mapas), disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html> [Ver estudo completo sobre o mapa na tese de Rogerio Beier: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19112015-124817/pt-br.php>]

58-B) v981.41 / 1872 / M297

Mappa da região principal da provincia de S. Paulo. [Rio de Janeiro] : Lith. Imp. de Rensburg, [1872?]. Sem escala. 34x45 cm. col. (T.: 38.044)

Autoria não identificada. Mapa da São Paulo Railway, estrada de ferro de Santos a Jundiaí, com indicações dos trechos em tráfego, em construção e em estudo. A estrada foi inaugurada em 1867. Data retirada do trabalho de Airton José Cavenaghi, Olhos do Barão, boca do sertão [<http://periodicos.anhembi.br/arquivos/trabalhos/162385.pdf>].

Algumas bibliotecas indicam datas entre 1860-1870. Berger, em A Tipografia no Rio de Janeiro, p.45, informa que a Lith. Imp. de Rensburg funcionou de 1854 a 1878. Inseto: Perfil longitudinal do caminho de ferro de Santos a S. Paulo e a Jundiahy. Citado no CEHB, nº 2.817. Digitalizado pela Biblioteca Nacional da Espanha, disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000018674> e pela Gallica disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8491497j>

58-C) v981.41 / 1891 / C575c /

Cintra, José Pinto do Carmo, 1850-1929 ; Homem de Mello, Francisco Marcondes, 1850?-1930? Estrada de ferro entre S. Paulo e a Capital Federal, passando por Santa Cruz ... e Tieté ; projecto apresentado pelo Dr. José Pinto do Carmo Cintra e o engenheiro civil F. Homem de Mello. São Paulo : Typ. e Lith. Comp. Centro Industrial de S. Paulo, [1891?] Sem escala. 28x47 cm. (s.T.)

Data presumida. Mapa sem maiores informações. [Não descobri uma cópia digitalizada deste mapa]

59) v981.41 / 1875 / H668k /

Hirnschrot, Robert, séc. 19. Karta da parte conhecida da Provincia de São Paulo : augmentada de dados estatísticos e outras correcções resultantes de estudos e melhoramentos recentes ; por Robert Hirnschrot, engenheiro civil. Winterthur : Estab. Topogr. Wurster, Randegger & C^a., 1875. Escala 1:950.000. 91x69 cm. col. (T.: 30.232)

Inseto: vista da cidade de Santos. Este exemplar foi reproduzido na obra: "São Paulo, artes e etnias", de Percival Tirapeli (São Paulo : Ed. UNESP, 2007. p.109). Citado no CEHB, nº 2.795. [Não descobri uma cópia digitalizada deste mapa]

60) v981.41 / 1875 / M381c /

Martin, Jules, 1832-1906. Carta illustrada da Provincia de São Paulo : levantada sobre os estudos do engenheiro R. Habershaw, dedicada a Sua Majestade o Imperador o senhor D. Pedro II, por Jules Martin gravador lithographo. São Paulo : Imperial Lithographia de Jules Martin, 1875. Sem escala. 132x86 cm. col. (T.: 119.226) Habershaw, Robert Alexander, 1838-1921.

Mapa ilustrado, com duas imagens em litografia: "Vista geral da Imperial Cidade de São Paulo" e "Porto de Santos", ambas de Jules Martin. Baseado no mapa feito em 1871 por Robert Alexander Habersham (?-1921), é o primeiro mapa amplamente

noticiado em jornais, com anúncios publicados por Martin, onde se destaca que este seria o mais minucioso mapa existente da província, e que corrigia e completava diversos dados. Uma cópia deste mapa foi publicada em 1876 e, em formato menor, em 1877, anexo ao Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878. [Não descobri uma cópia digitalizada deste mapa] [Muitos dos mapas nesta coleção foram gravados por Martin, e podem ter sido desenhados por ele.]

61) v981.41 / 1877 / R234c /

Rath, Carlos Daniel, 1828-1898. Carta da Provincia de São Paulo. São Paulo : Garraux, 1877. Escala 1:1.500.000. 82x55 cm. col.

O autor era alemão, filho do geógrafo Carlos Rath, e foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O ex.1 traz diversas anotações manuscritas do Barão Homem de Mello. O ex.2 traz como anexo um folheto (intitulado "Carteira do viajante"?), com notícias sobre a cidade de São Paulo. [Não descobri uma cópia digitalizada deste mapa] [Ver outro mapa parecido em Gav. 2, Mapa 66]

112) v981.5 / 1820 / L931m

Luccock, John, 1770-1826. A map of the table land of Brazil. John Luccock, delin. ; Sam[ue]l Topham, sculp. London : Samuel Leigh, 1820. Litografia (água-forte). Escala ca. 1:4.500.000. 27x56 cm. (T.: 153.466)

Escala atribuída pela BN de Portugal. Mapa dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e partes de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Retirado do livro "Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil".

Digitalizado pela Biblioteca Nacional de Portugal, disponível em: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/254/254.html>

126) v989 / 1718 / L ... c

L'Isle, Guillaume de, 1675-1726. Carte du Paraguay, du Chili, du Detroit de Magellan &c., dressée sur les descriptions des PP. Alfonso d'Ovalle, et Nicolas Techo, et sur les relations et memoires de Brouwer, Narbouroug, Mr. de Beauchesne &c. par Guillaume de L'isle, 1703. Gravée par Liebaux, le fils; G. Simonneau inv. et fecit. A Paris : chez l'Auteur, 1718. Avec privilège du Roi pour 20 ans. Escala Lieues marines d'Espagne; Lieues comm. d'Espagne d'une heure de chemin. 54x71 cm. col. (T.: 30.340)

Mapa ilustrado da região sul da América do Sul. Aparece as regiões sudeste e sul do Brasil, a partir do Espírito Santo; São Paulo aparece como “Piratininga ou S. Paul”. Título em cartucho colorido a mão; indicações de rotas, com nomes, datas e terras descobertas. Retirado do "Atlas géographique & universel avec la géographie ancienne & moderne, & les détails de la France" de G. De L'Isle e P. Buache, publicado diversas vezes entre 1700 e 1762.

Digitalizado pela Biblioteca Nacional de Portugal (com a data de 1703), disponível em: <http://purl.pt/868>.

3.3. Referências Gerais dos Mapas Arrolados para a Pesquisa

Os Mapas Foco reclamam, em razão de constituírem o âmago da pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX*, o arrolamento de referências gerais descritivas, que estão elencadas em duas planilhas sintéticas, referentes às coleções Taunay e Pirajá da Silva, tão só discriminando os dados mais essenciais destas cartas.

Entenda-se que mais adiante, a partir da aprovação da pesquisa e da cobertura institucional por uma agência de fomento, será desenvolvida catalogação de cunho técnico mais apurado, essencial para acesso e utilização de informação cartográfica, histórica e geográfica ⁴³.

Nos mapas indexados às planilhas, quanto aos diferenciados padrões da amostragem com relação apresentação e formato dos materiais, urgiria, pois no desenvolvimento desta pesquisa, estudar fontes, campos ou subcampos que seriam utilizados na entrada de dados dos mapas. No mais, teríamos ganhos adicionais em termos de informação a permitir melhor acondicionamento destas peças visando a preservação.

No respeitante ao tombo institucional, os mapas estarão identificados nas planilhas pelo acrônimo MP, quando pertinentes ao Museu Paulista, instituição que detém a guarda das peças originais da Coleção Taunay, e pela abreviatura BMA, sigla para Biblioteca Mário de Andrade, para a Coleção Pirajá da Silva.

Cabe anotar que o mapa de Daniel Pedro Müller (1837), consta como fac-símile na *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista* e ademais, também integra o acervo de obras raras da BMA.

3.3.1 Planilhas dos Mapas da Coleção Taunay

Nº ORDEM	DATA	AUTOR	REGIÃO	GÊNERO	TOMBO
1	1612	Juvenal Martins	Mapa da região litorânea entre a Região Vicentina e a face Norte da Baía da Guanabara, com foco em sítios da costa, dispensando detalhes do <i>hinterland</i> .	Fac-símile	MP
2	1628	Anônimo	Mapa retratando o itinerário fluvial entre a vila de São Paulo e a cidade de Guairá ao longo dos rios Tietê e Paraná, realizado por Dom Luis de Cespedes Xeria, centrado em nuances hidrográficas.	Fac-símile	MP
3	Circa 1717	Félix de Azevedo Carneiro e Cunha	Mapa preocupado em mapear regiões auríferas de territórios que então eram entendidos como paulistas. Destaca toda a linha da costa litorânea entre a ilha de Santa Catarina e o litoral baiano.	Fac-símile	MP
4	Circa 2º quartel Século XVIII	Anônimo	Mapa da região banhada pelas bacias dos rios Paraná e Paraguai, basicamente o Centro-Oeste brasileiro e partes dos territórios dos atuais Paraguai e Bolívia	Fac-símile	MP
5	Circa último quartel Século XVIII	Anônimo	Mapa da região litorânea paulista, compreendendo trecho entre as proximidades da Ilha de São Sebastião e o início do litoral Sul de São Paulo, pouco além de Peruíbe.	Fac-símile	MP
6	1789	João da Costa Ferreira	Mapa corográfico com a orla litorânea da antiga Capitania de São Paulo entre Ubatuba e Cananeia. Delineia contrafortes da Serra do Mar, e localiza a cidade de São Paulo.	Fac-símile	MP
7	1791-1792	Antonio Roiz Montesinho	Mapa corográfico da Capitania de São Paulo, englobando os atuais estados de São Paulo/Paraná, com partes do Mato Grosso, Minas	Fac-símile	MP

			Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.		
8	1793	Autoria presumida de João da Costa Ferreira (TAUNAY, 1922: 6).	Mapa corográfico da Capitania de São Paulo, englobando os atuais estados de São Paulo/Paraná, com partes do Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apresenta, relativamente ao mapa anterior, maior detalhamento de particularidades fluviais e outras notações cartográficas.	Fac-símile	MP
9	1837	Daniel Pedro Müller	Mapa corográfico da Província de São Paulo, que na ocasião, englobava o atual estado do Paraná, definido pelos limites da 4ª Comarca. Além disso, registra nacos das Províncias do Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	Fac-símile / Original	MP / BMA

3.3.1 Planilhas dos Mapas da Coleção Pirajá da Silva

Nº ORDEM	DATA	AUTOR	REGIÃO	GÊNERO	TOMBO
1 (Nº 12 Registro BMA)	Século XVIII	Thomaz Rubim de Barros Barreto	Mapa representando parte da comarca de Rio das Mortes, da Capitania de Minas Gerais, assim como sítios que confinavam com a Capitania com de São Paulo.	Original	BMA
2 (Nº 21 Registro BMA)	1769? 1774?	Anônimo	Mapa da Diocese Paulopolitana, destacando rotas terrestres com plotagem de várias vilas, cidades e freguesias.	Original	BMA
3 (Nº 22 Registro BMA)	1821?	Antonio Mendes Amorim	Mapa com descrição geográfica demonstrativa das terras e rios principais dos limites setentrionais da Capitania de São Paulo até o Distrito de Vila Bela, na Capitania de Mato Grosso, no sentido Leste-	Original	BMA

			Oeste (confinando com Cuiabá), e da vila de Paraty até a cidade de São Paulo, no sentido Leste-Oeste. Mapa copiado em 1778.		
4 (Nº 23 Registro BMA)	17- ?	Manuel Ribeiro Guimarães	Mapa topográfico da Capitania de São Paulo, cobrindo o <i>hinterland</i> , com partes que hoje constituem o Sudeste de Minas Gerais, trecho Sul de Goiás, Paraná, Mato Grosso (até Cuiabá), e por fim, partes do que atualmente é o Paraguai.	Original	BMA
5 (Nº 24 Registro BMA)	1790	Bento José Marques	Mapa destacando a Capitania de Goiás e parte das Capitanias de Cuiabá, Pará, Minas Gerais, Bahia e São Paulo (excluindo a cidade), centrado basicamente nos fluxos fluviais.	Original	BMA
6 (Nº 26 Registro BMA)	17- ?	Manuel Ribeiro Guimarães	Mapa dos caminhos setecentistas de Ararituaba a Cuiabá, por rios e por terra. No caso dos rios, a peça incorpora informes do ciclo das monções. A carta cobre vasto naco do território brasileiro, da embocadura do vale amazônico até a calha do rio Madeira, o Maranhão, todo o Centro-Oeste, os Estados do Sul, o Uruguai e parte das Províncias Unidas do Rio da Prata. Para além de cidades, vilas, atracadouros, anota áreas étnicas indígenas.	Original	BMA
7 (Nº 26 Registro BMA)	1778	Anônimo	Mapa que tá como o precedente, registra vasta área do território brasileiro, com epicentro na cidade de São Paulo. O foco é a descrição geográfica das capitanias de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, São Paulo e os caminhos que tomam o rumo de Goiás. Partes da Bolívia e do Paraguai também estão representadas. Carta copiada por João de Souza e Castro em 1778.	Original	BMA

3.4. Área de Cobertura dos Mapas

Com a finalidade de delimitar a área de cobertura dos mapas a serem investigados, o que segue é um enquadramento espacial sumário dos mapas das duas coleções, na forma de mapas esquemáticos. Compreenda-se que o enquadramento, que segue, é meramente indicativo. Isto em função de existirem dificuldades notórias advindas de informações procedentes de épocas em que os avanços técnicos da cartografia ainda estavam por ocorrer.

Portanto, a legibilidade cartográfica com vistas à delimitação das áreas de cobertura é em vários contextos comprometida por lacunas ou pela falta de precisão das coordenadas geográficas e mesmo por informações incorretas arrebanhadas na base de dados para a confecção destas cartas, uma constatação que novamente, recoloca o matrimônio indissolúvel desta proposta de pesquisa com a história da cartografia.

Note-se que a especificidade das molduras territoriais articuladas no espaço brasileiro, tanto por lusos quanto por bandeirantes e outras populações tradicionais, tem sua quota de influências na falta de exatidão dos mapas, também propiciando um certo laconismo e generalidades que tornam dificultoso determinar quais áreas outrora mapeadas correspondem àquelas que hoje podemos consultar nos mapas.

Neste prisma, retenha-se que as espacialidades tradicionais, ao comporem paisagens que numa averbação generalizante, se assemelhariam a uma série de “manchas” ou “pináculos” antropogênicos dispersos num tecido natural escassamente burilado ou carpintejado pela ação humana, dá azos para o surgimento de *Niemansland*, que são suprimidas unicamente com a avanço da Modernidade (Ver WALDMAN, 2006a: 116-117);

Disto decorre a intrusão toponímica de realidades sobre as quais as informações existentes eram superficiais, declinando na intrusão e na sobreposição de espaços cuja efetividade era nominal, sem contar, tal como foi discutido, que o espaço era mantido por próteses de pequena proporção, mas com ascendência em amplíssimos territórios. Daí que nas áreas de cobertura, os mapas apresentam a localização de Piratinnga, ponto nodal da territorialidade nacional por lasrgos lustros de tempo.

No mais, a Figura 6 representa os mapas da *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*, listados no ponto 3.1.1. deste documento e a Figura 7, os mapas da *Coleção Pirajá da Silva*, listados no ponto 3.1.2. desta proposta.

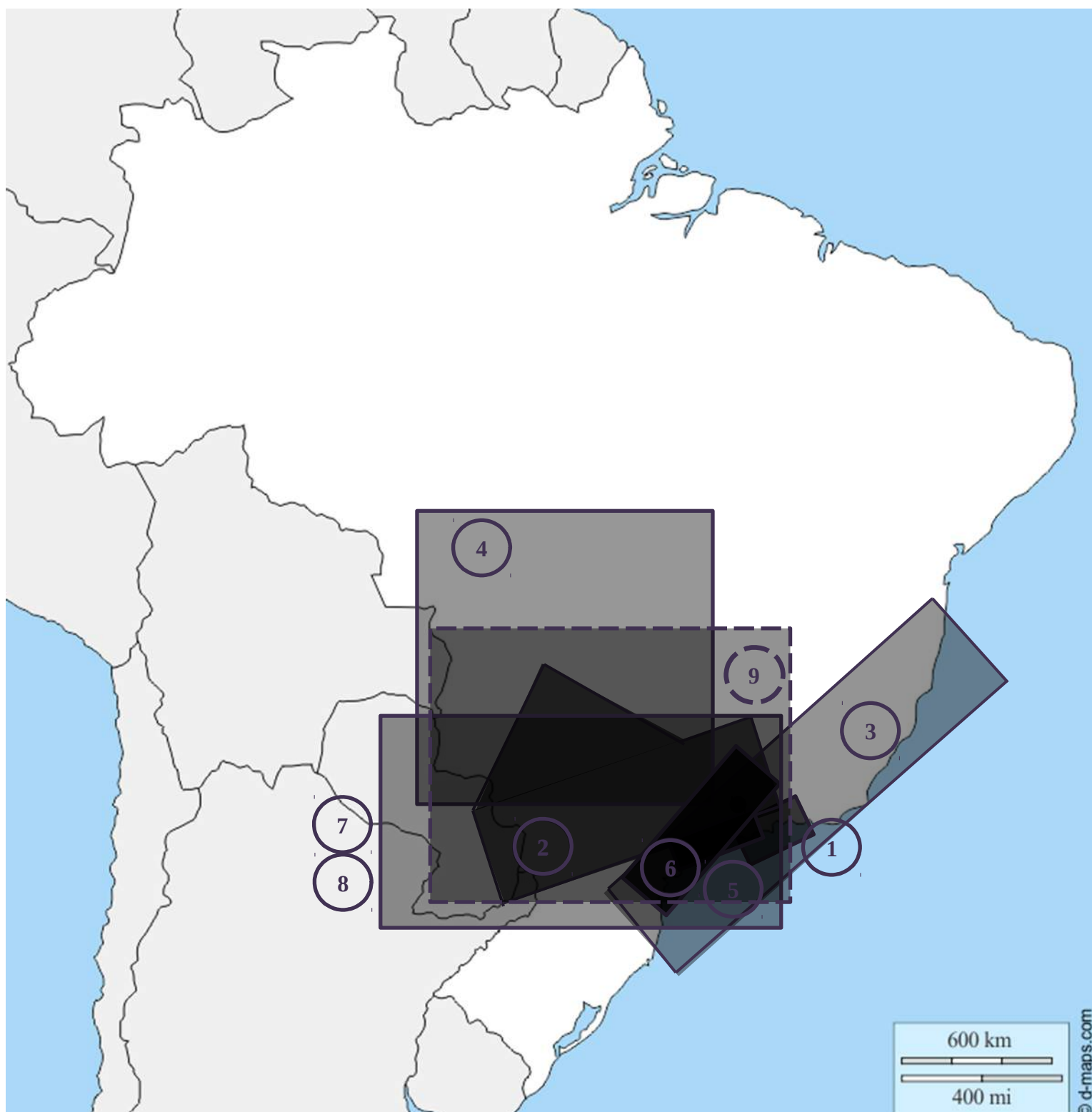


FIGURA 6 - Sobreposição esquemática dos mapas da *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, de Afonso Taunay. A numeração segue a ordem já exposta relativa aos mapas da compilação. Os Mapas 7 e 8 cobrem a mesma área; o Mapa da Pedro Müller, está destacado em linha tracejada por ser um epitome cartográfico na pesquisa. O ponto preto, corresponde à região de Piratininga e arredores imediatos (Fonte: https://d-maps.com/carte.php?num_car=1534&lang=en . Acesso: 29-11-2018)

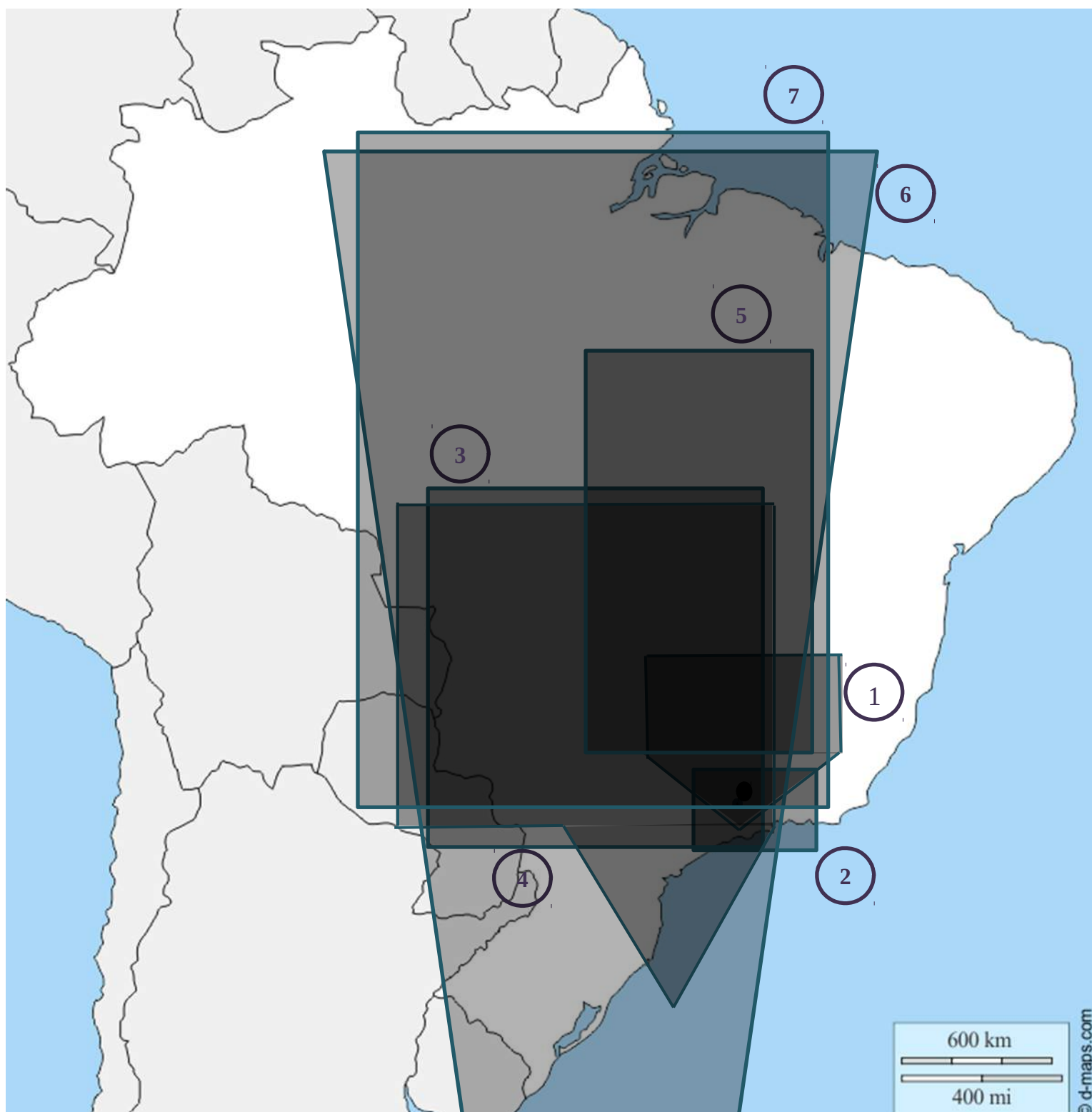


FIGURA 7 - Sobreposição esquemática dos mapas da Coleção Pirajá da Silva. O ponto preto, corresponde à região de Piratininga e arredores imediatos. Exceto a Carta 5 (correspondendo ao Nº 24 no Registro BMA), todas as demais inserem São Paulo na representação. Note-se que a Coleção Pirajá, nas áreas de cobertura, dialoga com uma das proposições deste texto no sentido de que retrata os confins nacionais somando com a proposição de Piratininga como pivot area (Fonte: https://d-maps.com/carte.php?num_car=1534&lang=en . Acesso: 29-11-2018)

IV. REFERENCIAL TEÓRICO & METODOLOGIA

Preliminarmente, ressalve-se que inexistem, por definição, trabalhos de pesquisa que prescindam de demarcação científica, critérios de cientificidade ⁴⁴, seletividade da abordagem e opção por modelos, respaldados por um argumento de autoridade, calçados por ferramentas metodológicas e métodos de investigação, assim como, é claro, por expressas posições hermenêuticas (DEMO, 1981: 13-101).

No prisma da construção de uma investigação como a que está em discussão, não há como desconsiderar a existência de eixos específicos para a pesquisa, rasgos que em função do campo do saber, do tema escolhido e dos solilóquios que mentalizando as ações e reações dos pesquisadores, despontam como condição irretorquível para a consecução de uma pesquisa pós-doutoral (ABBAGNANO, 2010; DEMO, 1981).

Colocando-se a questão nestes termos, retenha-se que em face da complexidade oferecida pelos estudos cartográficos, urgiria minudenciar as particularidades da cartografia enquanto saber sistematizado que pesam na análise desenvolvida por este documento.

Assim sendo, uma primeira pontuação diz respeito a ponderação do geógrafo norte-americano Denis COSGROVE, para quem *paisagem* e *mapa* aludem, sem quaisquer reservas, a duas entronizadas *key-words* da ciência geográfica (Cf. 2008: 1), reflexão que de imediato, coloca o parâmetro do *relacionamento íntimo, e ao mesmo tempo diferenciado*, que a cartografia comunga com a geografia.

Numa segunda ponderação matricial para o escopo deste projeto de pesquisa, ambas as terminologias sugerem parceria com substratos socioculturais, inferência que as vincula com a dimensão das imagens mentais instauradas por processos culturais, e *pari passu*, do desempenho destas enquanto formatadoras da apreensão e da relação mantida com o espaço (*passim* COSGROVE, 2008).

Em terceiro lugar, atenha-se que os condicionantes imaginários constituem aspecto nodal para a cartografia, o que *en passant*, compõe uma das explicações cabais para a fascinação despertada pelos mapas. Como explica a geógrafa Livia de OLIVEIRA, via de regra, as pessoas são seduzidas pelas imagens cartográficas não propriamente em função das informações que estas peças inserem ou por sua excelência técnica ou gráfica, mas antes, por suas qualificações imagéticas (*apud* 1978: 23).

Devemos reter que o mapa é uma abstração da realidade, que para se substantivar, faz uso de códigos, normas, símbolos, ícones e cores para representar o espaço. Assim seu impacto se explicaria mais pelo modo como os dados espaciais estão cartograficamente representados do que pelas informações que buscam transmitir (OLIVEIRA, 1978: 23).

Aditivamente, o prestígio influência dos aparatos simbólicos, ou em muitas situações a solicitude mágica das fabulações territoriais, inspirando e induzindo motivações relativamente ao espaço concreto, desfrutam de notabilíssima influência nas peças cartográficas antigas (Figura 8), não sendo apropriado descartá-los da análise dos mapas em qualquer plano, escala ou sistema de relações (Cf. WALDMAN, 2017b).

A respeito, recordemos sentença do geógrafo norte-americano David LOWENTHAL: “As esperanças e o medo da mente humana frequentemente animam as percepções de senso comum. A localização suposta e os aspectos do paraíso estimularam muitos cartógrafos medievais. Muitas expedições de exploração procuraram alusivos Eldorados” (1985: 119).

No mais, faria pleno sentido registrar que os mapas dos cosmógrafos europeus perpetuaram o registro de reinos fabulosos sob o comando de reis que jamais existiram, caso paradigmático do reino de Prestes João, citado na *Cosmographia* de Sebastian Münster e que continuou a ser objeto de menções por cartógrafos e por documentos oficiais durante séculos (dentre as citações de antanho, confira-se: FARIA E SOUSA, 1681; D’ALMEIDA, 1660; VEIGA, 1628; SANTOS, 1609).

Portanto, deveras configurar afazer técnico, a cartografia não se furta a uma filiação estética, cultural e imaginária, filiada ao mundo das imagens e do percepçionamento do real (COSGROVE, 2008: 1).

Nesta linha de argumentação, parafraseando Etienne SAMAIN, especialista na área da antropologia visual, recorde-se que a gênese do mapa na sua assunção enquanto imagem propicia que este, *em sendo portador de pensamentos, sempre ofereça algo para pensar* (Cf. 2012a: 22-23. Ver também SAMAIN, 2012b).

Tudo isso colabora para tornar a elaboração de qualquer projeto cartográfico uma tarefa extremamente complexa e sintetizadora, pois por intermédio dele, “o autor transportará uma realidade viva, dinâmica e rica para um plano estático, imóvel e silencioso” (Cf. GARBIN, SANTIL *et* BRAVO, 2012: 625).



FIGURA 8 - Neste mapa de 1621, de autoria de Honorius Philoponus, São Brandão celebra a Páscoa no dorso da baleia gigante Jasconius, que acreditava-se, perambulava placidamente pelas extensões do Atlântico Norte. Trata-se de uma dentre muitas exemplificações de concepções fabulosas que por desfrutarem de credibilidade, terminaram indexadas às peças cartográficas (Fonte: < <http://www.nybooks.com/daily/2014/01/03/maps-monsters/> >. Acesso: 20-11-2018).

Inserindo codificações acopladas a divisas culturais, históricas e sociais específicas, as representações cartográficas refletem injunções sobre como o espaço é notado e vivenciado, trazendo a baila modelos perceptivos empapados de gabaritos sociais, políticos, culturais e porque não, ideológicos (Cf. GARBIN, SANTIL *et* BRAVO, 2012; SEEMANN, 2003; EDNEY, 1993; OLIVEIRA, 1978: 20; CHORLEY *et* HAGETT, 1975: 50-51; BOARD, 1975: 145-148).

No referente aos métodos propriamente cartográficos, a proposta de pesquisa em curso reclama ampla avaliação de mapas, textos (artigos, obras de interesse e teses acadêmicas), documentos, manuscritos, acervos, peças arquivais e inscrições de viés histórico e geográfico, associados com análises pontuais e indicadores socioespaciais

habilitados a contribuir com a elucidação epistemológica das questões levantadas ao longo da pesquisa.

No que concerne a esta proposta de pesquisa, caberia a consideração de que mais do que estudar cada mapa isoladamente no leque de inflexões que inserem, existe a necessidade de um plano de investigação suficientemente eficaz para, ao invés do que regularmente é desenvolvido no plano da cartografia histórica, isto é, desvendar a concretude de cada carta geográfica, propor um plano de entendimento em que os mapas possam ser observados nos contextos históricos nos quais foram elaborados.

Sem embargo aos avanços notados no campo teórico da cartografia histórica, este desenho epistemológico não é corriqueiro, perseverando a hegemonia de trabalhos dissociados dos processos de espacialização que todavia, são precisamente aqueles que referendaram a confecção das peças cartográficas concernentes às coleções de mapas da cartografia nacional, pelo que justifica-se a exortação que transcrevemos abaixo:

“A maior parte dos textos atuais que analisam esses mapas, incorporando as transformações no campo da História da Cartografia, explora o *desvendamento* do mapa, ou seja, estuda-se a trajetória do autor do mapa, o contexto cultural, político, acadêmico, as relações de poder, os interesses que nortearam a sua produção entre outros aspectos. São poucos os estudos que analisam esta cartografia do ponto de vista da relação desta com a conquista dos territórios em relação aos quais os mapas, as vistas, as plantas e etc. fazem referência. E uma boa parte destes poucos trabalhos que se propõe a fazê-lo, não incorporaram em sua metodologia e na base teórica de suas análises os avanços que o campo da história da cartografia obteve nas últimas duas décadas” (OLIVEIRA, 2011: 1).

Nesta sequência, os métodos a serem utilizados seriam: *revisão teórica* (encadeando fatos e/ou teorias), *método comparativo* (evidenciando semelhanças e diferenças) e *estudo de caso* (quando se fizer necessário) e *histórico* (desvendando contextos de um tempo pretérito recalcados num determinado espaço, objetivando identificar sua natureza e função).

Saliente-se que dentre os variados métodos de pesquisa existentes, os que melhor se incorporam numa pesquisa em cartografia histórica são os métodos histórico e comparativo (Cf. SCOTTON, 2017: 14), procedimento inelutável de estudos em que as mudanças nos entes representados dão-se sob o signo das transformações históricas.

Assevere-se também que o temário de *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)*, conecta contribuições de vários campos disciplinares, articulando temas que se entrecruzam, envolvendo avaliação de cargas de conhecimento acumulado diferentes entre si.

Nesta perspectiva, uma nota protocolar prévia, de caráter cautelar, faz objeção que o conhecimento de um fato inserido em um meio social, qualquer que seja este, possa ser decifrado meramente com uma somatória de conhecimentos de diferentes redes disciplinares.

Tal impedimento, suscitaria a lembrança de um adágio weberiano filtrado pela pena de Clifford GEERTZ (1989: 15), a pontuar que os regimes de significados passíveis de deciptação de uma dada materialidade social, devem estar estruturadas na narrativa dos estudos na ótica de uma *ciência interpretativa*⁴⁵. Consequentemente, não como uma *ciência experimental* em busca de leis, e muito menos de ordem geral.

Dito de outro modo, a validade de uma abordagem teria, pois como sustentação axiomática, entender as volições sociais *a partir do ponto de vista dos atores*, ou *das peripécias vivenciadas pelas coletividades*, declinando no que o jargão alemão das ciências sociais consagra como *abordagem verstehen*, ou então, *êmica*, pela qual, os atos sociais, históricos, geográficos e culturais não tem como serem apreendidos em dissociação dos sistemas de formulações dos quais decorrem (GEERTZ, 1989: 24-25).

Abdicando portanto da identificação de leis, a teia de conceitos aos quais recorreremos estariam, pois imiscuídos aos próprios marcos adotados para a análise, no caso, os mapas. Na esteira desta reflexão, escorar os estudos cartográficos descartando a malha de apensos teóricos aos quais esta temática faz jus torna-se uma empreitada fadada ao insucesso.

Não há, nem haverá qualquer avaliação bem-sucedida sobre mapas na eventualidade de ser omitido um constructo teórico postado com pré-requisito de uma avaliação. Recordemos máxima do pensador francês Gaston Bachelard pela qual, “é preciso refletir para medir e não medir para refletir” (*apud* SANTOS, 1978a: 49).

Sincronicamente, caberia alvitrar que o campo temático desta proposta de pesquisa é conotado por clara complexidade, exigindo a articulação de interpretações, conceitos e métodos procedentes de diversas áreas do saber.

Neste senso, note-se que procedimentos com trânsito interdisciplinar, ao se postarem em temas que, como o proposto, reclamam adições de diversos campos científicos, contestam a fragmentação dos campos do saber acadêmico iniciada no Iluminismo, acentuada a partir dos ensinamentos do filósofo Augusto Comte e da difusão dos primados positivistas clássicos ⁴⁶, no geral, fundamentados em restrições blindando os objetos das diferentes disciplinas (ABBAGNANO, 2010: 163-169).

Retenha-se que de um modo geral, a interdisciplinaridade se afirmou a partir de fatos muito objetivos, a começar pela própria taxonomia de estudos, que não admitem uma circunscrição disciplinar demasiado rígida:

“No século XX, particularmente na segunda metade deste, a unificação das descobertas científicas, ainda que tenha iniciado no século anterior, acompanhada do desenvolvimento da epistemologia e a ruptura das fronteiras estabelecidas pela complexidade das áreas do conhecimento, crescentemente conduziu cientistas e filósofos a considerarem a unidade essencial de vários campos e temas científicos” (HAINAUT, 1986: 3).

Assim, a construção - tanto histórica quanto cultural - que induziu a particularização extrema dos objetos de estudo, dos temas e métodos, propondo-os como patrimônio de grupos especializados ⁴⁷, terminou substituída por procedimentos mais flexíveis, aliás, imprescindíveis para uma investigação com o perfil da que está registrada nesse material.

Note-se também que a cartografia histórica enquanto instrumental teórico numa pesquisa na qual os mapas relacionados à Capitania/Província de São Paulo ocupam o centro da questão, deve subentender uma adequação conceitual que dê conta das fortes especificidades inerentes a esta proposta, até porque, aprecie-se que qualquer aproximação teórica numa investigação com o foco proposto envolve como condição *sine qua non*, um escopo de pesquisa interdisciplinar.

Nesta linha de argumentação, em termos das grades disciplinares envolvidas neste projeto, três disciplinas ocupariam posição de proa, condição necessária e essencial para levar adiante a investigação: o campo da cartografia histórica como eixo pivotante; o da geografia, em face da circunscrição temática que é inerente a uma perspectiva cartográfica; da história, pelo simples motivo que a proposição da pesquisa detém-se sobre um extenso lustró temporal plenificado de especificidades, oscilações e contextos; da antropologia, em razão das variáveis da *lebensanschauung* paulista.

Acertadamente, a todo o momento e para qualquer rede de entendimentos, um fio condutor, em parceria com inferências e pressupostos cartográficos nos remete à esfera do social, que inclusive em função dos apontamentos elencados neste material, se impõe por si mesmo, cabendo-lhe um papel relevante.

Isto posto, no interesse da investigação a ser desenvolvida, importaria resgatar uma enfática admoestação do antropólogo Clifford Geertz, que claramente se posiciona em prol do *caráter social do pensamento*, que em seu clássico legado, *A Interpretação das Culturas*, proclama num só fôlego: “O pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, social em suas formas, social em suas aplicações” (Cf. GEERTZ, 1989: 225).

Dentre as implicações deste paradigma enunciado por Geertz, uma rápida radiografia anuncia a existência de duas possibilidades. De um lado, operam formas que ofertam caráter inercial ao pensamento humano. De outro, as que operam no sentido de sua transformação. Neste sentido, seria correto também mencionar outro antropólogo, o francês Paul Mercier, que pondera de modo semelhante.

Avaliando a temática dos “pontos fortes” e dos “pontos fracos” dos sistemas culturais, o antropólogo enfatiza a necessidade de detectar aquilo que, em toda sociedade seria uma *zona de resistência*, na qual as mudanças somente podem ser lentas, do que constitui uma *zona de mobilidade*, na qual a mudança é possível sem repercussões graves (MERCIER, 1986: 177).

Detendo-nos na tarefa de pontuar, com base no que foi colocado, um anteparo geral sublinhando que o mundo tradicional, no qual estão inseridas as realidades a serem discutidas, ao lado da permanência e da estabilidade, estava possuído por um senso próprio de evolução, materializado numa diversificada gama de manifestações sociais, políticas, culturais e históricas.

Este senso duplo, envolvendo o campo do inercial e o que seria dinâmico, é bastante apropriado para uma pesquisa que se dedicaria a avaliar formas resilientes de aparatos simbólicos, códigos espaciais e matrizes cartográficas, inserindo regimes de significado e concepções do espaço dotadas de propensão inercial ⁴⁸, ainda quando constantemente embaraçadas por transformações e adaptações socioculturais.

Em paralelo com estes contornos antropológicos, intermediação adstrita em diversos aspectos a esta proposta de investigação, outro apenso, tão ou mais importante do que este, relaciona-se ao espaço, que neste projeto, recorreria a uma conceituação

presente nos escritos do geógrafo Milton SANTOS, que manifesta certa insistência em propor o espaço como uma *instância* (*passim* 1998; 1988; 1978a e 1978b).

O trânsito deste termo na obra de Milton Santos não é casual. A saber: instância de pronto expurga a esfera espacial de possíveis propensões calçadas no determinismo geográfico, pois enquadrada neste nicho conceitual, usufrui *autonomia relativa*. Mas abre mão da pretensão de configurar referencial único e também, de arrogar-se ao regramento exclusivo das práticas sociais.

Destas máximas se conclui que a dinâmica espacial nos termos colocados por este projeto, nunca se distancia dos referenciais históricos, com os quais dialoga e interage, não mais porque, “a geografia, na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se transforma em espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual” (SANTOS, 1978a: 105).

Adicionalmente, seria imprescindível rubricar que sendo o espaço na sua concretude uma aferição imanente às injunções sociais - até porque estas inserem nexos objetivos exclusivamente quando materializarem formas geográficas -, a assertiva implica em asseverar que não há e sequer haverá qualquer formação social independentemente da dimensão espacial.

Neste exato sentido, as formações sociais expressam *formações socioespaciais* (ou abreviadamente *espaciais*), acepção cujo mandato metodológico primacial volta-se para desvendar a fisionomia territorial das sociedades, suas articulações internas e os modos de funcionamento do arranjo espacial, o que inclui os objetos espaciais a elas incorporados e o papel que desempenham junto ao espaço habitado (Cf. SANTOS, 1978a: 193 e 196-199 e também 1999 e 1988).

Neste desenho conceitual, a obra de Santos está conferida de interesse específico quanto às relações de poder. Mormente porque a ideologia, conforme rubricado por Milton SANTOS em diversos pontos de sua extensa obra (destacando-se no plano deste documento: 2003, 1999, 1998, 1993, 1988, 1981, 1978a, 1978b e 1967), tanto reveste a esfera do real de uma representatividade atribuída, quanto por sua vez, transforma esta mesma impostação imaginária num dado norteador da realidade vivida.

Assevere-se que estas atribuições estão conferidas de materialidade em face do afazer ideológico, ao engendrar os próprios apensos que terminam por confirmá-lo,

se trans em si mesmo numa faturação a assegurar a reprodução das arquiteturas de poder.

Neste prisma, entendendo-se que as sociedades não podem se tornar objetivas prescindindo das formas geográficas e que estas se articulam com sistemas de representação, tem-se obrigatoriamente um papel relevante emprestado às molduras ideológicas e seus desdobramentos concretos no plano do espaço (Cf. SANTOS, 1978: 70, 157 e 199).

Entenda-se igualmente que o temário, além das contribuições de ciências exatas e sociais, sugere apelo a áreas de interconexão do saber, dentre estas, a economia espacial (SANTOS, 2003), sociologia da cultura (CUVILLIER, 1975), geografia da cultura (BRETON, 1990; JONES, 1966;), filosofia histórica (COLLINSON, 2004), geografia política (RAFFESTIN, 1993; CLAVAL, 1979; MAULL, 1960), antropologia política (BALANDIER, 1976 e 1969) e a história do pensamento científico (PRICE, 1976).

Ainda sobre a interdisciplinaridade, seria meritório repertoriar que toda transposição mecânica de conceitos e métodos de um campo do saber para outro esbarra com algum tipo de incongruência, que para ser superada postula adaptações e emendas objetivando reajustar a operacionalidade das metodologias, com o que, reconheça-se que para a inevitabilidade de ajustes metodológicos, recomendando prudência passo a passo no seguimento de uma pesquisa.

No mais, o que se tornou determinante na eleição destes aportes metodológicos é o paradigma da *especialização*, que na ponderação de Max WEBER (Cf. 1972: 24), revela-se intrínseca a trabalhos que dialogam com campos de especialidades vizinhas, que para a tecedura deste projeto, é um fator objetivamente central.

Neste sentido, como para qualquer outro campo disciplinar, o estudo da cartografia histórica está sujeito a amaneiramentos fartos de interveniências sociais, culturais e políticas, assim como pelas ideações dos pesquisadores ⁴⁹ e por estereotipias ⁵⁰ perenemente dispostas a impregnar o teor dos posicionamentos.

Daí que a humildade deve, acima de tudo, adereçar um labor cuja meta, a verdade, é contingente e sujeita à contínua reposição dos postulados que revestem e repaginam a construção do saber e a aferição da realidade:

“Envolver uma teoria com o manto da verdade é atribuir-lhe uma característica não realizável” [...] “Somente em teoria se pode dizer que a ciência é a interpretação verdadeira da realidade, porque na prática, toda interpretação realiza apenas uma versão historicamente possível” (DEMO, 1981: 25).

V. HIPÓTESES

A trajetória da cidadela paulista e do espaço magnetizado por sua vitalidade ao longo dos mais de trezentos anos que demarcam o lapso temporal que a pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* adota como âmagos da investigação, é generoso em intercorrências, ensejando azos para leituras pontuais a respeito deste *interregno*.

Todavia, não é este o mandato desta proposta de pesquisa, que volta-se, de modo precípua, para a cenarização, com base nos mapas que catalogamos, das variáveis que na trajetória da sociedade paulista, soldaram uma decantação de fluxos espaciais que terminaram por engendrar uma soldadura territorial repleta de especificidades.

No âmagos desta investidura, sobressai um repertório de *elementos invariantes do espaço paulista*, porventura semantizados por novas determinações socioespaciais, mas que dotados de potente pendor inercial, fizeram valer a longa história da qual são portadores.

A Vila de São Paulo do Campo, senhora de vastos sertões, mas jamais ilhada por eles, teve, conforme discutido, uma atuação de proa como polo solvente de pretensões fronteiriças que intentaram cimentar a linha do Tratado de Tordesilhas, borrada sem titubeios pela empresa bandeirante.

Nesta coreografia de forças espaciais que agiram de modo centrípeto, mas também centrífugo, a cidadela paulista capitaneou a diluição das fronteiras ibero-americanas, espraiando-se, com apoio na rede fluvial, por entre diversas *landschaft* e unidades naturais biogeográficas⁵¹, e a despeito de crispações com a metrópole portuguesa, lusitanizando a seu modo um vasto espólio territorial.

A vila miúda de Piratininga assenhoreou-se, pois de um compartimento territorial que a vista das redes de circulação montadas pelo poder metropolitano (Portugal e Espanha), compunha um espaço periférico aos ciclos lusitanos atlântico e amazônica e por força das determinações geopolíticas, ao circuito potosino castelhano, agindo neste particular, em parceria com a vila gêmea de Assunção.

Esta moldura espacial, aglutinando pequenas unidades dispersas na vastidão central sul-americana, era cimentada por uma malha fluvio-terrestre, que acompanhava as nervuras da hidrografia e tirando partido das sinuosidades orográficas, por estradas

terrestres, linhas de força que mantinham a *raubwirtschaft* ⁵² em funcionamento, reforçando a constante polarização irradiada dos bordos do planalto paulista.

Neste panorama, se depreende uma hipótese de caráter imediato: a irrupção de uma formação socioespacial paulista nos tempos coloniais, cuja resiliência, é mantida no período imperial até pelo menos, a irrupção da economia cafeeira no Século XIX, com fixos e fluxos cuja soldadura, era mantida por objetos espaciais (ou próteses), que se intercomunicavam através de malhas de comunicação de caráter extensivo, apoiadas nos primeiros passos da colonização, na fruição das bacias hidrográficas.

Ora, um estudo com este perfil requer o reconhecimento dos *traços gerais* que esta soldagem territorial mantém com territorialidades também derivadas do impacto colonizador ocidental e no mesmo patamar de relevância, dos *traços específicos* da formação socioespacial paulista na ótica da apropriação e articulação do espaço.

Os traços gerais são transparecem na arquitetura de um espaço que demonstra desde sua aurora, pulsões volantes e dessimétricas, diuturnamente acompanhando a instauração de amarraduras territoriais que não se restringem à esfera do local ou regional.

Tal como para qualquer outra espacialidade tutelada pelas premissas da centralidade e da hierarquia vertical (Ver CLAVAL, 1979), a territorialidade paulista é embalada por expectativas voltadas para romper barreiras geográficas, triturando obstáculos que de um modo ou de outro, tenderiam a constranger padrões de mandonismo que irrompem sob o signo da subordinação cultural, linguística, cultural e política.

Em paralelo, agora em sua tipicidade, o espaço urdido pela empresa bandeirante traz consigo rasgos que, independentemente de serem rotulados como “rústicos” - isto é, modelarmente gravados por constâncias da sociedade tradicional -, imprimem uma personalidade exclusiva para esta formação socioespacial.

Num elenco sucinto dos particularismos, listaríamos a onipresença de edificações em taipa de pilão, modelo construtivo que perseverou até os anos 1940, quando passou a ser substituída por outras tipologias de alvenaria (WALDMAN, 2017d; PISANI, 2004), assim como o alastramento do gosto culinário paulista, de base mameluca, baseado no tripé toucinho-farinha-feijão, matriz difundida em toda a área cultural bandeirante e sertões afora (Cf. WALDMAN, 2017c).

Aparte a marca mameluca que impregnou o universo paulista, o bandeirismo carregou também matrizes eurocentradas, reproduzindo, por exemplo, o modelo ocidental de percepção espacial, padronado em ângulos retos (*carpentered culture*), replicado nas habitações, edifícios e itens construtivos, concepção absolutamente estranha aos olhos dos naturais da terra e que traz a marca de uma europeidade que também tipifica a cultura paulista (TELLES, 1984: 76-77).

A estas facetas, poderíamos somar agregações culturais de base, inscritas na língua, costumes, festividades, códigos corporais e no temário da *Religionswissenschaft*, que todavia, são subjacentes ao que é mais enfático: *a persistência dos elementos estruturantes do espaço*, que atuando em parceria com os particularismos modelares citados, são reveladores de uma propensão expansionista, pavimentando a partir do Século XVI a dominância paulista.

Numa escala que se estende de estradas a pontes, edifícios e cidades, passando por terras arroteadas pelas frentes de expansão, introdução de novas espécies animais e vegetais e intervenções antropogênicas de todo tipo, a empresa bandeirante deixou marcas indeléveis no território brasileiro, condicionando diretamente os dados registrados nos mapas antigos de São Paulo.

Assim, fixando as atenções na história da cartografia paulista, são inúmeros os dados que a cartografia seria instada a revelar, a começar pelos caminhos dos sertanistas. Primeiramente, numa visada genérica, note-se que a extensividade dos caminhos paulistas poderia equipará-los às pistas que outrora, foram implantadas pelas antigas civilizações, que analogamente, também eram transcontinentais, conectando povos e culturas distantes entre si (Cf. WALDMAN, 2006a: 79-82; LAY, 1992; JONES, 1966).

Entretanto, estas redes de circulação arcaicas se diferenciam das constituídas a partir da empreitada bandeirante pelo fato das pistas paulistas serem propagadoras de um modelo econômico, cultural e territorial cujo objetivo, é paulatinamente dismantlar o tecido espacial antecessor, submetendo espaços interpretados como “novos” e dissolvendo as resistências que se opõem ao seu avanço, uma invectiva ausente na mentalidade pré-moderna ⁵³.

A rede montada pelo empreendedorismo paulista, nada obstante sua articulação incompleta com a malha posta em funcionamento pelos portugueses no Atlântico e na Amazônia, assim como a incompletude mantida com a ordem global, ainda assim, não estava dissociada dos móveis que modelaram a *raison d'être* da ordem global mercantilista, tampouco da *weltanschauung* ocidental.

Prova disso, seria a natureza funcional das próteses e objetos espaciais articulados na formação socioespacial bandeirante, assentados com a intenção de exercerem um papel perdurável no espaço habitado, e por conseguinte, construídos em recusa à volatilidade e mais ainda, tendendo à replicabilidade.

Antepondo-se aos modelos espaciais horizontais e segmentários das populações pré-cabralinas, a iniciativa bandeirante engendrou fixos que continuamente agregaram novos fluxos, fortalecendo com a passagem do tempo, o papel desempenhado pelas localidades e pela malha viária, mesmo quando estas exibiam feição aparentemente frágil, inspirando portanto, o equivocado juízo de serem carentes de protagonismo futuro.

Nesta senda, o fato de num olhar contemporâneo os caminhos paulistas serem, por exemplo, trajetos precarizados por óbices logísticos e intercessões ambientais, não obsta de modo algum a potencialidade espacial que fomentavam, pois afinal, o *Eldorado* sempre poderia estar localizado mais adiante. Assim, a partir do momento em que este movimento se instalou, tornou-se irreversível. É o que podemos deduzir do excerto que segue:

“As bandeiras de paulistas, vencendo as durezas do solo, empurrando para bem longe o selvagem e levando vantagem às feras, foram pouco a pouco, operando a penetração. *Hoje picada, amanhã trilha e depois caminho*, a via de comunicação ia sendo feita, mas sem ter semelhança com uma estrada das mais sofríveis. O que se queria era, exclusivamente, a ligação entre um e outro ponto” (FLORENCE, 1935: 12, *grifos nossos*).

De um modo congênere, o mesmo poderia ser aquilatado para o modelo construtivo bandeirante, em pedra, taipa de pilão ou alvenaria utilizando o óleo de baleia como aglutinante, que contestando uma rusticidade que amiúde é apontada nos sistemas de construção de outrora ⁵⁴, são em si mesmos, uma indicação da pretensão da São Paulo antiga em transformar as marcas adicionadas ao espaço habitado em centros de gravidade que cedo ou tarde, tenderiam a reforçar e multiplicar a soldagem do arranjo espacial ⁵⁵.

Acertadamente, nada disso poderia substantivar-se às expensas de consentimentos embasados numa *geografia noológica* ou numa *psicoesfera*, pivoteadas por uma *zona de resistência* permanentemente pactuando a ação dos homens no espaço, conjugando-se no plano do imaginário social, com as imanências das formas inerciais estatuídas no espaço articulado pelos arranjos espaciais ou daquelas que, como os

cursos d'água, foram assimiladas diretamente do meio natural, caso, *verbi gratia*, do rio Tietê, que nesta linha de abordagem, terminou metamorfoseado num fixo ⁵⁶.

As alternâncias e persistências da formação socioespacial paulista enquanto pano de fundo de uma hipótese de interesse cartográfico, reportaria também às formas como este espaço foi interpretado pelos *map makers*, menção indeferível, pois como foi destacado, paisagem e mapa são, a rigor, as duas palavras-chave da geografia, o que igualmente implica, por inversão, que geografia e paisagem confirmem duas *key-words* da cartografia.

Com base neste prisma, o estatuto histórico dos documentos cartográficos nos incita a observar os mapas como imagens carregadas de juízos de valor, como um modo de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens, sugerindo que estas propagam representações culturais carregadas de mensagens políticas, seja nos seus conteúdos explícitos, como do mesmo modo, nas distorções e ausências, nos signos adotados e no simbolismo estético presente na decoração das margens, cartuchos e vinhetas dos mapas (*apud* GOMES, 2004: 70-71).

Estas particularidades podem ser detectadas em todas as peças cartográficas, por mais “técnicas” e isentas que se proponham a ser. Mas, quando um elenco de mapas sob análise se insere diretamente na órbita da poder, seja de jaez político, econômico ou ideológico, esta nuance fica ainda mais realçada.

Neste sentido, quando o mapa de Pedro Müller (Figura 5), identifica, por exemplo, toda a parte Oeste do atual Estado de São Paulo como um “Sertão Desconhecido”, o que está em jogo é a construção de uma imagem política e econômica de um espaço “vazio” (embora ocupado por indígenas), ensejando a percepção de existir grande estoque de terras prontas para serem desbravadas, estimulando a vinda de colonos e expandindo a fronteira agrícola da economia paulista (Cf. BEIER, 2015: 230-231).

Além dos contextos da época relacionados aos processos de mapeamento, permite-se admoestar que os mapas podem ser instrumentalizados por ideias *a posteriori*, ao sabor de conjunturas inéditas, que voltam-se então para a cartografia antiga como modo de legitimar novas leituras da realidade.

Foi assim que na carta de Dom Luiz de Céspedes Xeria (Figura 2), conquanto a análise geral do mapa original revele não ser possível observar qualquer destaque absoluto à Vila de São Paulo (sobretudo porque a imagem de sua representação é secundária no contexto geral da cartografia produzida e tão só condiz a um elemento acessório na

estrutura da imagem), nada disso impediu interpretações que alheias ao contexto histórico em que a carta foi confeccionada, brindaram a São Paulo do passado com emulações carentes de vínculo real a este mesmo contexto (Cf. CAVENAGHI, 2011: 91 *et seq*).

Desdobramento direto das colocações que tecemos, entendendo-se que a imagem cartográfica por afirmar uma trama relacional na qual interagem duas dimensões, a do *autor* e a do *leitor*, permitiria concertar que os mapas constituem a seu modo *um texto* (Cf. TREVIZAN, 2002: 36), que quando vistado, ou seja, analisado, pode expor na sua trama tanto um roteiro, quanto interstícios e lacunas.

Nesta última derivação, a “linguagem do silêncio” (*passim* BALANDIER, 1969), epíteto que designa bem mais um estado (o *silêncio*), do que uma ausência (a *lacuna*), subentende que o mapa pode ser visto, porém manter-se mudo, encarcerado que está em convenções, a começar pela própria *legenda*, que a propósito, significa a partir do latim, “o que deve ser lido” (MARESCA, 2012: 37. Ver também OLIVEIRA, 2011).

Todavia, trata-se de exação que ao postar uma barreira, denuncia pelo contraditório a existência de sentidos intersticiais, pistas subliminares e subtextos sobrepostos, teceduras engastadas na toponímia, em manuscritos, em ambiguidades e em leituras amordaçadas que a cartografia histórica habilita-se a resgatar e decifrar.

Logo, a partir da linha de argumentação que destrinchamos, esta proposta visa operar com duas matrizes em termos de hipóteses: que a estruturação do espaço paulista permitiria indicar resiliências e na sequência, um universo de significados sonegados passíveis de conquistar visibilidade na leitura dos mapas.

Estacas que sobremaneira, questionam, rediscutem e agregam valor cognitivo às interpretações da cartografia antiga, que por sua vez, são indicativas das metas a serem perseguidas por esta proposta de pesquisa.

VII. OBJETIVOS

A Proposta de Investigação *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* têm por objetivo prioritário a análise da *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga, abrangendo nove cartas, de 1612 a 1837*, de Afonso d'Escragnolle TAUNAY (1922), e da *Coleção Pirajá*, composta por sete mapas, tombada pelo Acervo de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMA).

A esta seleção, a pesquisa avoca 21 cartas, definidos como Mapas Suplementares, pertencentes ao Acervo de Raros da BMA, selecionados e arrolados em razão de manifesto interesse para a pesquisa, formando um inventário que totaliza 37 peças cartográficas a serem analisadas.

Sequenciando este objetivo central, a pesquisa *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX* tem por intuito rastrear polaridades, matrizes cartográficas, históricas, geográficas e culturais pertinentes a duas coleções que reúnem mapas conotados por taxonomia diferenciada.

A *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, de Afonso Taunay, refere-se a uma icônica coletânea da cartografia histórica e a *Coleção Pirajá*, uma série não sistematizada de mapas adquiridos por um bibliófilo, Manoel Augusto Pirajá da Silva, que nos marcos da pesquisa, constituem acervos entendidos como diferentes, mas não contrapostos.

Isso posto, o pressuposto confesso da investigação busca avaliar molduras referentes à materialidade social paulista, adotando como maro teórico o modelo de formação socioespacial e identificando sentidos não indexados à representação cartográfica, aprofundando assim o conhecimento acumulado sobre a cartografia paulista entre os Séculos XVI e XVII.

Em decorrência destas pontuações axiais, a pesquisa teria, em princípio, os seguintes resultados em pauta:

- Contribuir com uma ótica relativa a uma sociedade paulista matricialmente matriz mameluca, subentendendo o elemento bandeirante enquanto um dos epifenômenos desta circunscrição sociocultural. Porém, não único;

- Contribuir com novos aportes no debate da cartografia paulista, levando em consideração manuscritos inéditos (item 9.10), indexados à proposta de investigação;
- Subsidiar a rediscussão relativa à inserção do elemento indígena no espaço paulista, seja no plano da integração incompleta, de relacionamentos pontuais ou da dominação, assim como os intercâmbios mantidos com o colonizador português, e nesta derivação, a intercalação destes recortes nos mapas antigos paulistas;
- Promover o conhecimento e a reconhecimento da cartografia histórica paulista, assim como seus desdobramentos na vertente da história da cartografia, analisando a parceria do mapa enquanto imagem e do mapa enquanto artefato lógico-matemático, em especial nas declinações que demarcam a transição da cosmografia para a cartografia moderna;
- Contribuir para com discussão travada nos mais diversos campos disciplinares (cartografia, sociologia, antropologia, ciência política, história e geografia), quanto ao impacto do bandeirismo no espaço paulista e nacional, particularmente no tocante às determinações invariantes que marcaram a articulação dos arranjos espaciais;
- Certificar conceitualmente a *débâcle* da formação socioespacial paulista no Século XIX (da qual o mapa de Pedro Müller é uma clara antecipação), e no que a produção cartográfica relacionada à cartografia histórica paulista persiste nas novas cartas geográficas;
- Analisar manuscritos e fontes primárias de informação com a preocupação de certificar o dinamismo socioespacial indexados aos mapas a serem estudados pela investigação;
- Divulgar, na forma de textos, palestras e conferências o temário desta proposta de investigação nos diferentes canais de comunicação com a sociedade civil mais ampla;
- Analisar as implicações normativas e ontológicas de Piratininga enquanto *pivot* geoespacial, detendo-se na análise da amarradura imediata da Vila de São Paulo do Campo com seu entorno geográfico, e a reverberação

desta noção para o conhecimento e produção cartográfica do período entre os Séculos XVI-XIX;

- Organizar a informação prospectada relativa aos mapas que integram a proposta de investigação, na forma de *papers* com foco prioritário no conhecimento cartográfico;
- Aditar ao debate cartográfico dois recortes que de antemão, esta proposta entende como cruciais: a Era Filipina no Brasil (1580-1640) e a relação com a vila gêmea de Assunção;
- Encetar uma sistematização, com base no marco teórico proposto e nas informações prospectadas pela investigação, das coleções Taunay e Pirajá, de modo a reordenar estes materiais num crivo cartográfico, tendo por *background*, a formação territorial paulista;
- Especificamente sobre a Coleção Taunay, pautar um resgate propositivo da *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, repensando-a enquanto um marco da historiografia paulista;
- Projetar a debate proposto pela pesquisa no campo da história da cartografia paulista e do diálogo interdisciplinar, geográfico e pluricultural, priorizando o “parônimo” mantido com a história da cartografia.

VIII. CRONOGRAMA

A Proposta de Investigação *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)*, pressupõe um trabalho de pesquisa de dois anos, incluindo consultas a acervos, análise dos mapas elencados na Seção III (Objeto de Estudo), checagem de informações, levantamento de dados e aprimoramento do marco teórico.

Primeiramente, temos a questão dos dados primários, referindo-se a toda gama de informações coletadas junto ao universo de investigação, pressupondo leituras, visitas a bibliotecas de entidades, livrarias especializadas, participação em cursos e seminários, tendo como agenda de trabalho científico a certificação de conceitos, a operacionalização do modelo teórico estabelecido como marco desta proposta e o estudo comparativo dos mapas eleitos como foco da investigação.

Em segundo lugar, destacamos as tarefas inerentes à coleta de dados secundários e informações de interesse. Para além das referências bibliográficas sumarizadas nesta proposta, também se faz necessária a realização de pesquisa visando obtenção de dados serem prospectados em livros, *papers* acadêmicos, universidades e contatos com outros pesquisadores da área.

Consta na radiografia da proposta a elaboração de artigos acadêmicos, ao menos um em parceria com o supervisor, desenvolvimento de cursos atinentes à proposta de investigação no espaço acadêmico receptor, colaboração com os professores da área de cartografia do Museu Paulista e outras atividades conexas.

Especificamente quanto ao Cronograma, esta pesquisa tem por cenário um lapso de dois anos, prazo a ser concertado com a agência financiadora e com a unidade acadêmica receptora, no caso, o Museu Paulista.

IX. BIBLIOGRAFIA

O elenco bibliográfico que segue, *reporta exclusivamente* aos títulos indexados ao texto e/ou citados enquanto indicação na Proposta de Investigação *Mapas Paulistas dos Séculos XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)*.

9.1. LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

A'B SABER, Aziz Nacib. *São Paulo: Ensaios, Entreveros*. São Paulo (SP): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004;

_____. *Os Domínios da Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. Série Natureza: Textos de Apoio nº. 1. São Paulo (SP): Ateliê Editorial. 2003;

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Atualizado e ampliado por Giovanni Fornero. 4ª edição, 3ª reimpressão. México (DF): Fondo de Cultura Econômica. 2010;

ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Pesquisa, textos e seleção cartográfica de Isa Adonias. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Emílio Odebrecht. 1993;

BALANDIER, Georges. *As Dinâmicas Sociais: Sentido e Poder*. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1976;

_____. *Antropologia Política*. São Paulo (SP): coedição Difusão Européia do Livro (DIFEL) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1969;

BARBER, Peter et HARPER, Tom. *Magnificent Maps: Power, Propaganda and Art*. Londres (Reino Unido): The British Library. 2010;

BOARD, Christopher. *Os Mapas como Modelos*. In: Modelos Físicos e de Informação em Geografia. Richard J. Chorley e Peter Haggett (Coordenação). São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1975;

- BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;
- BUENO, Eduardo (Organização). *Os Nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro (RJ): Ediouro. 2004;
- CHORLEY, Richard J. et HAGETT, Peter. *Modelos Físicos e de Informação em Geografia*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1975;
- CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;
- COLLINSON, Diané. *50 Grandes Filósofos*. Tradução do original em língua inglesa Fifty Major Philosophers, por Maurício Waldman e Bia Costa. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2004;
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*, Tomo 2. Rio de Janeiro (RJ): Ministério das Relações Exteriores-Instituto Rio Branco. 1965;
- COSGROVE, Denis. *Geography and Vision Seeing, Imagining and Representing the World*. Londres e Nova York: I. B. Tauris. 2008;
- CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre e São Paulo (RS-SP): coedição Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;
- D'ALMEIDA, Padre Manoel. *História Geral de Ethiopia Alta ou Preste ioam e do que nella obraram os padres de Companhia de Iesus, composta na mesma Ethiopia*. Coimbra, Portugal, Officina de Manoel Dias, 1660;
- DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 1ª edição, 3ª tiragem. São Paulo (SP): Editora Atlas. 1981;
- EDNEY, Matthew H. *Cartography Without 'Progress': Reinterpreting the nature and historical development of mapmaking*. In: Cartographica, Volume 30, nº. 2-3, pp. 54-68. University of Toronto Press (Canadá): Cartographica,. 1993;
- ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial: Feitorias, Baleeiros, Técnicas, Monopólios, Comércio, Iluminação*, 1ª edição. São Paulo (SP): Editora Melhoramentos. 1969;

FARIA E SOUSA, Manuel de. *Africa Portuguesa, por su autor Manuela de Faria, y sousa, Cavaleiro da ordem de Cristo, y de la Casa Real*. A costa d'Antonio Craesbeek de Mello, impressor de sua alteza, Lisboa, Portugal, 1681;

FERRO, Marc. *Falsificações da História*. Coleção Estudos e Documentos, nº. 192. Lisboa (Portugal): Publicações Europa-América. 1981;

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Rio de Janeiro (RJ): Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977;

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos Editora (LTC). 1989;

GESP. *Viagem pela Cartografia do Território Paulista: Da Exploração dos Rios às Imagens dos Satélites*. São Paulo (SP): Governo do Estado de São Paulo (GESP), Secretaria de Economia e Planejamento/ Instituto Geográfico e Cartográfico/ Arquivo Público do Estado de São Paulo. 2010;

GUEDES, Max Justo. *A Cartografia Antes da Imprensa e do Brasil*. In: *A Cartografia Impressa do Brasil: 1506-1922 - Os 100 Mapas Mais Influentes*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Capivara. 2012;

HALL, Edward Twitchell. *A Dimensão Oculta*. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Francisco Alves. 1981;

HAINAUT, Louis. *Interdisciplinarity in General Education*. UNESCO: Division of Educational Sciences. Contents and Methods fo Education. 1986;

HOBSBAWM, Eric *et* RANGER, Terence (organizadores). *A Invenção das Tradições*. Coleção Pensamento Crítico, nº 55. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra, 1984;

JOLY, Fernand. *A Cartografia*. 15ª edição, 3ª reimpressão. Campinas (SP): Papirus. 2013;

JONES, Emrys. *Geografia Humana*. Nueva Colección Labor, nº. 16. Barcelona (Espanha): Editorial Labor S.A. 1966;

LAY, Maxwell Gordon. *Ways of the World: A history of the world's roads and the vehicles that used them*. Rutgers University Press. New Brunswick and New Jersey (EUA): Rutgers University Press. 1992;

LAGUARDIA, Rafael. *Vantagens Competitivas Naturais entre os Caminhos Velho e Novo*. In: VILLA et Gil (obra citada), pp. 309-346. Porto Alegre (RS): Ladeira Livros. 2016;

LEITÃO E CARVALHOSA, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo. *Estudos de Cartographia Antiga*. Volume 1. Lisboa Portugal: A. Lamas Motta & C.A. 1919;

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Cozinhas, etc: Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2ª edição, Coleção Debates, nº. 94. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1978;

LEWIS, M. Paul (Coordenação). *Ethnologue: Languages of the World*. 16ª edição. Dallas (EUA): Summer Institute of Linguistics (SIL). 2009;

LIDDELL, Henry George et SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford (Reino Unido): Perseus Digital Library. 1940;

LOWENTHAL, David. *Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a Uma Epistemologia Geográfica*. In: Perspectivas da Geografia, Antônio Christofolletti (Org.), pp. 103-142. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1985;

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 20. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

MALULY, Vinícius. *Sobre o estudo de caminhos e estradas setecentistas na pesquisa geohistórica brasileira*. In: VILLA et Gil (obra citada), pp. 276-308. Porto Alegre (RS): Ladeira Livros. 2016;

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Biblioteca de Ciências Sociais, 3ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1976;

MARESCA, Sylvain. *O Silêncio das Imagens*. In: Como Pensam as Imagens (Organização: Etienne Samain), pp. 37-41. Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2012;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega. 1960;

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 33. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1978;

MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Lisboa (Portugal): Editorial Teorema. 1986;

MICELI, Paulo. *O Desenho do Brasil no Teatro do Mundo*. Campinas (SP): Universidade estadual de Campinas (IUNICAMP). 2012;

_____. *O Tesouro dos Mapas: A Cartografia na Formação do Brasil*. Texto e curadoria da obra de Paulo Miceli. São Paulo (SP): Instituto Cultural Banco Santos (ICBS). 2002;

MONBEIG, Pierre. *Aspectos Geográficos do Crescimento da Cidade de São Paulo*. Boletim Paulista de Geografia, publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção local São Paulo (AGB-SP), nº 81, pp. 115-147. São Paulo (SP): AGB-SP. 2004;

MOOG, Clodomir Viana. *Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo entre culturas*. 10ª edição. Porto Alegre e Brasília (RS-DF): Editora Globo e Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Cultura). 1973;

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora (evocações da metrópole)*. São Paulo e Belo Horizonte (SP-MG): coedição Editora da Universidade de São (EDUSP) e Editora Itatiaia. 1998;

MÜNSTER, Sebastian. *Cosmographia*. Cosmographie universalis Lib. VI. In quibus iuxta certioris fidei scriptorum traditionem describuntur, Omnium habitabilis orbis partium situs, propriaeq, dotes. Regionum Topographicae effigies. Terrae ingenia, quibus sit ut tam diferentes & varias specie res, & animatas, & inanimatas, ferat. Animalium peregrinorum naturae & picturae. Nobilicrum ciuitatum icones & descriptiones. Regum & principum genealogiae. Item omnium gentium mores, leges, religio, mutationes: atos memorabilium in hunc usque annum 1554, gestarum rerum Historia. Autore Sebast. Munstero. 1554;

NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. Cadernos CEBRAP, nº. 17, 4ª edição. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1978;

OLIVEIRA, Cêurio de. *Vocabulário Inglês/Português de Geociências*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1995;

_____. *Dicionário Cartográfico*. 2ª edição, revisada e aumentada. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1983;

OLIVEIRA, Livia de. *Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa*. Série Teses e Monografias, nº. 32. (São Paulo): Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo (IGEOP-USP). 1978;

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA). 2010;

PRADO JR, Caio. *A Cidade de São Paulo: Geografia e História*. Coleção Tudo é História, nº. 78. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1998;

PRICE, Derek de Solla. *A Ciência desde a Babilônia*. Coleção O Homem e a Ciência, nº. 2. Belo Horizonte e São Paulo (BH-SP): Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Série Temas, nº. 29, Geografia e Política. São Paulo (SP): Editora Ática. 1993;

RATZEL, Friedrich. *Ratzel: Textos Escolhidos*. Organização de Antonio Carlos Robert Moraes. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo (SP): Editora Companhia das Letras. 1995;

RIZZINI, Carlos Toledo. *Tratado de Fitogeografia do Brasil: Aspectos Ecológicos*. 2 volumes. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976-1979.

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. 2ª Edição. Coleção Debates, nº. 63. São Paulo (SP); Editora Perspectiva. 1978;

SAMAIN, Etienne. *Como Pensam as Imagens* (Organização: Etienne Samain). Campinas (SP): Editora da UNICAMP. 2012a;

_____. *As Imagens Não São Bolas de Sinuca*. In: *Como Pensam as Imagens* (Organização: Etienne Samain), pp. 21-36. Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2012b;

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 2ª edição, correta e aumentada. São Paulo (SP): Empresa Typographica Editora "O Pensamento". 1914;

SANTOS, José Ferreira dos (pesquisa). *Recados: Memória das relações entre comunidade e o patrimônio*. São Paulo (SP): Movimento Cultural Penha. 2011;

SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. 2ª edição, Coleção Milton Santos nº. 3. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 2003;

_____. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 3ª edição. São Paulo: São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

_____. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico Informacional*. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25. 4ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

_____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1993;

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

_____. *Manual de Geografia Urbana*. Coleção Geografia: Teoria e Realidade. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1981;

_____. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC) & Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1978a;

_____. *Espaço e Dominação*. In: Seleção de Textos, nº. 4, pp. 3-19. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local São Paulo. 1978b;

_____. *Crescimento Nacional e Nova Rede Urbana: O Exemplo do Brasil*. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 29, nº. 4, pp. 78-92. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE). 1967;

SANTOS, Padre Frei João dos. *Ethiopia Oriental e varia historia de cousas notaveis do Oriente*. Impresso no Convento de São Domingos, Evora, Portugal, 1609.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª edição, revista e ampliada, 10ª reimpressão. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2014;

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Coleção Retratos do Brasil, Volume 78, 5ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Civilização Brasileira. 1977;

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História das Bandeiras Paulistas*. Leitura Básica, Seleção de Antonio Paim. Salvador (Bahia): Centro De Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). 2012;

_____. *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*. 3ª edição. São Paulo (SP): Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1952;

_____. *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga, abrangendo nove cartas, de 1612 a 1837, reproduzidas da coleção do Museu Paulista e acompanhada de breves commentarios por Affonso D'Escragnolle Taunay*. São Paulo, Cayeiras e Rio de Janeiro (SP/RJ): Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1922;

TELLES, Norma Abreu. *Cartografia Brasília ou: Esta história está mal contada*. Coleção "Espaço", nº 3. São Paulo (SP): Edições Loyola. 1984.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A Capital da Solidão: Uma História de São Paulo, das origens a 1900*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Objetiva. 2003;

TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe Terra: Uma história narrativa do mundo*. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1979;

TREVIZAN, Zizi. *O Leitor e o Diálogo dos Signos*. Coleção Texto, Som e Imagem, Volume 2, 2ª edição. São Paulo (SP): Clíper Editora. 2002;

TUAN, Yi Fu. *Topofilia - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1990;

VILLA, Valencia, Carlos et GIL, Tiago Luís (Organizadores). *O Retorno dos Mapas: Sistemas de Informação Geográfica em História*. Porto Alegre (RS): Ladeira Livros. 2016;

VEIGA, Padre Manuel de. *Relacam Geral do Estado da Chiristandade de Ethiopia*. Lisboa, Portugal, Impressão de Matheus Pinheiro, 1628;

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e Miséria das Minas Gerais*. Coleção Tudo é História, nº. 28. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

VILADARGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes: Conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo (SP): coedição Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Intermeios. 2014;

WALDMAN, Maurício. *O Mapa de África em Sala de Aula: A persistência do imaginário da desqualificação na representação cartográfica escolar de África*. Texto de subsídio elaborado para a Conferência Geografia e Geopolítica da África, proferida para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Março de 2013. Material revisado, ampliado e disponibilizado on line na Plataforma Kobo em Setembro de 2017 na forma de livro digital (ISBN: 1230001931761), pela Editora Kotev. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017a;

_____. *A Eficácia Histórica e Construtiva da Argila*. Construção Civil: Série Cerâmica Vermelha nº. 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. Acesso na Plataforma Kobo pelo link: <https://www.kobo.com/br/pt/ebook/a-eficacia-historica-e-construtiva-da-argila>. Texto em Formato PDF:

< http://mw.pro.br/mw/a_eficacia_historica_e_construtiva_da_argila.pdf >. 2017d;

_____. *Espaço e Modo de Produção Asiático: A organização do espaço geográfico nas primeiras sociedades estatais*. Coleção Textos Acadêmicos nº. 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. Acesso na Plataforma Kobo pelo link:

<https://www.kobo.com/br/pt/ebook/espaco-e-modo-de-producao-asiatico>. Texto em Formato PDF:

< http://mw.pro.br/mw/espaco_e_modo_de_producao_asiatico.pdf >. 2016c;

_____. *Waters of Metropolitan Area of São Paulo: Technical, Conceptual and Environmental Aspects*. In: Sustainable water management in the tropics and subtropics. BIBLIO, Carolina et alli (Organizers). Witzzenhausen (República Federal da Alemanha): Universität Kassel - Department of Agricultural Engineering and Agricultural Engineering in the Tropics and Subtropics. 2011;

_____. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, nº. 6, 1ª edição. São Paulo (SP): Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). 2006a;

_____. *Geografia para o Ensino Fundamental*. São Paulo (SP): Editora Didática Suplegraf. 1999;

_____. *Doze Estudos em Geografia Crítica: Geografia para o Ensino Técnico de 2º Grau*. Obra elaborada como subsídio para sala de aula para os cursos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Título registrado junto à Biblioteca Nacional-Fundação Pró-Memória, sob o nº. 28.659, aos 4 de Outubro de 1983. Rio de Janeiro (RJ): Biblioteca Nacional-Fundação Pró-Memória. 1982;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007;

WOODWARD, David. *Medieval Mappaemundi*. In: The History of Cartography, Vol. 1, Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean, pp. 286-370. Chicago e Londres: University of Chicago Press. 1998;

WOODWARD, Davis *et* LEWIS, G. Malcom. *The History of Cartography: Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian and Pacific Societies*. Volume 2, Livro 3, . Chicago e Londres: University of Chicago Press. 1998;

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo (SP): Editôra Cultrix. 1972;

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo (SP): Livraria Pioneira Editora. 1967.

9.2. ARTIGOS & PAPERS

AYROSA, Plínio. *Mameluco é termo árabe ou tupi?* In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, publicação do Departamento de Cultura e Recreação, órgão da Sociedade de Sociologia (DCR-SS), volume I, pp. 21-24. São Paulo (SP): DCR-SS. 1934;

AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia*. Coimbra (Portugal): texto mimeo. 2002;

CAMPOS, Eudes. *A Vila de São Paulo do Campo e Seus Caminhos*. In: Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, nº. 204. pp. 11-34. São Paulo (SP): Departamento do Patrimônio Histórico. 2006;

CASTRO, José Flávio Moraes. *Cartografia Histórica e Geoprocessamento: O Exemplo dos Mapas dos Padres Matemáticos, de 1734, e do Cálculo de Rendimentos Gerais do Bispado de Mariana, de 1752*. In: Revista do Departamento de Geografia - USP, Volume Especial Cartogeo, pp. 123-140. São Paulo (SP): Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São paulo (FFLCH-USP). 2014;

CAVENAGHI, Airton José. *A construção da memória historiográfica paulista - Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628*. In: Anais do Museu Paulista, volume 19, nº. 1, Janeiro-Junho de 2011. Paper disponível *on line* em: < <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v19n1/v19n1a03.pdf> >. Acesso: 15-11-2018. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 2011;

CINTRA, Jorge Pimentel. *Os Limites Cartográficos das Capitanias Hereditárias do Sul*. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 26-28 de Outubro de 2016. Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais. 2016;

_____. *Raposo Tavares e a Formação Territorial Brasileira*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ano CXX, Volume XCVIII. pp. 103-116. São Paulo (SP): IHGSP. 2014;

_____. *Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias*. In: Anais do Museu Paulista, volume 21, nº. 2, Julho-Dezembro de 2013. Paper disponível *on line* em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142013000200002 >. Acesso: 16-10-2018. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 2013;

_____. *Digital Cartography and Historical Maps: Techniques, Applications and Peculiarities*. In: Revista Brasileira de Cartografia nº. 64/6, pp. 901-918. 2012;

_____. *A Primeira Planta Cartográfica da Cidade de São Paulo*. In: Boletim de Ciências Geodésicas, volume 16, nº. 2, pp. 332-346, Abril-Junho de 2010. 2010;

_____. *O Mapa das Cortes: Perspectivas Cartográficas*. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. nº. Sér., volume 17, nº. 2, pp. 63-77, Julho-Dezembro de 2009. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 2009;

DUTENKEFER, Eduardo. *Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais*. In: revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, nº. 65, pp. 57-71. São Paulo: IEB-USP. 2016;

FIORAVANTI, Carlos. *Com os Pés na Terra*. In: Revista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), edição nº. 226, Dezembro de 2014. Paper disponível *on line* em: < <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/12/29/com-os-pes-na-terra/> >. Acesso: 16-11-2018. São Paulo (SP): FAPESP. 2014;

FLORENCE, Amador. *O Primeiro Correio*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, publicação do Departamento de Cultura e Recreação, órgão da Sociedade de Sociologia (DCR-SS), volume XV. São Paulo (SP): DCR-SS. 1935;

GARBIN, Estevão Pastori, SANTIL, Fernando Luiz de Paula et BRAVO, João Vitor Meza. *Semiótica e a Teoria da Visualização Cartográfica: Considerações na Análise do Projeto Cartográfico*. Boletim de Ciências Geodésicas, Outubro/Dezembro, 2012, Volume 18, nº. 4, pp. 624-642. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná (UFP). 2012;

GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Velhos Mapas, Novas Leituras: Revisitando a História da Cartografia*. In: GeoUSP - Espaço e Tempo, nº. 16, pp. 67-79, revista da Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 2004;

MENEZES, Sezinando Luiz; RODRIGUES, Gisele et COSTA, Célio Juvenal. *A Ilustração Portuguesa e a Missão dos Padres Matemáticos na América*. In: Revista História e Cultura, revista do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências

Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), volume 3, nº. 2, pp. 437-454. Franca (SP): Universidade Estadual paulista (UNESP). 2014;

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Por uma Cartografia da Conquista: Espacializações portuguesas no centro da América do Sul (1718-1752)*. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 10 a 14 de Maio de 2011. 2011;

PISANI, Maria Augusta Justi. *Taipas: A Arquitetura de Terra*. In: Revista Sinergia, v. 5, nº. 1, pp. 9-15, janeiro-Junho 2004. São Paulo (SP): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP). 2004;

ROCHA, Yuri T.; PRESOTTO, Andrea et CAVALHEIRO, Felisberto. *The Representation of Caesalpinia echinata (Brazilwood) in Sixteenth-and-Seventeenth-Century Maps*. In: Annals of the Brazilian Academy of Sciences, (2007) 79 (4), pp. 751-765. Rio de Janeiro (RJ): Academia Brasileira de Ciências (ABC). 2007;

RODRIGUES, Teresa. *Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica*. Investigação realizada no âmbito do projecto POCI/DEM/57987/2004 “História da População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Porto (Portugal): Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). 2004;

SEEMANN, Jörn. *Mercator e os Geógrafos: Em Busca de uma “Projeção” do Mundo*. In: Revista de Geografia da Universidade Federal do Cariri (UFC), ano 2, nº. 3, pp. 7-18. Juazeiro do Norte (CE): Universidade Federal do Cariri. 2003;

VAN DER KROGT, Peter. *The Origin of the Word “Cartography”*. Revista e-Perimetron - International Web Journal on Sciences and Technologies Affined to History of Cartography and Maps, Volume 10, nº. 3, pp. 124-142. Site: < www.e-perimetron.org >, Acesso: 08-10-2018. 2015;

WALDMAN, Maurício. *O Cartógrafo da Nova Era*. In: jornal O Imparcial, edição de sábado, 13-10-2018, Caderno Opinião, página 2a. Artigo disponível on line em: < http://mw.pro.br/mw/ColunaPR_Imparcial39.pdf >. Acesso: 9-11-2018. Presidente Prudente (SP): Jornal Imparcial. 2018a;

_____. *A Anexação da Amazônia*. In: jornal O Imparcial, edição de quinta-feira, 20-09-2018, Opinião, página 2a. Artigo disponível on line em: <

http://mw.pro.br/mw/ColunaPR_Imparcial37.pdf >. Acesso: 23-10-2018. Presidente Prudente (SP): Jornal Imparcial. 2018b;

_____. *Arquétipos, Fantasmagorias e Espelhos*. In: revista GEOUSP - Espaço e Tempo, nº. 23, pp. 44-64. São Paulo (SP): Serviço de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2008. Texto masterizado em 2018 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet:

< http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_02.pdf >. Acesso: 03-11-2018. 2016a;

_____. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. In: revista GEOUSP - Espaço e Tempo, nº. 14, Volume 1, pp. 45-64. São Paulo (SP): Serviço de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2003. Texto masterizado em 2018 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet:

< http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_01.pdf >. Acesso: 03-11-2018. 2016b;

_____. *Todos os Caminhos Levam a Roma: Cartografia dos Césares, Tábua Peutinger e os Limites do Espaço*. In: Revista Geografia, v. 22, p. 59-77. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina (UEL), Departamento de Geociências, Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da UEL. Texto masterizado em 2018 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet:

< http://mw.pro.br/mw/cartografia_02.pdf >. Acesso: 30-10-2018. 2014;

_____. *Mapa Regional de África: Subsídio indispensável para a compreensão do continente*. Artigo eletrônico primeiramente disponibilizado no site da Cortez Editora aos 25-05-2013, integrando as comemorações do Dia da África. Texto masterizado em 2017 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet:

< http://www.mw.pro.br/mw/geog_mapa_reg_africa_Cortez2013.pdf >. Acesso: 15-10-2018. 2013;

_____. *Onde fica o Império Almorávida? Leituras divergentes na representação espacial do passado africano pela cartografia escolar*. Revista Élisée: Revista de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Volume 1, pp. 45-60. Porangatu (GO): UEG. Fac-simile:

< http://www.mw.pro.br/mw/imperio_dos_almoravidas.pdf >. Acesso em: 7-10-2018. 2012;

_____. *Geografia e Memória: A Persistência do Sudão como Marco Espacial Identitário*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Maio de 2011 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto, Universidade de São Paulo (USP). Texto on line em Formato PDF masterizado pela Editora Kotev: < http://mw.pro.br/mw/cartografia_06.pdf >. Acesso em: 07-10-2018. Fac-simile: < http://www.mw.pro.br/mw/curso_antigo_sudao.pdf >. Acesso em: 10-09-2018. 2011;

_____. *Cartografia de África: Mapas, Toponímia e Modelos de Percepção*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Maio de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto, Universidade de São Paulo (USP). Texto on line em Formato PDF masterizado pela Editora Kotev: < http://mw.pro.br/mw/cartografia_10.pdf >. Acesso em: 01-10-2018. 2010a;

_____. *Mundo Tradicional, Imaginário e Cartografia Antiga*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Junho de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto, Universidade de São Paulo (USP). Texto on line em Formato PDF masterizado pela Editora Kotev: < http://mw.pro.br/mw/cartografia_03.pdf >. Acesso em: 01-11-2018. 2010b;

_____. *O Imaginário de África na Cartografia de Guilherme Blaeu*. Artigo digital disponibilizado a partir de Novembro de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto. Texto on line em Formato PDF masterizado pela Editora Kotev: < http://mw.pro.br/mw/cartografia_05.pdf >. Acesso em: 11-10-2018. 2009a;

_____. *A Apreensão Objetiva do Espaço pelos Antigos*. Artigo digital disponibilizado a partir de Abril de 2009 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto. Texto on line em Formato PDF masterizado pela Editora Kotev: < http://mw.pro.br/mw/cartografia_04.pdf >. Acesso em: 02-11-2018. 2009b.

_____. *Espaço e Modo de Produção Asiático*. In: Boletim Paulista de Geografia, nº. 72. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local São Paulo. 1994.

9.3. TESES E DISSERTAÇÕES

BEIER, José Rogério. *Artefatos do Poder: Daniel Pedro Müller, A Assembleia Legislativa e a Construção Territorial da província de São Paulo*. Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Dissertação de Mestrado. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo. 2015.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana*. 1968. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP): UNICAMP. 1968;

SCOTTON, Giovanni Colossi. *O Brasil na Cartografia Quinhentista*. Tese de Doutorado em Geografia. Florianópolis (SC): Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2017;

WALDMAN, Maurício. *Água e Metrópole: Limites e Expectativas do Tempo*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo (SP): Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2006b;

_____. *Metamorfoses do Espaço Imaginário: Um ensaio “topo-lógico” relativo ao universo da cultura, do espaço e do imaginário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 1997.

9.4. PARECERES TÉCNICOS

WALDMAN, Maurício. *Virado à Paulista: A Marca Mestiça, Popular e Regional de um Prato Essencialmente Paulista*. Parecer técnico elaborado para a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo com o fito de fundamentar o tombamento do Virado à Paulista como Patrimônio Imaterial do Estado. 2017c.

9.5. DOCUMENTOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS

IGC. *Quadro do Desmembramento Territorial-Administrativo dos Municípios Paulistas*. Inclui dois fólios dobrados com os desdobramentos territoriais dos

municípios originários do Estado de São Paulo. São Paulo (SP): Instituto Geográfico e Cartográfico. 1995;

9.6. CURSOS E SEMINÁRIOS

WALDMAN, Maurício. *África em Sala de Aula: Desafios da Cartografia Escolar*. Oficina pedagógica em cartografia desenvolvida junto ao Centro de Estudos Africanos da USP. 2013;

_____. Secretaria de Educação da Estância Turística de Ribeirão Pires (SP). *Curso de Capacitação e de Alfabetização Cartográfica: América Latina, Meio Ambiente e Globalização I* - Participação como Docente. 2004a;

_____. Secretaria de Educação da Estância Turística de Ribeirão Pires (SP) - *Curso de Capacitação e de Alfabetização Cartográfica: América Latina, Meio Ambiente e Globalização II* - Participação como Docente. 2004b;

_____. Secretaria de Educação da Estância Turística de Ribeirão Pires (SP) - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) de Ribeirão Pires. *Oficina de Capacitação em Cartografia* (Capacitação Pedagógica em Cartografia). 2004c;

_____. *III Seminário das Relações Interétnicas e Igualdade Racial e Cultural na Educação*. Evento promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Poços de Caldas (MG), Complexo Cultural da URCA, 20-11-2009. Participação como Conferencista com o Tema África: Cartografia e Imaginário. 2009c.

9.7. MATERIAIS DE APOIO PARA CURSOS DE CARTOGRAFIA

WALDMAN, Maurício. *Mapa e Representação da Realidade*. Texto de Iniciação Cartográfica, mimeo 2009, masterizado em 2017 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet:

< http://mw.pro.br/mw/cartografia_01.pdf >. Acesso: 09-10-2018. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017b;

_____. *África em Sala de Aula: Desafios da Cartografia Escolar*. Compêndio de Textos para Oficina de Formação em Cartografia junto ao Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2013.

9.8. CONSULTORIAS PEDAGÓGICAS

WALDMAN, Maurício. Revista Nova Escola - Consultoria Informacional e Cartográfica para a Seção Na Dúvida?, relativa à Partilha da África, publicada no nº 254, exemplar de Agosto, página 24. 2012.

9.9. WEBGRAFIA

ACI - Associação Cartográfica Internacional /

ICA - International Cartographic Association

< <https://icaci.org/mission/> >

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

< <https://www.ibge.gov.br/> >

Imago Mundi: International Journal for the History of Cartography

< <https://www.tandfonline.com/action/aboutThisJournal?journalCode=rimu20> >

Série Cartografia, in Maurício Waldman - Textos Masterizados

< <http://mwtextos.com.br/serie-cartografia/> >

9.10. MANUSCRITOS

O arrolamento de manuscritos que segue constitui acervo tombado na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, a saber:

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso; seguida d'um roteiro de viagem de sua capital a São Paulo*, por Joaquim Ferreira Moutinho. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869. 6 fl. s.n. 342 p. 2 planchas, 4 retr. 4 gravuras. 18 cm;

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo, seguidos de Chronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de S. Vicente, até o anno de 1876*, por Manoel Eufrazio de Azevedo Marques, e publicados por deliberação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1879. 2 volumes em 1, 28x20cm;

PORTUGAL. SOBERANOS, etc., 1792-1826 (João VI). *Alvará porque Vossa Alteza Real há por bem dar huma nova forma aos corpos da linha da capitania de São Paulo, augmentando a sua força; e levantar hum regimento de cavallaria de milícias tudo na forma acima declarada e Plano de organização para as tropas regulares da capitania de São Paulo* (Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808. 7, 11 p. tabs. 28x19 cm. (18 fotogr.);

Demonstração e configuração do caminho de São Paulo aos rios Tietê e Paraná e Do Iguatemy, a praca N. Sra. dos Prazeres - 1774;

FARIA, José Custódio de Sá e. *Diário e planos do caminho de Assumpção do rio Paraguay...thé o passo do rio Igatemy, offerecidos ao Illmo. Exmo. Sr. |D. Luiz Antonio de Souza Botelho...por José Custódio de Sá e Faria, Brigadeiro dos exércitos de S. MAgestade. s.l.p., s.c.p., 1773. 122p. illus. 32x22cm. (122 fotogr.);*

Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitancias do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, São Paulo, nos annos de 1780-1790; impresso por ordem da Assembléia Legislativa da Capitania de São Paulo. São Paulo: Na typ. De Costa Silveira, 1841. 89p. 22x15cm. 89 fotografias;

Noticias das minas de São Paulo, e dos certões da mesma capitania. S.l.p.; s.c.p., s.d. 280p. 208 fotografias;

SÁ E FARIA, José Custódio de. *Diário e planos da caminhada que fez do Rio Paraguay e Uruguay;*

SÁ E FARIA, José Custódio de. *Projecto, ou Plano ajustado por ordem de S.M.F. entre o Governador & Cap. General de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza & o brigadeiro Jozé Custodio de Sá e Faria. De todos os serviços com que se devem sustentar nesta parte Meridional da América Portuguesa. s.l.p. s.c.p.; 1772. 188p. 34x22cm. (188 fotogr.);*

SMITH, Herbert Huntington. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista, por Herbert H. Smith; com um capitulo de Carlos Von den Steinen sobre a capital de Matto Grosso* (traduzido por Capistrano de Abreu). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922. [1]-372p. 19X14cm.

9.11. MAPOGRAFIA

9.11.1. ATLAS

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de et CASTRO, Therezinha de. *Atlas Histórico Escolar*. 8ª edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro (RJ): Ministério da Educação e Cultura-Fundação Nacional de Material Escolar. 1983;

Atlas de Poche. Texto: Librairie Générale Française (1968); Mapas: Kartographie Praha (Praga, Tchecoslováquia, 1971). Coleção Le Livre de Poche, nº. 2.222, 12ª edição. Paris (França): Librairie Générale Française. 1981;

Atlas Jeune Afrique. Paris (França): Editions Jeune Afrique. 1973;

Collins World Atlas - Reference Edition. Londres (Reino Unido): HarperCollins Publishers. 2010;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011;

Earth Portfolio Maps. Hunters Hill (Austrália): Millennium House Publisher. 2012.

FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Moderno Atlas Geográfico*, 5ª edição, revisada e ampliada. São Paulo (SP): Editora moderna. 2011;

Mitchell's Scholl Atlas: comprising the maps and tables designed to accompany Mitchell's School and family geography. Filadélfia (Estados Unidos): H. Cowperthwait & Company. 1857;

SANTOS, Marcos Roberto dos. *Atlas Geográfico do Brasil*. São Paulo (SP): Editora Global. 2014;

SIMIELLI, Maria Elena. *GeoAtlas*, 34ª edição (Edição atualizada e ampliada), 1ª impressão. São Paulo (SP): Editora Ática. 2012;

The Signet-Hammond World Atlas. Coleção The Desk Reference Library. Chicago (Estados Unidos): New American Library - Times Mirror. 1978;

World Atlas. São Francisco, Chicago e Nova York (Estados Unidos): Rand Mc Nally & Company. 1972.

9.11.2. MAPAS SOLTEIROS

IBGE. Mapa Físico do Estado de São Paulo (Digital). Escala 1: 900.000. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2011;
 IBGE. Mapa Físico da Região Sudeste (Digital). Escala 1: 900.000. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2013;

IGC. *Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - UGRHI*. Escala 1: 1.000.000. São Paulo (SP): Instituto Geográfico e Cartográfico. 2014a;

IGC. *Hipsometria do Estado de São Paulo - 1982/ Plano Cartográfico do Estado de São Paulo*. Escala 1: 1.000.000. São Paulo (SP): Instituto Geográfico e Cartográfico. 2014b;

9.11.3. MAPAS & ATLAS RAROS

Amerique Meridionale, par le Sanson d'Abbeville, Geog, du Roy. A Paris chez l'auteur. Avec Privilege pour vingt ans. 1657. Cópia impressa pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IOESP), distribuída na 16ª Bienal de São Paulo. São Paulo (SP): IOESP. 1981.

ORTELIUS, Abraham. *Theatrum orbis terrarum*; opus nunc denuo ab ipso Auctore recognitum, multisquè locis castigatum, & quamplurimis nouis Tabulis atquè Commentariis auctum. [Antuerpiae: Ex Officina plantiniana, 1595]. 1595;

_____. *Epitome du theatre du monde*, d'Abraham Ortelius: auquel se represente, tant par figures que charecteres, la vraye sutiacion, nature, & propriété de la terre universelle. Reueu, corrigé & augmenté de plusieurs Cartes, pour la troisiemes fois. A Anvers, De l'Imprimerie de Christofle Plantin, pour Philippe Galle, M. D. LXXXVIII. Antuérpia, 1588;

_____. *Theatrum orbis terrarum*. Opus nunc tertio ab ipso Auctore recognitum, multisquè locis castigatum, & quamplurimis nouis Tabulis atquè Comentarijs auctum. s.l.p. s.c.p. 1584.

X. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Bibliografia coletada para a elaboração da Proposta de Investigação, por ora não indexada ao projeto, que, entretanto, presumivelmente poderá ser incorporada à pesquisa.

Sabe-se que a pesquisa acadêmica tem por meta esclarecer aspectos sobre os quais temos dúvidas ou que em princípio, ignoramos. Daí que a questão central é atingir a realidade da forma mais eficiente possível (*apud* DEMO, 1981: 13), o que suscitou neste documento, a adoção de uma taxonomia que expõe títulos e obras acatando uma classificação temática atinente para o estudo proposto, determinada em função da própria estrutura do conteúdo do trabalho de pesquisa, tendo-se em vista, como sói acontecer em qualquer projeto de pesquisa, sua efetivação em moldes científicos (Cf. SEVERINO, 2014: 68).

Pois então, as referências bibliográficas e outras fontes de informação elencadas nos itens I (*Cartografia*), II (*São Paulo & Bandeirismo*), III (*Caminhos, Trajetos e Relatos de Viagens*) e IV (*Hidrografia*), conectam-se diretamente aos fundamentos básicos dos motes da pesquisa, enquanto que os itens V (*Títulos de Referência Relacionados ao Tema*), VI (*Referências Teóricas, Conceituais e Metodológicas*) e VII (*Compêndios, Dicionários e Materiais de Consulta*), constituem respectivamente uma bibliografia estendida de caráter mais geral, títulos relativos à tecedura do marco teórico e obras que no essencial, são de escopo apurativo.

1. CARTOGRAFIA

1.1. LIVROS & CAPÍTULOS DE LIVROS

ALMEIDA, Rosângela Doin de (organização). *Cartografia Escolar*. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2007;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana, Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília (DF): Mapas Editora & Consultoria. 2009;

_____. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem*. Brasília (DF): Centro de Cartografia Aplicada e Informação da Universidade de Brasília - Mapas Editora & Consultoria. 2007;

_____. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, nº. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos et CYPRIANO, André. *Quilombolas: Tradições e Cultura da Resistência*. São Paulo (SP): Aori Comunicação. 2006;

ANTONIOU, Antonis, KLANTEN, Robert; EHMANN, Sven et HELIGE, Hendrik. *A Map of the World according to illustrators & storytellers*. Berlin (Alemanha): Die Gestalten Verlag GmbH & Co. 2013;

BESALÚ, Miquel J. Pavón. *Diccionario de Cartografía*. Madri (Espanha): Ediciones Hyparion. 2012;

BLACK, Maggie et KING, Jannet. *The Atlas of Water - Mapping the World's Most Critical Resource*. 2ª edição. Berkeley e Los Angeles (EUA): University of California. 2009;

BONIFACE, Pascal, VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009;

BROTTON, Jerry. *Uma História do Mundo em Doze Mapas*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar. 2014;

COMRIE, Bernard; MATTHEWS, Stephen et POLINSKY, Maria. *The Atlas of Languages - The origin and Development of Languages Throughout the World*. Revised edition. Londres (Reino Unido): Quarto Publishing. 2010;

FILHO, Synesio Sampaio Goes. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Um Ensaio Sobre a Formação das Fronteiras do Brasil*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores (MRE). 2015;

KINDER Hermann et HILGEMANN Werner. *Atlas Histórico Mundial*, 6ª edição. Colección Fundamentos, nº. 2. Madri (Espanha): Ediciones Istmo, 1975;

MARTINELLI, Marcello. *Cartografia Temática: Caderno de Mapas*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 2016;

_____. *Mapas da Geografia e Cartografia Temática*. 6ª edição, ampliada e atualizada. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2011;

_____. *A Sistematização da Cartografia Temática*. In: ALMEIDA (obra citada), pp. 193-200. 2007;

MACHADO, Maria Márcia Magela et RUCHKYS, Úrsula. *A América do Sul na Cartografia Renascentista*. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 10-14 de Maio de 2011. 2011;

NEBENZAHL, Keneth. *Mapping the Silk Road: 2.000 Years of Exploring the East*. Londres (United Kingdom): Phaidon Press. 2004;

PORTO, Carmen Manso. *Cartografia Histórica Portuguesa*. Catálogo de manuscritos (siglo XVII-XVIII). Madri (Espanha): Real Academia de la Historia. 1999;

RAISZ, Erwin. *Cartografia Geral*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Científica. 1969;

SANTOS, Clézio (org.). *Cartografia Geográfica e Representação Gráfica*. Nova Iguaçu (RJ): Agbook. 2015;

_____. (org.). *Cartografia e Geografia: Temas e Debates*. Santo André (SP): Clube de Autores. 2011;

STEWART, George Rippey. *Names on the Globe*. Reino Unido: Oxford University Press. 1975;

THÉRY, Hervé et MELLO, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território*. 2ª edição. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IOESP). 2008;

UNGER, Richard W. *Ships on Maps: Pictures of Power in Renaissance Europe*. Londres (Reino Unido): Palgrave, Macmillan. 2010;

1.2. ARTIGOS, TEXTOS & PAPERS

AVELAR Silvania et HURNI Lorenz. *On the Design of Schematic Transport Maps*. Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization, Volume 41, issue 3, pp. 217-228. Canadá: Toronto Press. 2006;

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Dilatação dos Confinos: Caminhos, Vilas e Cidades na Formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. In: Anais do Museu Paulista. Volume 17, nº. 2. pp. 251-294, exemplar de Julho-dezembro de. 2009. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 2009;

CRUZ, Fátima da. Mapas: (Re) Cortes Coloniais. A Cabo dos Trabalhos: Revista Eléctronica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC. nº. 1, 2006. Texto disponível *on line* em:
< <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php> >. Acesso em 22-03-2010. 2006;

EDNEY, Matthew H. *Putting "Cartography" into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the Creation of a Discipline*. In: Cartographic perspectives, nº. 51, Spring 2005, pp. 14-29. Milwaukee, Wiscosin (EUA): AGS Library. 2005;

FREIRE, Nelson Cabral Ferreira et FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. *Mapas como Expressão de Poder e Legitimação sobre o Território: Uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais*. In: Atas do III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, pp. 1-9. Recife (PE), 27-30 de Julho de 2010. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina. 2010;

MUHL, James D. *Ancient Cartography: Man's earliest attempts to represent his world*. Expedition, Volume 20, pp. 26-31. Number 2, Winter 1978. EUA: University of Pennsylvania, Museum of Archaeology and Anthropology. 1978;

NORONHA, Isabel. *A Corografia Medieval e a Cartografia Renascentista: Testemunhos Iconográficos de Duas Visões de Mundo*. Rio de Janeiro (RJ): História, Ciência e Saúde-Manguinhos, volume 6, nº. 3, Rio de Janeiro, Novembro de 1999/Fevereiro de 2000. Texto disponível *on line*:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000400009&lng=pt&nrm=isoc >. Acesso em: 26-03-2017. 2000;

ROSSELLÓ I VERGER, Vicenç M. *Toponímia, Geografia i Cartografia*. Valencia (Espanha); Publicacions de la Universitat de València. 2004;

1.3. WEBGRAFIA

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
< <http://www.ibge.gov.br/> >. Acesso: 07-09-2018

IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico
< <http://www.igc.sp.gov.br/index.html> >. Acesso: 19-09-2018

Biblioteca Nacional de Portugal
< <http://www.bnportugal.pt/> >

Banco Nacional de Dados Bibliográficos - Portugal
< porbase.bn.pt/ >

Library of Congress - Biblioteca do Congresso Norte-Americano
< <https://catalog.loc.gov/> >

WorldCat
< www.worldcat.org/ >

Europeana Collections
< <https://www.europeana.eu> >

Europeana Collections - link com mapas específicos da Capitania de São Vicente
< <https://www.europeana.eu/portal/pt/search?q=s%C3%A3o+paolo+capitania> >

Fundação Biblioteca Nacional - Brasil
< <https://www.bn.gov.br/> >

Biblioteca Digital Luso Brasileira
< <https://bdlb.bn.gov.br/> >

Universidade de São Paulo- Biblioteca Digital - Cartografia Histórica
< <http://www.cartografiahistorica.usp.br/> .

Universidade de São Paulo - Museu Paulista

< <http://www.mp.usp.br/acervo> >

World Digital Library

< <https://www.wdl.org/en/> >

2. SÃO PAULO & BANDEIRISMO

2.1. LIVROS

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. 2ª edição, revista e ampliada. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: Política. São Paulo(SP): Pioneira. 1978;

CALDAS, André. *Itanhaém Histórica: Um Resumo da Trajetória da Segunda Cidade do Brasil*. São Paulo (SP): Editora Daikoku. 2012;

FILHO, Amílcar Torrão. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?: São Paulo na Administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo (SP): coedição Editora Annablume e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2007;

MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Darcy Ribeiro. 2014;

MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo: 1554-1910* [por] Antonio Egydio Martins. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & c., 1911-1912. Dois volumes em um tomo. Impressão: São Paulo, Typographia do Diário Oficial. 1911;

PASSARELLI, Sílvia Helena F. *Notas sobre a Evolução Urbana da Borda do Campo*. Ribeirão Pires: Acervo do Arquivo Histórico de Ribeirão Pires; São Paulo: FAU-USP, 1990. Mimeografado;

2.2. COLEÇÕES

História dos Bairros de São Paulo, Série publicada pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo, 1981-1983, vários volumes.

3. CAMINHOS, TRAJETOS & RELATOS DE VIAGENS

3.1. LIVROS

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a el-rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil*. Lisboa (Portugal): coedição Imprensa Nacional e Casa da Moeda. 1974;

CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 27. Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 29. Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil: ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 28. Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo (SP): coedição Livraria Martins Editora e Editora da Universidade de São paulo (EDUSP). 1972;

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As Caminhadas de Auguste Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte (MG): Editora Autêntica. 2002;

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 21. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 14. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 8. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do São Francisco*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 7. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo - 1822*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 11. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1974;

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 5. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1974;

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 6. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1974;

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 26, 4ª edição. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 17. Belo Horizonte e São Paulo (MG-SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1974.

4. HIDROGRAFIA

4.1. LIVROS & CAPÍTULOS DE LIVROS

BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galiza; TUNDISI, Takao Matsumura; CIMINELLI, Virgínia, S.T. (Orgs.). *Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação*. 4ª. Edição, revista e ampliada. São Paulo (SP): Escrituras Editora. 2015;

MACEDO, Toninho. Billings Viva. São Bernardo do Campo (SP): Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Turismo, 1992.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galiza. (Orgs.). *Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação*. 2ª. Edição, revista e ampliada. São Paulo (SP): Escrituras Editora. 2002;

REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galiza. (Orgs.). *Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação*. São Paulo (SP): Escrituras Editora. . 1999;

ELIADE, Mircea. *As Águas e o Simbolismo Aquático* (excerto de Tratado de História das Religiões). Revista Ligação, nº. 9, Março-Abril 2000. São Paulo (SP): Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. 2000;

QUEIROZ, Renato da Silva. *Caminhos que Andam: Os Rios e a Cultura Brasileira*. In: BRAGA, Benedito *et alli* (Orgs.), pp. 697-716. São Paulo (SP): Escrituras Editora. 2015;

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. *Água Doce no Mundo e no Brasil*. In: BRAGA, Benedito *et alli* (Orgs.), páginas 1-36. São Paulo (SP): Escrituras. 2015;

4. 2. TESES E DISSERTAÇÕES

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder, Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 1987.

5. TÍTULOS DE REFERÊNCIA RELACIONADOS AO TEMA

5.1. LIVROS & CAPÍTULOS DE LIVROS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Darcy Ribeiro. 2014;

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Darcy Ribeiro. 2014;

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo Sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida*. 4ª edição. São Paulo (SP): Duas Cidades. 1977;

COELHO, António Borges. *A Revolução de 1383: Tentativa de Caracterização, Importância Histórica*. Coleção Portugália nº. 14. Lisboa (Portugal): Portugália Editora. 1965;

CUNHA, Euclides da. *Seleta - Textos sobre o Brasil*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Darcy Ribeiro. 2014;

_____. *À Margem da História*. São Paulo (SP): Editora Cultrix. 1975;

DEFFONTAINES, Pierre. *Como se Constituiu no Brasil a Rede de Cidades*. In: revista Cidades, volume 1, nº 1, pp. 119-146, Janeiro-Junho 2004. Presidente Prudente (SP): Publicação do Grupo de Estudos Urbanos (GEU). 2004;

DUARTE, Rildo Borges. *Incógnitas Geográficas: Francisco Bhering e as Questões Territoriais Brasileiras no Início do Século XX*. São Paulo (SP): Editora Alameda. 2013;

ODALIA, Nilo et CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Organizadores). *História do Estado de São Paulo/ A Formação da Unidade Paulista*, Volume 3, Governo e Municipalidade. São Paulo (SP): Editora UNESP, Arquivo Público do estado/ Imprensa Oficial do Estado de São paulo. 2010;

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Estado na América Latina*. Paulo Sérgio Pinheiro (Coordenador). Rio de Janeiro e São Paulo (RJ-SP): Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e Editora Paz e Terra. 1977;

RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Darcy Ribeiro. 2014;

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Ribeiro. 2014;

SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. 11ª edição. Lisboa (Portugal): Livraria Sá da Costa Editora. 1972;

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Darcy Ribeiro. 2014;

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada da Laguna - Episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo e Brasília (SP-DF): coedição Melhoramentos e Ministério da Educação e Cultura. 1975;

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: Antes de sua Separação e Independência de Portugal*; revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 9ª edição, integral. São Paulo e Brasília (SP-DF): Edições Melhoramentos e Instituto Nacional do Livro-Ministério da Educação e Cultura. 1975;

VILLALFA, Luiz Carlos. *O Brasil e a Crise do Antigo Regime Português (1788-1822)*, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (SP): Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2016.

5.2. TESES E DISSERTAÇÕES

COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira*. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Nacional de Brasília (UNB). Brasília (DF): UNB. 2015;

5.3. ARTIGOS, TEXTOS & PAPERS

PROTÁSIO, Daniel. *Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)*. In: *História da Historiografia*, nº. 14, pp. 27-43, Abril de 2014. Ouro Preto (MG): Universidade Federal de Ouro preto (UFOP). 2014.

6. REFERÊNCIAS TEÓRICAS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

6.1. LIVROS & CAPÍTULOS DE LIVROS

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Linguagem e as Representações da Masculinidade*. Textos para discussão da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, nº. 11. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2004;

ANDRADE, Almir de. *As Duas Faces do Tempo: Ensaio crítico sobre os fundamentos da filosofia dialética*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora José Olympio. 1971;

CLAEYS, Gregory. *Utopia: A História de Uma Ideia*. São Paulo (SP): Edições Serviço Social do Comércio (SESC). 2011;

CORRÊA, Roberto Lobato et ROSENDAHL, Zeny (Organizadores). *Geografia: Um Século (3)*. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (EdUERJ). 2002;

_____ et _____. *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (EdUERJ). 2001;

CROSBY, Alfred Worcester. *Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa: 900-1900*. 1ª reimpressão. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 2000;

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Edição do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Úmidas Brasileiras (NUPAUB). São Paulo (SP): NUPAUB. 1994;

DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. Coleção Saber Atual, nº. 153. São Paulo (SP): Difusão Européia do livro (DIFEL), 1972;

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

FERREIRA, Oliveiros da Silva. *Nossa América, Indoamérica*. São Paulo (SP): coedição Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1971;

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 15ª edição. São Paulo (SP): Cia Editora Nacional. 1974;

GOUREVITCH, Aron Yakovlevich. *O Tempo como Problema de História Cultural*. In: *Estudos reunidos pela UNESCO*, Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): coedição Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

LACEY, Hugh. *A Linguagem do Espaço e do Tempo*. Coleção Debates - Filosofia, nº 59. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1972;

MAROTTA, Claudia Otoni de Almeida. *O Que é História das Mentalidades*. Coleção Primeiros Passos, nº. 253. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1991;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

MONTERO, Paula. *Reflexões sobre uma Antropologia das Sociedades Complexas*. Universidade de São Paulo (USP): Revista de Antropologia, nº. 34. 1991;

PENTEADO, Margarida Maria. *Fundamentos de Geomorfologia*. 3ª edição, 2ª tiragem. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1986;

POPP, José Henrique Popp. *Geologia Geral*. 2ª edição, reimpressão. São Paulo (SP): Livros Técnicos e Científicos. 1983;

6.2. ARTIGOS, TEXTOS & PAPERS

ETGES, Viginia Elisabeta. *Länderkunde e Erdkunde: A Região no Contexto Geográfico*. In: GeoUSP - Espaço e Tempo, nº. 8, pp. 113-121, revista da Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 2000;

LAPOUGE, Gilles. *Novos Conceitos Revolucionam a Geografia*. In: Jornal "O Estado de São Paulo", edição de Domingo, dia 12/12/1976;

O'LOUGHLIN, John. *Spatial analysis in political geography*. In: A companion to political geography. John Agnew, Katharyne Mitchell e Gerard Toal (Org.), pp. 30-46. 2ª edição. Oxford (Reino Unido): Blackwell. 2003. Texto disponível on line em: <

http://www.colorado.edu/ibs/pec/johnno/pub/Companion_to_Pol_Geog_2003.pdf
>. Acesso em 18-01-2009. 2003;

RIOS, José Arthur. *A Tradição Mercantilista na Formação Brasileira*. In: Revista Brasileira de Economia (RBE), nº. 26 (3), Julho/Setembro de 1972, pp. 255-272. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1972.

7. COMPÊNDIOS, DICIONÁRIOS E MATERIAIS DE CONSULTA

BARRETTO, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo (RS): Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. 2010;

Encyclopédie Géographique. Garzanti Editeur, 1964. Paris (França): Editions Stock, 1981;

IBGE. *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*, 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2004;

PEIXOTO, Aristeu Mendes; SOUZA, Julio Seabra Inglez et TOLEDO, Francisco Ferraz de (Organizadores). *Enciclopédia Agrícola Brasileira*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1989;

I. **MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá**, ISBN:1230003512173, Editora Kotev (Kotev ©), 2019, é o título de caráter editorial de ensaio protocolar pertinente ao Projeto de Pesquisa *MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)*, proposta de investigação em nível de Pós-Doutorado com Supervisão do Professor Doutor Jorge Pimentel Cintra, confeccionada para ser desenvolvida junto ao Museu Paulista, instituição adjunta à Universidade de São Paulo (MP-USP). Em Outubro do ano de 2019, com os préstimos da **Editara Kotev (Kotev ©)**, o citado ensaio protocolar foi reformatado para com o fito de ser postado na Plataforma Kobo, agora sob o título **MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá**. Este ensaio, é atinente a proposta de pesquisa com o objetivo de estudar os mapas das Coleções Taunay e Pirajá, relacionadas ao espaço paulista com foco em três eixos: a formação socioespacial paulista, caminhos e rotas (especialmente fluviais), assim como o papel desempenhado pela cidade de São Paulo de Piratininga no lapso temporal relativo aos Séculos XVI-XVIIIV, abarcando também as décadas iniciais do Século XIX, sendo sua meta precípua, o estudo da cartografia história paulista no período citado. No mais, esta edição de **MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX:: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá** foi masterizada em conformidade com as regras que atualmente regem o bom uso a língua portuguesa, agregando cautelas editoriais com o fito de adequar o texto por meio de ferramentas digitais através da web. A formatação deste material para a Internet contou com a Assistência de Editoração, pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com; Home-Page: www.harddesignweb.com.br. A citação de **MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá** deve incorporar referências ao autor e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Projeto de Cartografia Histórica - Coleções Taunay e Pirajá*. Série Cartografia, Nº 12. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

II. **Maurício Waldman** é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área ambiental e uma carreira acadêmica com contribuições no campo da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Entre 1970-1980, atuou como professor de geografia e de história em escolas da rede particular da capital paulista e como Diretor da Escola e dos Cursos Profissionalizantes da Fundação Estadual do Menor (FEBEM) e do Serviço SOS Criança (1997-2000). Waldman colaborou com diversas publicações acadêmicas de geografia e em cursos de capacitação de cartografia e uso do mapa em sala de aula para o magistério de I e II Graus na rede pública e particular de ensino em diferentes cidades do país. Fez parte da Diretoria da

Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local São Paulo (AGB-SP, 2003), colaborou com o site acadêmico *Geocarto - Website de Geografia e Cartografia*, do Departamento de Geografia da FFLCH-USP (2010-2012) e durante dez anos (2004-2014), foi responsável pela disciplina *Geografia e Geopolítica da África* nos Cursos de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Waldman foi colaborador do líder seringueiro Chico Mendes, Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Nos anos 1988-1991, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, em São Paulo e no Rio de Janeiro), em movimentos em defesa da Represa Billings no Grande ABC Paulista e em diversas entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e o Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman é autor, dentre outras obras, de *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992), *Geografia para o Ensino Fundamental* (Editora Didática Suplegraf, 1999), *Antropologia & Meio Ambiente*, primeira obra brasileira no área da antropologia ambiental (SENAC, 2006) e de *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*, obra finalista do Prêmio Nacional Jabuti de 2011 (Cortez Editora. 2010). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP, 1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Plataforma Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbete Wikipédia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br

NOTAS DO ENSAIO PROTOCOLAR ORIGINAL

MAPAS PAULISTAS DOS SÉCULOS XVI-XIX: Estudo de Cartografia Histórica das Coleções Taunay (Museu Paulista) e Pirajá (Acervo de Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP)

1 Sinteticamente, as cartas constituem a representação dos aspectos naturais e artificiais da Terra, destinadas a fins práticos da atividade humana. No Brasil, o termo é usualmente empregado como sinônimo de mapa (*apud* OLIVEIRA, 1983: 86).

2 A palavra *mappa*, que significa pano, tela ou bandeira sinalizadora no latim clássico, aparece para designar o *mappaemundi*, mapa do mundo, durante a Idade Média. A lógica impõe que *mappa mundi*, significando mapa do mundo, determina que *mundi* significa “mundo”, e portanto, *mappa* tem que ser “mapa”. Note-se que o termo grego era bem diferente: *pinax* (πίναξ), que no entanto, originou outra palavra de largo trânsito na cartografia antiga: *tabula*, tradução de *pinax* e que significa prancha ou tábua, suporte para textos, pinturas ou registros cartográficos. Seja como for, anote-se que a palavra mapa insere, além de significados relativos à informação, com aqueles que revelam nexos com a escrita e a arte (VAN DER KROGT, 2015: 124-125).

3 “Um dos objetos de estudos da cartografia histórica são as técnicas cartográficas empregadas no mapa histórico, cuja multiplicidade de linguagens gráficas adotadas, têm sido objeto de análise da história, da geografia, da arquitetura, da sociologia, da arqueologia, entre outras áreas” (CASTRO, 2014: 125).

4 No atinente ao conhecimento geográfico “esta subutilização de ambas áreas na geografia surgiu de uma parcela de pesquisadores ligados a cartografia não exclusivamente, que consideram esta perspectiva de análise, pouco factível para estudos geográficos, pelo fato de que faltam aos documentos cartográficos antigos as características e ou propriedades euclidianas reconhecidas numa cartografia tida como científica” (Cf. SCOTTON, 2017:7). Em paralelo, observe-se que os avanços teóricos no campo da história da cartografia são também recentes. Enquanto um marco normativo e metodológico, a história da cartografia foi balizada por um alargamento dos horizontes teóricos e metodológicos no transcurso de movimento de renovação que foi esquadrihada tão só a partir dos anos 1980 e 1990 (GOMES, 2004: 69 *et seq*). Qual seja: numa conjuntura que historicamente poderia ser definida como “ontem”.

5 *Imago Mundi* ou mais completamente *Imago Mundi: International Journal for the History of Cartography* é uma revista acadêmica semestral como foco precípua na história da cartografia, cartografia histórica e debate conceitual de ideias relacionadas a mapas, criada em 1935 pelo pesquisador e historiador da cartografia Leo Solomonovich Bagrow (1881-1957).

6 Retenha-se que o termo *texto* pode referir-se tanto às manifestações escritas quanto as imagéticas, isto com base no pressuposto de que a trama relacional que envolve um *texto* enquanto tal, reporta fundamentalmente à duas esferas: o *leitor* e o *autor*. Nesta vertente, uma leitura completa “pressupõe o diálogo efetivo do leitor (um sujeito contextualizado historicamente) com o autor (também uma entidade histórica) e o modelo textual, inserido em uma dada situação cultural. Concebidos, então, com o mesmo grau de relevância, autor, texto e leitor passam a ser reconhecidos como os ingredientes básicos da constituição completa do sentido” (TREVIZAN, 2002: 36).

7 A Era Filipina (1580-1640), que demarca seis décadas de dominação castelhana no Brasil foi tanto um resultado quanto um fator indutor de oscilações na ordem internacional da época, incluindo-se nesta última declinação, as reverberações que catalisaram reacomodações internas no Brasil na relação com o império espanhol como um todo e nesta vertente, da cidadela paulista com a espacialidade imperial mais ampla, estabelecendo contatos e dinamizando novas conexões regionais e criação de laços com outras áreas, pelo que no contexto específico da União Ibérica, São Paulo soube tirar partido do novo cenário, incrementando diálogo com dois espaços imperiais então formando uma unidade: o luso e o espanhol (VILADARGA, 2014: 27).

8 Etimologicamente, a *palavra* cartografia, que de há muito conquistou difusão na linguagem de muitos povos e culturas, é um neologismo criado pelo Visconde de Santarém (1791-1856), historiador e pesquisador de mapas de origem portuguesa, que engendra este termo a partir dos radicais gregos χάρτης (*chartēs*, decorrendo na expressão latina *charta*, carta em português), significando “papiro”, “folha de papel”, “mapa”, e γράφειν (*graphein*), qual seja, “escrever” ou “descrever”. Desta feita, *cartografia* substituiu o vocábulo *cosmografia*, até então com largo trânsito nas falas europeias. Retenha-se que o termo *cosmografia*, diferentemente de cartografia, não atém-se simplesmente à leitura espacial do lugar ou de um espaço especificamente, contudo antes, ao universo como um todo, acolhendo-o como referência cognitiva. Com efeito, note-se que cosmografia, “descrição do mundo”, é uma palavra derivada do grego κόσμος (*kosmos*), termo que embora seja traduzido sinteticamente como “mundo”, insere, na verdade, um significado mais amplo. Lexicalmente, diz respeito ao universo, acepção que inclui os vastos domínios extraterrestres, consignada, por exemplo, em obras icônicas tais como o famoso Atlas *Cosmographia*, do alemão Sebastian Münster. Em suma, a cosmografia, vis a vis com a preocupação em mapear o espaço habitado, nunca perdia de vista os astros e as estrelas como marcadores da geografia terrena (WALDMAN, 2018a; VAN DER KROGT, 2015; OLIVEIRA, 1995: 102 e 1983: 97; LIDDELL *et* SCOTT, 1940).

9 “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, *numa continuidade relativamente ao*

passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (Cf. HOBBSAWM et RANGER, 1984: 9; Vide também FERRO, 1981).

10 Em 1710, a Vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade, decisão da Coroa portuguesa tomada como resposta política à Guerra dos Emboabas (1707-1709), quando sob a liderança de Manuel Borba Gato (1649-1718), guarda-mor das minas, liderou os paulistas em favor do direito exclusivo de exploração das jazidas de ouro na região das minas, entrando em conflito aberto com os emboabas, como os forasteiros eram conhecidos. A mudança do *status* de Piratininga é interpretada como uma forma de apaziguar os ânimos dos paulistas, inconformados com a perda do monopólio que detinham na exploração dos veios de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais, ruptura que teve como contrapartida histórica, o redirecionamento dos sertanistas na direção de Mato Grosso e Goiás, fato que induziu a expansão do território brasileiro para além da Linha de Tordesilhas.

11 A título de exemplo, o périplo de Antônio Raposo Tavares (1648-1651), de São Paulo a Belém do Pará, atravessando o coração da América do Sul e toda Amazônia, contabilizou de acordo com diversas métricas, 18.000 quilômetros. Para efeito de comparação, Jasão e seus argonautas percorreram 1.800 quilômetros, dez vezes menos (*apud* CINTRA, 2014: 114).

12 Esta expressão, tal como cunhada pelo historiador paulista Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), embora apresente discrepâncias na delimitação territorial de um autor para outro, designa, grosso modo, a área de influência bandeirista, articulada na esteira de sucessivas incursões nos sertões rumo a tesouros imaginários e rincões fabulosos. A Paulistânia desenharia então um espaço compreendendo os Estados de São Paulo e de Goiás, o Triângulo Mineiro, Sul de Minas Gerais, Norte do Paraná, trechos da seção fluminense do Vale do Paraíba e o antigo Mato Grosso até Cuiabá. Alhures, uma influência mais rarefeita alcançaria rincões catarinenses, capixabas, do Norte de Minas Gerais e o atual Tocantins, uma territorialidade que dialoga com a amplitude geográfica alcançada pelo bandeirismo paulista. Confira-se que esta proposição *é de mote cultural e/ou antropológico, mas não geográfico*. Seria assim mais afeita ao universo da cultura caipira do que à estruturação do *espaço bandeirante*.

13 A origem e a utilização da terminologia mameluco, que originalmente circulava na forma *mamaluca*, é controversa. Contudo, Plínio AYROSA, etnógrafo e titular da cadeira de tupi-guarani na Universidade de São Paulo entre os anos 1940 e 1960, assinala que a palavra decorre de *mamãruca*, que em nheengatú significa tirado da mistura, *qual seja, o mestiço*, opinião compartilhada com o “tupinófilo” Theodoro SAMPAIO (1914: 243). Não seria, portanto, um vocábulo árabe, conforme afirma certa corrente de estudiosos. Note-se que a despeito da homofonia, mameluco em árabe (traduzido como pajem, escravo, propriedade ou criado), designa uma casta de escravos guerreiros que revoltaram-se contra os califas e tomaram o poder no Egito no ano de 1250. Há quem pondere, que a designação árabe foi assimilada em razão da condição subalterna do mestiço na sociedade colonial. Entretanto, esta

linha de argumentação não esgota o léxico social que regia a vida dos mamelucos brasileiros (Ver a respeito, AIROSA, 1934).

14 As terminologias *fixos* e *fluxos* correspondem a conceituações elaboradas por Milton Santos ao longo da década de 1970. Ambas operam enquanto estacas epistemológicas para a definição de espaço proposta por esse geógrafo, entendidas como uma relação entre sistemas de objetos (fixos) e sistemas de ações (fluxos). Funcionalmente, os fixos e os fluxos, isto é, os pontos de sustentação material do sistema e as inferências que magnetizam sua perpetuação, mantêm interação permanente de caráter dialético, expressão de um dinamismo social que para o geógrafo, é o nexos fundacional da construção do espaço geográfico (*passim* SANTOS, 1999, 1988 e 1978a e 1978b).

15 Sobre este modelo construtivo, assevera o arquiteto Luís SAIA: “Sem a mestiçagem, que caracterizou o mameluco, não teria havido nem o bandeirismo, nem a mestiçagem arquitetônica representada por este tipo de construção” (1978: 139).

16 O legado de transferência de *know how* indígena alcançou os utensílios culinários, com destaque para a cerâmica de cozinha, um mercado primordialmente abastecido por índias louceiras, peritas na arte da modelagem de peças utilitárias de barro: panelas, moringas, igaçabas, frigideiras e potes. Não menos importante, os indígenas legaram outros empréstimos culturais como a colher de pau, bastões de lavar, pau para pisa, peneiras e balaios (LEMOS, 1978: 39-40).

17 Também grafado como *nhenatu*, *nyengato*, *nyengatú*, *ñeegatú*, *waengatu*, esta língua também é conhecida como *Yeral*, *Tupi Moderno*, *Língua Geral* e /ou *Tupi Costeiro*. Este linguajar não é propriamente nativo, mas antes, inserindo uma base tupi, desenvolvida pelos portugueses como língua veicular, de catequese e comércio (LEWIS, 2009: 242). Portanto, uma língua que apenas pode ser entendida a partir de interações culturais entre portugueses e os silvícolas, particularmente os tupinambá da costa do atlântico.

18 Além dos autóctones e dos bandeirantes, a eleição de nomes “indígenas” para as localidades estendeu-se pelo Século XX adentro. O geógrafo Theodoro Sampaio, informa que as empresas ferroviárias, quando da inauguração de novas estações, solicitavam nomes “tupi” (*nheengatú*), para identificá-las, plenamente aceitos, no dizer do próprio SAMPAIO, em razão de uma “decidida predileção por essa maneira genuinamente nacional de designar localidades” (1914: 5, *grifos nossos*).

19 Esta situação evidentemente incomodava as autoridades metropolitanas, que impuseram o português por instrumentos legais, proibindo, a partir de provisão de 1727 e principalmente com decreto do Marquês de Pombal de 1758, o uso da língua geral. Esta foi banida e colocada fora da lei, implicando em penalidades severíssimas para todos que fizessem uso deste idioma como meio de comunicação (Ver SODRÉ, 1977: 13 e particularmente, SAMPAIO, 1914).

20 Embora em fração diminuta, a presença de escravos africanos em Piratininga e arredores é atestada no Século XVII, e ademais, uma vivência societal negra, animou

a fundação de igrejas e congregações relacionadas a irmandades como do Rosário dos Homens Pretos, aos finais do Século XVIII e princípios do XIX (Cf. SANTOS, 2011).

21 Por *core area*, terminologia usual na geografia, homônima a *pivot area* e também área núcleo, se entende um espaço dinâmico que polariza um amplo entorno geográfico ou uma periferia espacial imediata.

22 Topônimo *nheengatú* que significa *porto antigo* (Cf. SAMPAIO, 1914: 256-257)

23 Topônimo do *nheengatú* traduzido como *caminho forrado* ou *caminho gramado amassado*, uma referência ao pisoteamento constante que mantinha a trilha livre de adensamento arbóreo. Embora esta rota seja no mais das vezes associada à ligação de mais de 3.000 quilômetros entre as plagas de São Vicente aos bordos do espaço Inca, a designação admite flexão plural: *os peabiru* (WALDMAN, 2006b: 441). Esta vereda pré-cabralina intercontinental, no sítio de Piratininga, seria ainda origem de arruamentos e artérias da atual cidade de São Paulo (CAMPOS, 2006).

24 O topônimo significa *rio do malefício, do feitiço* ou *da diabrura* na língua *nheengatú* (Cf. SAMPAIO, 1914: 201).

25 O topônimo significa *rio do tamanduá grande* em *nheengatú* (Cf. SAMPAIO, 1914: 268).

26 Este sítio marcou de modo indelével o imaginário paulistano. De fato, tão forte foi a marca desta localização espacial, que mesmo nos anos 1960 a população da novel metrópole ainda se referia a este espaço primordial como “cidade”.

27 Cabe alertar para as crônicas do século XVIII que dão conta de *Tietê* ser utilizado para designar o rio desde a nascente até a cidade de Salto, e, *Anhemby* ou *Anhembi*, significando *rio abaixo* (Cf. SAMPAIO, 1914: 268), deste ponto até a desembocadura no rio Paraná. Esta dualidade de nomes persistiu até por volta de meados do século XIX (Neste sentido, ver MADRE DE DEUS, 1975: 120).

28 O topônimo significa *barreiro das araras* em *nheengatú* (Cf. SAMPAIO, 1914: 203).

29 Topônimo *nheengatú* que significa *terra rasgada*, uma referência aos processos de ravinamento (Cf. SAMPAIO, 1914: 265).

30 Topônimo *nheengatú* que significa *vau seco* ou *passagem rasa* que permite a travessia de um rio (Cf. SAMPAIO, 1914: 232).

31 Topônimo *nheengatú* que significa *pinhal, mata de pinheiros ou pinhões em abundância* (Cf. SAMPAIO, 1914: 214).

32 Há que se levar em consideração a dita clássica da antropologia linguística pela qual, “a própria percepção que o homem tem do mundo em torno de si, é programada pela língua que fala” (HALL, 1981: 15).

33 “Paraguaios e paulistas partilhavam interesses de maneira ampla, cruzando estradas proibidas pelas duas administrações dos Habsburgos, usando a Bacia do Paraná como conector, partilhando as populações de carijós arrancadas dos jesuítas ou dos sertões e praticando um comércio tão persistente quanto interdito. Mate, tecidos, ferros, escravos negros - e quiçá ouro paulista - eram mercadorias que transitavam entre mundos em tese estanques, mas que se articularam durante toda a era filipina. As bandeiras, aliás, não aparecem aqui apenas como violentas

expedições escravistas e invasoras, arrombadoras de Tordesilhas, mas também como ocasiões para comerciar e travar acordos com as elites do Guairá, tão sequiosas de braços indígenas catequizados como os paulistas” (VILARDAGA, 2014: 19).

34 Note-se que independentemente do desmembramento das terras de São Paulo, estas mantiveram, continuamente, “as relações bandeirantes que, desde os Séculos XVI e XVII, marcaram o povoamento da chamada região centro-sul do Brasil colônia” (LAGUARDIA, 2016: 288).

35 Advirta-se quanto a determinado esquematismo que vincula a relação oceânica do Atlântico ao pacto colonial. Na realidade, sabe-se que na época da Restauração (1640), quando finda o domínio castelhano sobre Portugal, comerciantes dos portos brasileiros já haviam assumido o controle efetivo, por exemplo, dos entrepostos lusos no litoral africano, sugerindo, inclusive, que a titularidade dominial sobre os territórios portugueses em África estariam, desde esta época, sob jurisdição real brasileira (Cf. PENHA, 2010; WALDMAN *et alli*, 2007).

36 As próteses correspondem aos objetos espaciais que tipificam acréscimos ou agregações de mote artificial, resultantes da intervenção das sociedades no espaço, passíveis de induzir novos fluxos aos que animam a paisagem antropogênica ou redefinir e direcionar os ciclos presentes na natureza. Constituem a mais emblemática representação material de uma formação socioespacial (Cf. SANTOS, 1999, 1988 e 1978a e 1978b).

37 Este mapa é o nono dos que integram a *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga* (TAUNAY, 1922).

38 Constituindo uma compilação de fac-símiles, os originais dos mapas que compõem a *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga* estão sob guarda do Museu Paulista.

39 No ano de 1977, o acervo de Manoel Augusto Pirajá da Silva, composto de livros autografados e com dedicatórias, manuscritos, monografias, periódicos, mapas raros, cartões-postais, desenhos originais e gravuras, foi doado para a Biblioteca Municipal Mário de Andrade de São Paulo pelos seus filhos, Dr. Paulo e D. Regina (informação prestada ao proponente do projeto de pesquisa pela Sra. Joana D’Arc Moreno de Andrade, Chefe da Seção de Raros da Biblioteca Mário de Andrade).

40 O trabalho de Soares e Capassi, concluído no ano de 1748, ganhou o nome de *Novo Atlas da América Portuguesa*.

41 Um dos mapas de *Novo Atlas da América Portuguesa*, a *Carta 9ª da Costa do Brazil*, registrando a orla marítima do Sudeste desde a barra de Santos até a restinga da Marambaia, elaborado por volta de 1737, “representa, pela primeira vez, a rede urbana, fluvial e viária do planalto paulista e suas articulações com o litoral” (Cf. FIORAVANTI, 2014).

42 Original tombado na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, integrado como fac-símile na *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, de Afonso TAUNAY (1922).

43 Esta asserção vale, no escopo deste Projeto de Investigação, para os originais dos mapas da *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, que constituem cópias em Preto e Branco (PB), que paralelamente a estudo comparativo de índole historiográfica com a lavra original, também suscita atenção pelos aspectos estéticos e de informação. Com efeito, os mapas policromados não só atraem a visão como do mesmo modo, fixam a memória do espaço representado, esclarecendo o significado dos dados. Não mais porque as cores, transcendendo marcos estéticos, autenticam e destacam contrastes, numa derivação que as qualificam enquanto um dos símbolos convencionais dos mapas (RAISZ, 1969: 147 e 149).

44 Confira-se: a cientificidade - que por definição é o lastro da atividade científica - é objeto de vasta coleção de pronunciamentos e definições, especialmente no campo da filosofia e das doutrinas de ciência, e numa perspectiva mais ampla, pela história do pensamento científico. Outrossim, antecipando reparos que requereriam noutro contexto, de aprofundamento, note-se que todas as posições relativas ao afazer científico insistem - paralelamente ao reconhecimento das peculiaridades que este insere - que a ciência nunca se dissocia totalmente do que é considerado como senso comum e tampouco, de averbações ideacionadas. Disto resulta que para além da *objetividade*, o trabalho científico encontra respaldo numa *objetivação*. Numa exemplificação emblemática desta aferição, cabe lembrar à célebre dita do filósofo alemão Jürgen Habermas: “uma família indígena é composta de pai, mãe, filhos e *do antropólogo*” (ABBAGNANO, 2010; COLLINSON, 2004; DEMO, 1981; SOLLA PRICE, 1976).

45 Em termos metodológicos, note-se que uma pesquisa interpretativa não obsta cunho explicativo, ou seja, “que além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos” (SEVERINO, 2014: 123).

46 Como ratifica o filósofo Ludwig Von Mises em *Kleines Lehrbuch des Positivismus* (Pequeno Manual do Positivismo, 1939, volume 7), relativamente à divisão e subdivisão das ciências: “Toda divisão e subdivisão das Ciências tem somente uma importância prática e provisória. Não é sistematicamente necessária e definitiva: ou seja, ela depende de situações externas nas quais cumpre o trabalho científico e a fase atual de desenvolvimento das disciplinas em particular. Os progressos mais decisivos tem amiúde origem num esclarecimento de problemas que encontram suas fronteiras em setores até agora tratados separadamente” (ABBAGNANO, 2010: 166).

47 “A relativa autonomia de cada disciplina só pode ser encontrada dentro do sistema de ciências cuja coerência é dada pela própria unidade do objeto de estudo que é a sociedade total” (SANTOS, 1978A: 116).

48 Para Milton SANTOS, a inércia especial refere-se à capacidade das obras humanas revivificarem, induzirem e/ou manterem processos e dinamismos presentes no espaço habitado, pelo que as formas antigas amparam, por exemplo, o surgimento

das novas modelagens do território (*passim* 1988 e 1978).

49 “A ciência só seria objetiva caso o sujeito pudesse sair de si mesmo e ver-se de fora” [...] “Aliás conceito - material básico do trabalho científico – vem etimologicamente de concepção, ou seja, tem pais; assim como não há filho objetivo, não pode haver ciência objetiva” (DEMO, 1981: 19-20).

50 O termo estereotipia procede do grego *estéreo*, que significa sólido. Por esta razão, estereotipia corresponderia ao contexto pelo qual conceitos imaginários conquistam concrecência. Em outras palavras: passam a integrar os modos de percepção das pessoas, auferindo com isso a condição de realidade.

51 Pautando a delimitação biogeográfica, as incursões paulistas cruzaram inúmeros complexos vegetacionais, com textura faunística e florística agudamente diferentes uns dos outros: matas pluviais (Amazônica, Atlântica e de Tabuleiros), florestas secas (cingindo comunidades florísticas caracterizadas por singularidades edáficas e climáticas), savanas (com variegada taxonomia de fisionomia vegetal), cerradões, a caatinga, o Pantanal e comunidades de palmeiras e coqueiros como os Babaçuais (RIZZINI, 1976-1979, Volume 2), que solicitaram cada uma a seu modo, adaptações para enfrentar o desafio de organizar o ingresso no ecúmeno de paisagens até então desconhecidas aos sertanistas.

52 *Raubwirtschaft* é um termo universalizado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), conotando uma *economia de pilhagem e de butim*, um jargão corrente em economia e em geografia históricas quando o foco dos estudos são as práticas da economia colonial ou dos seus sucedâneos nos países sob governança europeia.

53 Nas sociedades do passado, intercâmbios comerciais foram origem de pistas que no geral, resultaram da sedimentação final de contatos iniciados na pré-história, porventura dotadas de feição transcontinental, caso das rotas do Chá e da Seda, que conectadas aos ramais das estradas romanas, formavam uma malha intrincada, interligando povos antípodas. Deste modo, durante 250 anos, entre 31 a.C. e 220 d.C., trocas comerciais fluíram através de um cinturão de Estados (Chinês, Parto, Kushan e Romano), ligando os portos do litoral chinês do Pacífico aos domínios da *finisterra* romana da orla do Atlântico (Cf. TOYNBEE, 1979: 345). Mas, no que pauta as limitações de leituras genéricas, estes contatos, ao não desdobrarem-se no real revolucionamento da economia, não mundializaram o ecúmeno da época, e sequer induziram qualquer alteração de monta no cotidiano dos povos encadeados por estas redes de comunicação (WALDMAN, 2014 e 2006a). Portanto, não esboçaram tendência que apressadamente, poderia sugerir uma “globalização pré-moderna” e tampouco, a dissolução dos diferentes espaços interligados no seio de uma moldura territorial dominante.

54 As análises modernizantes da área de edificações, com certa frequência se abstraem dos contextos ecológicos, históricos, geográficos e culturais em que surge a arquitetura tradicional paulista, inclinando-se eventualmente na direção de noções que desqualificam esta tipologia construtiva. Entrementes, a arquitetura tradicional de São Paulo soube responder ao desafio em erigir construções carpintejadas em

ambientes desconhecidos ao europeu, fazendo uso ótimo dos recursos disponíveis e de *know how* inicialmente indígena, assegurando com isso uma apropriação secular do espaço. Técnicas como a mistura de calcário com óleo de baleia, reverteram, por exemplo, em imóveis que desafiaram o tempo, anda hoje firmes e coesos na região vicentina, em Itanhaém, Cananeia e outras cidades litorâneas (Ver a respeito ELLIS, 1969).

55 Impossível deixar de anotar, foi com base em próteses “raqúíticas” como fortins e pequenas igrejas e capelas, rodeadas ou não por um casario rarefeito, que se torna possível acompanhar o processo de desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas, que em diversas partes do Estado de São Paulo, advieram de rede urbana primeiramente rascunhada no seio da formação socioespacial paulista (Vide IGC, 1995).

56 Por sinal, a representação do curso do Tietê é recidiva nos mapas da *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, de Afonso Taunay, e nas cartas da Coleção Pirajá com eixo em Piratininga.

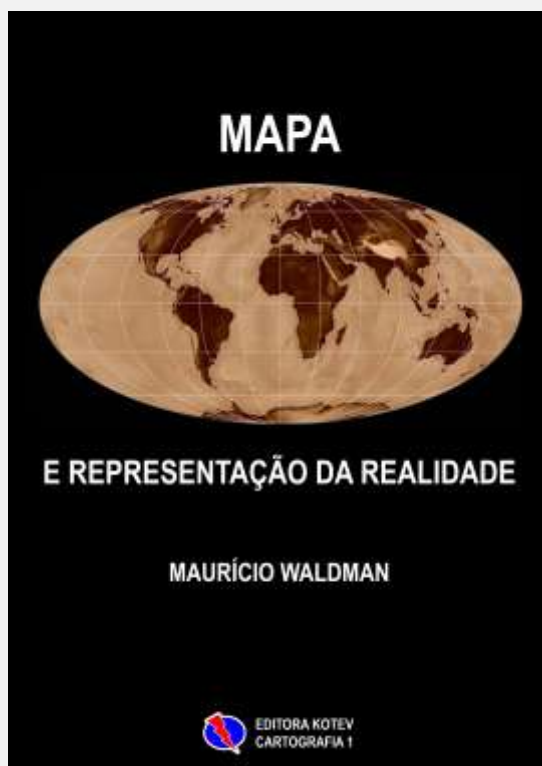
SAIBA MAIS SOBRE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



http://mw.pro.br/mw/cartografia_8.pdf



http://mw.pro.br/mw/cartografia_9.pdf



http://mw.pro.br/mw/cartografia_01.pdf



http://mw.pro.br/mw/cartografia_11.pdf

CONHEÇA A SÉRIE CARTOGRAFIA



<http://mwtextos.com.br/serie-cartografia/>



EDITORA KOTEV
**Sintonizada com
o Futuro Digital**



EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

SAIBA MAIS SOBRE A EDITORA KOTEV. ACESSE NOSSA PÁGINA: <http://kotev.com.br/>